



**TURISMO ARQUEOLÓGICO: UM PROJETO DE VALORIZAÇÃO DA
ARTE RUPESTRE NO VALE DO LIMA**

Sofia Andreia Carneiro de Sá

UMinho | 2015



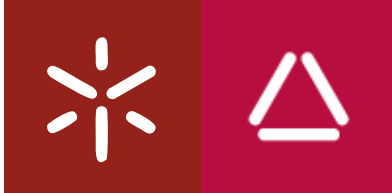
Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sofia Andreia Carneiro de Sá

**TURISMO ARQUEOLÓGICO: UM PROJETO
DE VALORIZAÇÃO DA ARTE RUPESTRE NO
VALE DO LIMA**

Outubro de 2015





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sofia Andreia Carneiro de Sá

**TURISMO ARQUEOLÓGICO: UM PROJETO
DE VALORIZAÇÃO DA ARTE RUPESTRE NO
VALE DO LIMA**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Maria dos Santos Bettencourt

DECLARAÇÃO

Nome: Sofia Andreia Carneiro de Sá

Endereço eletrónico: sofia Carneirosa@gmail.com

Número do Cartão do Cidadão: 13932223

Título da Dissertação: Turismo Arqueológico: um projeto de valorização da arte rupestre no Vale do Lima.

Orientador: Professora Doutora Ana Maria dos Santos Bettencourt

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Património e Turismo Cultural

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSE, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ____/ ____/ _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta caminhada foram muitos os desafios que, sem a ajuda daqueles que me são mais próximos, não seriam possíveis de ultrapassar.

Agradeço em especial à minha orientadora científica, a Professora Doutora Ana Maria dos Santos Bettencourt, por toda a disponibilidade que mostrou em me orientar neste tema que ambicionava. Estou ainda grata por cada correção e sugestão pois, com base nelas, segui este caminho com mais confiança.

Aos meus pais que sempre acreditaram em mim, não durante este ano, mas em todos os anos que se antecederam a este. Sem o apoio deles não teria sido possível.

Ao meu irmão, que sendo mais velho, sempre foi uma referência e me “amparou”.

Ao Marcos Mesquita, que nunca me deixou de acompanhar neste projeto fazendo do meu gosto o gosto dele - por todo o seu apoio, dedicação e amor.

Agradeço ainda aos meus colegas por todo o apoio e incentivo, pela troca de ideias e de experiências que fizeram enriquecer este projeto. Em especial à Diana Carvalho pelas conversas “arqueológicas” que, muitas vezes, tornaram o peso do trabalho mais leve; à Catarina Oliveira que foi a companheira de trabalho de várias horas nestes dois anos e que me fez crescer com a troca de ideias.

Não posso terminar sem agradecer a todos com quem me deparei no trabalho de campo que, de forma gentil e atenciosa, me ajudaram dando informações da melhor forma que podiam e sabiam. Agradeço ainda à Porta do Mezio e à Porta de Lindoso pelos esclarecimentos às minhas questões e ao Senhor Presidente da Junta de Álvora - Jorge Fernandes, pela disponibilidade e ajuda.

A todos, um muito obrigada.

DEDICATÓRIA

«O mundo transforma-se, e nós somos parte dessa transformação. Os anjos guiam-nos e protegem-nos.»

(Paulo Coelho *in* As Valquírias)

Para a minha Avó Júlia, o meu anjo.

Turismo arqueológico: um projeto de valorização da arte rupestre no vale do Lima

RESUMO

O Turismo Cultural tem vindo a ser alvo de maior procura por parte dos visitantes/turistas de forma a ocupar os seus tempos de lazer. A esta procura junta-se ainda outros elementos importantes de cada região, nomeadamente o artesanato, a gastronomia, a paisagem. Neste caso de estudo, vale do Lima, verifica-se uma grande riqueza de património cultural e ambiental. Contudo, é na arte rupestre (de tradição esquemática e de arte atlântica) que se denota uma maior fragilidade no que diz respeito à sua valorização. Neste sentido nasce a arte rupestre como recurso turístico visando o desenvolvimento do turismo regional e consequentemente aumentar as receitas internas.

Esta dissertação conta com a criação de quatro percursos, essencialmente em meio rural, que se inserem na «Rota da Arte Rupestre do Noroeste». Para a sua concretização o trabalho foi dividido em três momentos: trabalho inicial de gabinete, onde foram consultadas fontes secundárias e fontes cartográficas; o trabalho de campo que deu lugar à prospeção arqueológica e, por fim, o trabalho avançado de gabinete onde foram reunidas todas as informações, criadas análises SWOT e desenhado o planeamento e implementação dos percursos.

Todos os percursos podem ser feitos de diferentes modos de locomoção, contudo, promove-se o pedestrianismo que representa uma oportunidade de desenvolvimento económico sustentável no meio rural.

Os principais objetivos deste trabalho passam por transformar a arte rupestre num produto do turismo cultural, interligando os locais já valorizados com outros locais, contribuindo assim para a diversidade dos produtos turísticos na região, contribuir para a criação de produtos sustentáveis, prolongar a estadia dos turistas no vale do Lima e contribuir para o desenvolvimento local e regional ao nível económico, social e cultural.

A «Rota da Arte Rupestre do Noroeste», além da memória e identidade local possibilita, através das suas parcerias, a descoberta do património arqueológico e imaterial.

Palavras-chave: vale do Lima; turismo cultural; arte rupestre; rota patrimonial; percursos pedestres.

Archaeological tourism : an enhancement project of rock art in the Lima valley

ABSTRACT

The cultural tourism has been greatest demand by tourists as way to takes up their spare times. At this demand connect other important elements of each zone including handicraft, gastronomy, landscape, among others. In this case study, the Lima valley, we examined a great wealth of cultural and environmental heritage. However is in the scope of Schematic and Atlantic Rock Art that we developed this work. In this way Rock Art arise as touristic resource here set up as way to developing the regional tourism and as a result improve internal revenues.

This project includes creation of one route, essentially in rural areas, that form the «Rock Art Route of the Northwest». For this to materialize the work was divided into three stages: initial work office, where secondary sources and cartographic sources were consulted; fieldwork that led to the archeological exploration, and finally, the advanced working office where they were gathered all the information, created SWOT analysis and drawn the planning and implementation of the courses.

In this route we create four pedestrian paths. All paths can be made by different ways of locomotion and are associated to hiking which, represent an opportunity for sustainable economic to develop in rural areas.

The main objectives of this study undergo transform the rock art in a cultural tourism product by linking the sites already valued by other sites, thereby contributing to the diversity of tourism products in the region, contributing to the creation of sustainable products, to extend the stay of tourists in the valley of Lima and contribute to local and regional development at the economic, social and cultural level.

The "Route", as well as memory and local identity, enables the discovery of archaeological and intangible heritage.

Keywords: Lima Valley; Cultural Tourism; Rock Art; heritage Route; pedestrian paths.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E OBJETIVOS	3
1. Introdução.....	3
2. O Turismo.....	3
2.1. O turismo como atividade económica	3
2.2. Conceitos operatórios.....	5
2.3. O turismo cultural e arqueológico	8
2.4. Perfil do turista cultural.....	10
3. O património cultural e arqueológico e rotas culturais	11
3.1. O património cultural e arqueológico.....	11
3.2. Rotas e itinerários culturais.....	14
4. Turismo em Portugal.....	16
4.1. Introdução.....	16
4.2. Turismo no Porto e Norte de Portugal	19
4.3. O Turismo na bacia do Lima.....	22
5. Objetivos.....	25
PARTE II. METODOLOGIA.....	27
1. Introdução.....	27
2. Trabalho inicial de gabinete	27
3. Trabalho de campo	28
4. Trabalho avançado de gabinete	28
PARTE III. A BACIA DO LIMA	31
1. Introdução.....	31
2. Breve caracterização física e ambiental.....	31
PARTE IV. A BASE EMPÍRICA.....	34
1. Introdução.....	34

2. Inventário	35
2.1. Arcos de Valdevez.....	35
2.1.1. Gravuras rupestres	36
2.1.1.1. Gião 1 e 2.....	36
2.1.1.2. Pedra da Costa I	41
2.1.1.3 Pedra da Costa II	45
2.2. Ponte da Barca.....	48
2.2.1. Gravuras rupestres	49
2.2.1.1. Penedo do Encanto/Penedo das Sete Cabeças/Bouça do Colado	49
2.2.1.2. Chã da Rapada	54
2.2.1.3. Vale da Coelheira	60
2.2.1.4. Chã do Fojo/Candorca	64
2.2.1.5. Porto Chão/Pardieiros/Casa dos Mouros	67
2.2.1.6. Porto Chão/Lomba	69
2.3. Ponte de Lima	71
2.3.1. Gravuras rupestres	72
2.3.1.1. Pedra do Cavalinho	72
2.3.1.2. Guarca.....	75
2.3.1.3. Pratinhos de Nossa Senhora.....	78
2.4. Viana do Castelo.....	81
2.4.1. Gravuras rupestres	82
2.4.1.1. Breia 1.....	82
2.4.1.2. Breia 2.....	86
2.4.1.3. Breia 3.....	88
2.4.1.4. Penedo da Moura 1 e 2.....	90
2.4.1.5. Vieito 1 e 2	94
2.4.1.6. Vieito 3	97
2.4.1.7. Piotinha 3	99
2.4.1.8. Cabeço da Boucinha 1	101

2.4.1.9. Cabeço da Boucinha 2	104
2.4.1.10. Escampadinhos.....	106
PARTE V. DISCUSSÃO DOS DADOS E PROJETO DE VALORIZAÇÃO	110
1. Introdução.....	110
2. A arte rupestre da bacia do Lima: breve síntese dos resultados	110
3. O potencial turístico da arte rupestre da bacia do Lima	113
4. Proposta da Rota da Arte Rupestre do Noroeste na bacia do Lima.....	117
4.1. O Planeamento da Rota.....	117
4.1.1. O conceito da rota	117
4.1.2. Pontos de interesse	118
4.1.3. Traçado da rota	119
4.1.4. Parcerias.....	120
4.2. Implantação da rota	122
4.2.1. Marcação do percurso	122
4.2.1.1. Percurso 1 – Arcos de Valdevez.....	123
4.2.1.2. Percurso 2 – Ponte da Barca.....	131
4.2.1.3. Percurso 3 – Ponte de Lima	137
4.2.1.4. Percurso 4 – Viana do Castelo.....	142
4.2.2. Sinalética	148
4.2.3. Material de apoio.....	152
4.2.4. Divulgação e promoção	154
4.2.5. Avaliação da rota	156
Em síntese	157
PARTE VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
BIBLIOGRAFIA.....	162
ANEXOS	172
Anexo 1. Sítios Arqueológicos	173

Anexo 2. Georreferenciação dos percursos da Rota da Arte Rupestre do Vale do Lima	174
Anexo 3. Pormenor do Percurso 1 – Arcos de Valdevez.....	175
Anexo 4. Pormenor do Percurso 2 – Ponte da Barca.....	176
Anexo 5. Pormenor do Percurso 3 – Ponte de Lima	177
Anexo 6. Pormenor do Percurso 4 – Viana do Castelo.....	178
Anexo 7. Folheto da Rota da Arte Rupestre.....	179
Anexo 8. Folheto do Penedo do Encanto	181
Anexo 9. Folheto do Megalitismo de Britelo	183
Anexo 10. Folheto do Trilho Interpretativo do Mezio.....	185
Anexo 11. Sugestão de um painel informativo do Gião 1	187
Anexo 12. Sugestão de um painel informativo do Gião 2	188
Anexo 13. Sugestão de um painel informativo da Pedra da Costa 1	189
Anexo 14. Sugestão de um painel informativo da Pedra da Costa 2	190
Anexo 15. Sugestão de um painel informativo do Vale da Coelheira.....	191
Anexo 16. Sugestão de um painel informativo do Chã do Fojo.....	191
Anexo 17. Sugestão de um painel informativo da Pedra do Cavalinho.....	193
Anexo 18. Sugestão de um painel informativo da Guarca	194
Anexo 19. Sugestão de um painel informativo dos Pratinhos de Nossa Senhora.....	195
Anexo 20. Sugestão de um painel informativo da Breia 1	196
Anexo 21. Sugestão de um painel informativo da Breia 2	197
Anexo 22. Sugestão de um painel informativo do Penedo da Moura 1	198
Anexo 23. Sugestão de um painel informativo do Penedo da Moura 2	199
Anexo 24. Sugestão de um painel informativo dos Escampadinhos.....	200
Anexo 25. Sugestão de um painel informativo do Cabeço da Boucinha 1	201
Anexo 26. Inquérito aos visitantes.....	202

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADERE-PG	Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês
AP	Área Protegida
ART.	Artigo
ENARDAS	Espaços naturais, arquiteturas, arte rupestre e deposições na pré-história recente da fachada ocidental do centro português: das ações aos significados.
FCMP	Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
GR	Grande Rota
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
LPC	Lei Património Cultural
OMT	Organização Mundial de Turismo
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Percurso Local
PR	Pequena Rota
TER	Turismo em Espaço Rural
UNESCO	Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VAB	Valor Acrescentado Bruto
IIP	Imóvel de Interesse Público

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1: Classificação dos viajantes.	6
Figura 2. Concelhos do vale do Lima.....	31
Figura 3. Localização do Gião 1 e 2 no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 17.....	36
Figura 4. Aspeto geral da paisagem no santuário do Gião.....	37
Figura 5. Afloramento gravado do Gião 1.....	38
Figura 6. Pormenor da rocha 17 d Gião 1.	38
Figura 7. Pormenor da rocha 17 (1) e decalque da rocha 15 (2) do Gião I.....	38
Figura 8. Porta do Mezio.....	39
Figura 9. Localização da Pedra da Costa 1 no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 8.	41
Figura 10. Vista da Pedra da Costa I.	41
Figura 11. Afloramento gravado da Pedra da Costa I.	42
Figura 12. Pormenor dos motivos, círculo concêntrico de duas voltas, parcialmente segmentado.	42
Figura 13. Pormenor de motivo circular com nuvem de pontos no seu interior.....	43
Figura 14. Limpeza superficial do afloramento.	43
Figura 15. Localização da Pedra da Costa II no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 8.	45
Figura 16. Vista da Pedra da Costa II.	45
Figura 17. Afloramento gravado, Pedra da Costa II.....	46
Figura 18. Pormenor do motivo gravado na Pedra da Costa II.....	46
Figura 19. Localização do Penedo do Encanto no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.....	49
Figura 20. Decalque da rocha 1.....	50
Figura 21. Aspeto geral do local com a rocha 1, em primeiro plano.....	51
Figura 22. Fotografia da placa de metal existente no local.	52
Figura 23. Localização do Chã da Rapada no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.	54
Figura 24. Vista da Chã da Rapada para nascente.....	54

Figura 25. Decalque da rocha 4, com um serpentiforme.	55
Figura 26. Levantamento da rocha 5 da Chã da Rapada.	56
Figura 27. Decalque da rocha 6A da Chã da Rapada com diferentes tipos de motivos de cronologias distintas (antropomorfos, paletas, reticulados e cruciformes).....	56
Figura 28. Estado atual do Chã da Rapada.....	58
Figura 29. Localização do Chã da Rapada no Trilho do Megalitismo de Britelo (P2).....	58
Figura 30. Fotografia da placa de metal que se encontra no local.	59
Figura 31. Localização do Vale da Coelheira no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.	60
Figura 32. Afloramento gravado do vale da Coelheira e contexto físico onde se localiza.....	60
Figura 33. Pormenor de cruciformes no vale da Coelheira.	61
Figura 34. Atual estado de conservação do afloramento com gravuras.....	62
Figura 35. Localização das gravuras rupestres do Vale da Coelheira no Trilho do Megalitismo de Britelo (P7).....	62
Figura 36. Placa de madeira a sinalizar as gravuras, perto do local.	63
Figura 37. Localização do Chão do Fojo/Candorca no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.	64
Figura 38. Fotografia e gravura, Chã do Fojo (idoliforme?).	65
Figura 39. Vista do Chã do Fojo.	66
Figura 40. Localização de Porto Chão/Pardieiros na Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.	67
Figura 41. Fotografia e desenho do motivo gravado de Porto Chão (Pardieiros).	68
Figura 42. Localização de Porto Chão/Lomba no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.....	69
Figura 43. Localização da Pedra do Cavalinho no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 28.....	72
Figura 44. Pedra do Cavalinho.	73
Figura 45. Gravura do cavalinho de Santo Ovídio como o encontramos no dia da visita (avivado com tijolo).	73
Figura 46. Localização da Guarca no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 41.....	75
Figura 47. Vista geral do afloramento gravado.	76

Figura 48. Pormenor do motivo gravado de uma das armas (punhal) gravada.	76
Figura 49. Localização dos Pratinhos de Nossa Senhora no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 41.	78
Figura 50. Vista parcial do afloramento.	79
Figura 51. Localização da Breia no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.	82
Figura 52. Motivos circulares da Breia 1.	84
Figura 53. Localização da Breia no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.	86
Figura 54. Afloramento gravado no centro da fotografia.	87
Figura 55. Localização da Breia no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.	88
Figura 56. Afloramento gravado da Breia 3, visto de cima do muro que o travessa.	89
Figura 57. Localização do Penedo da Moura no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 27.	90
Figura 58. Afloramento gravado, Penedo da Moura observável a partir de norte. O Penedo da Moura II é o que está tombado sobre o I, do lado esquerdo.	91
Figura 59. Exemplos dos motivos gravados do Penedo da Moura.	91
Figura 60. Localização do Vieito 1 e 2 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25000, folha 40.	94
Figura 61. Representação do equídeo do Vieito 1.	95
Figura 62. Representação das bandas de traços horizontais do Vieito 2.	95
Figura 63. Localização do Vieito 3 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.	97
Figura 64. Aspeto do topo do afloramento com as gravuras do Vieito 3.	98
Figura 65. Localização da Piotinha 3 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25000, folha 27.	99
Figura 66. Vista geral da Piotinha 3.	100
Figura 67. Pormenor das covinhas.	100
Figura 68. Localização do Cabeço da Boucinha 1 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.	101
Figura 69. Vista geral do afloramento gravado.	102
Figura 70. Pormenor das gravuras.	102

Figura 71. Localização do Cabeço da Boucinha 2 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25000, folha 40.....	104
Figura 72. Localização do Escampadinhos no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.	106
Figura 73. Trabalhos efetuados no local, decalque da rocha.	107
Figura 74. Vista geral do afloramento gravado.	107
Figura 75. Distribuição dos tipos de arte pelos quatro concelhos.	112
Figura 76. Entrada do centro interpretativo do Mezio.	124
Figura 77. Placa indicativa das Gravuras Rupestres do Gião.	124
Figura 78. Anta do Mezio.	125
Figura 79. Mamoa 5 e 6 do Mezio.	125
Figura 80. Caminho de acesso às gravuras rupestres do Gião.	126
Figura 81. Animais de grande porte que se encontram ao longo do percurso.....	126
Figura 82. Motivos reticulados gravados no Gião 1.	127
Figura 83. Gião 1. Motivos cruciformes.	127
Figura 84. Paço da Giela.....	128
Figura 85. Placas indicativas do Outeiro e Casal.....	128
Figura 86. Caminho alcatroado a seguir para a Pedra da Costa I e II.	129
Figura 87. Motivo gravado da Pedra do Costa II.....	129
Figura 88. Pedra da Costa I.	130
Figura 89. Vista do Castro de Álvora.....	130
Figura 90. Percurso 1 - Arcos de Valdevez e perfil de elevação.	131
Figura 91. Caminho a seguir para subir à serra.....	132
Figura 92. Vista ao longo do caminho para o Chã do Fojo.	132
Figura 93. Castelo de Lindoso.....	133
Figura 94. Espigueiros de Lindoso.	133
Figura 95. Banco de descanso que existe no trajeto do Penedo do Encanto.	133
Figura 96. Espigueiros que se encontram no percurso para o Penedo do Encanto.	134
Figura 97. Casas típicas da aldeia da Parada	134

Figura 98. Fotografia da placa metálica onde se reproduz os motivos da rocha 1 do Penedo do Encanto.....	134
Figura 99. Fotografia dos decalques sobre placa metálica de serpentiformes, motivos reticulados e círculos segmentados pré-históricos, entre outros mais recentes (pentagrama, cruces latinas, etc.) gravados do Chã da Rapada.....	135
Figura 100. Vista da Chã da Rapada.....	135
Figura 101. Vale da Coelheira.....	136
Figura 102. Percurso 2 - Ponte de Barca e perfil de elevação.....	136
Figura 103. Placa indicativa do Castro de Santo Estevão e da Facha.....	137
Figura 104. Capela da Nossa Senhora da Rocha.....	138
Figura 105. Castro de Santo Estevão.....	138
Figura 106. Motivo de punhal da Guarca.....	138
Figura 107. Placa indicativa da Capela da Boa Nova.....	139
Figura 108. Motivos gravados dos Pratinhos de Nossa Senhora.....	139
Figura 109. Placa indicativa de Santo Ovídio.....	140
Figura 110. Ponte Velha, Ponte de Lima.....	140
Figura 111. Motivo da Pedra do Cavalinho.....	140
Figura 112. Capela de Santo Ovídio.....	140
Figura 114. Vista a partir da Pedra do Cavalinho.....	141
Figura 113. Zona de descanso.....	141
Figura 115. Percurso 3 - Ponte de Lima e perfil de elevação.....	141
Figura 116. Placa indicativa de S. Mamede.....	142
Figura 117. Capela de S. Mamede, início do percurso.....	143
Figura 118. Exemplo de um motivo gravado no Cabeço da Boucinha 1.....	143
Figura 119. Afloramento gravado dos Escampadinhos.....	144
Figura 120. Caminho de terra batida que dá acesso à Breia 1 e 2.....	144
Figura 121. Visibilidades a partir da Breia 1.....	145
Figura 122. Motivo gravado da Breia 1.....	145
Figura 123. Breia 2.....	145
Figura 124. Igreja de Nogueira, ponto de chegada.....	146

Figura 125. Caminho de terra batida para o Penedo da Moura.	146
Figura 126. Exemplos de motivos do Penedo da Moura I.....	147
Figura 127. Penedo da Moura I.....	147
Figura 128. Percurso 4 - Viana do Castelo e perfil de elevação do perfil.....	148
Figura 129. Sinalização das PR e GR segundo as normas da Federação Portuguesa de Campismo.....	149
Figura 130. Sugestão de painel informativo do Percurso 1 - Arcos de Valdevez.	150
Figura 131. Sugestão de painel informativo do Percurso 2 - Ponte da Barca.	150
Figura 132. Sugestão de painel informativo do Percurso 3 - Ponte de Lima.....	151
Figura 133. Painel informativo do Percurso 4 - Viana do Castelo.....	151

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de dormidas no Porto e Norte de Portugal.	20
Gráfico 2. Distribuição de afloramentos gravados nos concelhos da bacia do Lima, com base na amostra de 25 locais.	110
Gráfico 3. Percentagem de sítios com estilos diferentes de arte rupestre segundo a amostra dos 25 sítios.	113
Gráfico 4. Percentagem dos sítios arqueológicos que se encontram valorizados.	113
Gráfico 5. Percentagem das gravuras rupestres classificadas como IIP.	114
Gráfico 6. Percentagem dos locais valorizados e dos passíveis de valorização turística.....	114

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1. Evolução do Turismo no Mundo e Europa (em milhões)	5
Quadro 2. Tipos de turismo, motivações e principais destinos	7
Quadro 3. Atividades praticadas na região Norte	21
Quadro 4. Registo de visitas guiadas e visitantes às Sedes e Centros de Interpretação das Áreas Protegidas (AP) do PNPG	24
Quadro 5. Análise SWOT do Gião 1 e 2	40
Quadro 6. Análise SWOT da Pedra da Costa I	44
Quadro 7. Análise SWOT da Pedra da Costa II	47
Quadro 8. Análise SWOT da Bouça do Colado	53
Quadro 9. Análise SWOT do Chã da Rapada	59
Quadro 10. Análise SWOT do Vale da Coelheira	63
Quadro 11. Análise SWOT do Chã do Fojo - Candorcas	66
Quadro 12. Análise SWOT da Pedra do Cavalinho	74
Quadro 13. Análise SWOT da Guarca	77
Quadro 14. Análise SWOT dos Pratinhos de Nossa Senhora	80
Quadro 15. Análise SWOT da Breia 1	85
Quadro 16. Análise SWOT da Breia 2	87
Quadro 17. Análise SWOT da Breia 3	89
Quadro 18. Análise SWOT do Penedo da Moura I e II	93
Quadro 19. Análise SWOT do Vieito 3	98
Quadro 20. Análise SWOT da Piotinha 3	100
Quadro 21. Análise SWOT do Cabeço da Boucinha 1	103
Quadro 22. Análise SWOT do Cabeço da Boucinha 2	105
Quadro 23. Análise SWOT do Escampadinho	108
Quadro 24. Análise SWOT dos 22 sítios de arte rupestre no contexto da bacia do Lima	116
Quadro 25. Parcerias com entidades hoteleiras	120
Quadro 26. Parcerias com entidades de Turismo de Aventura	121
Quadro 27. Parcerias com entidades de restauração	122

INTRODUÇÃO

O turismo, desde as últimas décadas, apresenta uma mais-valia a nível mundial, uma vez que se traduz num desenvolvimento para cada país, quer a nível económico como social. O sector turístico é um impulsionador para o aumento das receitas assim como para a criação de postos de emprego, onde parte destes necessitam de qualificação ampliando o número de pessoas qualificadas no mercado de trabalho.

É preciso ter presente a ideia de que o turismo é muito diversificado no que diz respeito às atividades nele praticado assim como nos destinos, ou seja, existem diferentes tipos de turismo nomeadamente o de recreio, o de repouso, o cultural, o étnico, o de natureza, o de negócios e o de desporto (Cunha 2009). A escolha do local ou da atividade a praticar está dependente das motivações que movem o visitante ou o turista.

A motivação desta dissertação é cultural, onde predomina o interesse pelo património arqueológico e pelo património imaterial da região do vale do Lima. É importante ter em atenção que o turismo cultural surge como uma alternativa ao turismo de sol e praia para os indivíduos que sejam curiosos e tenham o gosto por aprender. O turista cultural pode ser culturalmente motivado – interessado por questões culturais e programa as visitas; culturalmente inspirado – o que se interessa por temas específicos; e culturalmente atraído – o que acrescenta o turismo cultural como um complemento às férias (Bywater 1993 *in* Marques 2011b).

Este trabalho visa valorizar o património arqueológico, arte rupestre, do vale do Lima através de uma rota cultural denominada por «Rota de Arte Rupestre do Noroeste». Primeiramente é importante que o leitor tenha em consideração que este património representa uma fonte histórica do passado e que a arte rupestre foi concebida de forma a perdurar por várias gerações sendo, como explica Maria de Jesus Sanches (2003, 85), «a manipulação física, presencial, é aquela que cria as relações profundas entre estes lugares e a memória individual, e sem a qual não se mantém a memória colectiva».

O vale do Lima, localizado no noroeste de Portugal, é uma área rica em arte rupestre de tradição esquemática e atlântica. Neste sentido – e aproveitando o potencial turístico que se conhece nestes concelhos – a valorização dos sítios arqueológicos dotados de arte rupestre é fundamental.

No que diz respeito à metodologia, esta dissertação dividiu-se em três momentos diferentes: trabalho inicial de gabinete; trabalho de campo e trabalho avançado de gabinete. Na primeira fase, dedicada à recolha bibliográfica e cartográfica foram definidos os conceitos teóricos,

efetuada o estado da arte sobre arte rupestre e pensados os aspetos a serem discriminados nas fichas de inventário, a usar no campo, entre outros aspetos ligados com o turismo cultural no vale do Lima, aspetos físicos, etc. O trabalho de campo, passou pela prospeção arqueológica de forma a relocalizar os sítios já existentes e encontrar novos afloramentos gravados. Na etapa de trabalho avançado de gabinete, fez-se a reunião de todos os sítios de arte rupestre, análises SWOT para cada um destes sítios, visando a escolha dos sítios a usar nos percursos. Na última fase foi realizada uma análise SWOT geral, pensando nas condições e potencialidades da criação de vários percursos de interesse arqueológicos na bacia do Lima, com base nas gravuras rupestres. Posto isto foi desenhado o planeamento e a implantação dos vários percursos a inserir numa rota mais geral de Arte Rupestre do Noroeste.

Posto isto, a «Rota de Arte Rupestre do Noroeste» é composta por quatro percursos – Percurso 1. Arcos de Valdevez; Percurso 2. Ponte da Barca; Percurso 3. Ponte de Lima; Percurso 4. Viana do Castelo – que podem ser percorridos isoladamente e que se encontram sinalizados através da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Os percursos podem ser realizados de diferentes formas de locomoção: de carro e a pé, de cavalo ou de bicicleta. Para assegurar estas possibilidades serão criadas parcerias de forma a complementar os serviços prestados.

Esta proposta de valorização da arte rupestre é inovadora uma vez que não existe uma rota dedicada à arte rupestre na área de estudo. O que ocorre são gravuras que se encontram inseridas em percursos, mas com uma representação pouco significativa. Assim, acredito que estes percursos possam representar interesse à ADERE e ao Parque da Peneda-Gerês tendo em conta que ambas entidades já promovem alguns percursos de cariz histórico-cultural.

Em suma, a «Rota de Arte Rupestre do Noroeste» - aqui idealizada – tem como objetivos complementar a oferta de turismo cultural do vale do Lima, valorizar a arte rupestre da região, aumentar o número de visitantes e por conseguinte o número de dias da estadia.

PARTE I. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E OBJETIVOS

1. Introdução

Na Parte I deste trabalho o leitor vai deparar-se com vários itens. No segundo, dedicado ao turismo, vai ser confrontado com diferentes pontos, desde o que se refere ao turismo como atividade económica, o que define alguns conceitos operatórios relacionados com o turismo e com o turismo cultural, o que discute a questão do perfil do turista cultural.

No terceiro item discute-se o património cultural e arqueológico e o papel das rotas culturais turísticas.

O quarto item refere-se, de forma breve, ao papel do Turismo em Portugal, ao turismo do Porto e Norte de Portugal e ao Turismo do Vale do Lima, a área em estudo e o quinto e último capítulo é dedicado à definição dos objetivos gerais e específicos do trabalho.

2. O Turismo

2.1. O turismo como atividade económica

O turismo representa para a economia de cada país uma fonte de riqueza, de desenvolvimento e de emprego, sendo um importante impulsionador das suas contas nacionais.

As contribuições do turismo para a economia são bem claras em vários domínios como na criação de riqueza (PIB e VAB); na balança comercial e de pagamentos; no desenvolvimento regional e local (empresas e emprego) e na evolução, modernização e progresso social (Henriques 2010; Neto 2013).

A competitividade no turismo, quer a nível europeu como mundial, é conseguida através da «capacidade para elevar o gasto dos turistas, fomentar a sua atratividade facultando aos turistas experiências e memórias únicas, num contexto de constante lucratividade, enquanto obtém um crescente bem-estar para as comunidades locais e conserva os recursos para as gerações futuras» (Ferreira 2009, 57).

Com o decorrer dos anos é evidente o crescimento do turismo mundial, passando de 25 milhões de turistas no ano de 1950 para 700 milhões até 2010. Consequentemente, as receitas apontam para mais de 8% do total de exportações de bens e serviços (Henriques 2010).

A Europa representa o primeiro destino turístico mundial desde 1990, apesar de conhecer um decréscimo de 9% da sua quota mundial de turismo (passando de 60% para 51%). De entre os principais concorrentes destaca-se Espanha, com um crescimento acentuado de 2000 a 2007 (aproximadamente de 13 milhões de turistas) e, apesar da quebra no ano de 2009, em 2010

contava com 52,7 milhões de turistas e 56,7 milhões no ano seguinte; a Grécia com um crescimento moderado (2000: 13 milhões; 2010: 15 milhões; 2011: 16,4 milhões); Croácia e Turquia que conheceram um crescimento constante desde o ano de 2000 (Neto 2013).

Os países árabes como Egito, Tunísia e Marrocos conhecem um forte crescimento no turismo, onde os dois primeiros atingiram o triplo dos turistas estrangeiros na década de 2000 a 2010. O Egito, por sua vez, enfrentou um decréscimo no ano de 2011 devido à crise interna que vivia (Neto 2013).

Esta concorrência direta ou indireta deve ser combatida com uma nova criatividade, sendo esta trazida para o turismo através das experiências turísticas. É caracterizada por gerar contributos positivos quer a nível económico quer patrimonial e social (se tivermos em atenção a transmissão de valores educacionais e cívicos) (Leal 1990; Proença 2005; Richards 2005; Neto 2013). Também o contacto com outras comunidades e expressões culturais contribui para uma civilização mais moderna ou para uma «Civilização do saber» (Vieira 1997).

No ano de 2013, o nosso país ocupava a quarta posição no que diz respeito ao índice e competitividade de preços das viagens e turismo, subindo duas posições relativamente ao ano de 2011, mas mantendo-se pior comparado com 2009, onde ocupava o terceiro lugar. Neste aspeto, os principais concorrentes diretos de Portugal são: França, Espanha, Itália, Turquia, Grécia, Croácia, Egito, Tunísia e Marrocos (Gonçalves *et al*/2014).

No entanto, é no contexto económico que parece haver um maior consenso entre os autores. Leal (1990) explica-nos que o tributo do turismo para a balança de pagamentos é uma vantagem significativa apesar de não ser única, pois os gastos efetivados pelos turistas dilatam a procura de produtos (efeito-consumo) e rendimento dos vários sectores da economia (o referido efeito-multiplicador)» (Leal 1990). Posto isto, é de igual forma reconhecido pela Comunidade Económica Europeia – que o turismo é um sector de importância, com tendências a aumentar cada vez mais o seu contributo na atividade económica dos países membros» (Leal 1990).

É neste sentido que a OMT faz previsões para o turismo mundial e apresenta dois cenários¹, um em 2001 com uma extensão até 2020 e um em 2011 que, além de algumas correções do anterior, alarga-se até 2030 (Henriques 2010; Neto 2013).

¹ Estes trabalhos são elaborados com base na experiência científica de décadas e bases de dados consistentes.

Quadro 1. Evolução do Turismo no Mundo e Europa (em milhões)²

	1990	2000	2010	2011	2020	2030
Mundo	435	674	940	980	1360	1809
Europa	262	385	475	504	620	744
% Europa/Mundo	60.2%	57.1%	50.5%	51.4%	45.6%	41.1%
Sul-Europa/Mediterrâneo	90	132	169	182	219	264
% Sul- Europa/ Mediterrâneo	34.4-5	34.3%	35.6%	36.1%	35.3%	35.5%

Assim, segundo estes dados, a Europa continuará a ser a mais escolhida no turismo mundial recebendo aproximadamente mais 269 milhões de turistas (145 milhões até 2020 e 124 até 2030), no entanto, verifica-se o decréscimo da quota de 51,4% para 45,6% e posteriormente para 41,1% (Quadro 1).

A Ásia/Pacífico, com uma quota de quase 30%, segue-se como segundo destino turístico mundial; as Américas apesar de continuar a perder quota vêm a crescer em valores absolutos (cerca de 25%) e a África e Médio Oriente conhecerão uma evolução moderada, onde os valores absolutos crescerão cerca de 50% e as quotas serão de 7-8% (Neto 2013).

Deste modo, o turismo nacional necessita captar mais valor do turismo-consumidor, de forma imediata, e reposicionar a oferta no mercado internacional, a médio e longo prazo, de forma a aumentar o número de turistas internacionais de forma sustentável e continuada (Gonçalves *et al*/2014).

Em suma, é preciso ter em atenção que apesar das estatísticas turísticas serem favoráveis – quer na atualidade, quer nas previsões publicadas pela OMT, e de gerarem receitas não se pode assegurar o turismo como resposta a todas as vicissitudes do desenvolvimento económico. Este facto deve-se aos impactes negativos pois, apesar dos impactes positivos (aumento das ofertas de oportunidade, mais difusão dos produtos e serviços, aumento da qualidade de vida, novos equipamentos e infraestruturas) existem impactes negativos (aumento do custo de vida, aumento dos preços de produtos, serviços e propriedades) que constituem entraves.

2.2. Conceitos operatórios

O trajeto evolutivo do conceito de turismo tem seu início no ano de 1954 aquando o Congresso de Palermo, Sicília, organizado pela Associação Internacional de Técnicos de Turismo.

² Tabela adaptada de Neto (2013, 150).

Assim, definiu-se turismo como «um conjunto de relações e manifestações que se originam com uma viagem e com uma estadia temporal do visitante, sempre que desta estadia não resulte uma actividade lucrativa» (Marques 2005, 28).

Mais tarde, em 1989, a OMT notifica na Declaração de Haia Sobre o Turismo esta atividade como sendo uma forma de cooperação internacional e de partilha entre povos promovendo o desenvolvimento quer individual como coletivo. Posto isto, era ainda evidente a falta adesão aos conceitos já criados e, como forma de solucionar esta problemática, em 1993 são propostas à Comissão de Estatística das Nações Unidas «Recomendações Sobre Estatísticas do Turismo» onde ressalta centra a noção de turismo como sendo um fenómeno sócio-económico e cultural que tem por base a deslocação de pessoas (Marques 2005).

O conceito de turismo hoje pode ser determinado segundo dois pontos de vista: um conceptual, em que é definido como um movimento temporário de indivíduos para destinos fora dos seus locais habituais de trabalho e de residência, assim como as atividades expandidas ao longo da sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para dar resposta às suas necessidades (Mathienson e Wall 1982 *in* Proença 2005); e outro técnico, onde assume posição a OMT definindo-o como um combinado de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em lugares localizados fora do seu ambiente habitual por um período interrupto que não supere um ano, quer por motivos de lazer, quer por motivos de negócios (Proença 2005).

Ainda sobre este conceito, Dias (2009), estando consciente da complexidade do turismo define-o segundo um olhar antropológico, onde interpreta o turismo como um «processo de incessante procura: a procura de si próprio e a procura do outro» (Dias 2009, 7).

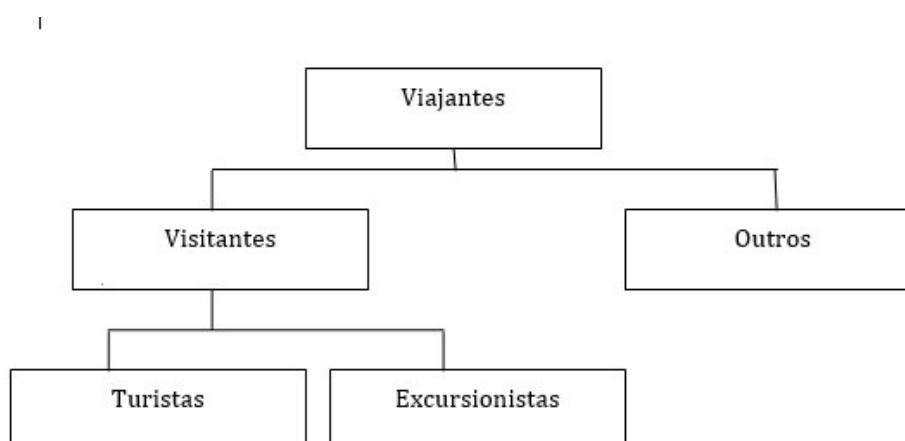


Figura 1: Classificação dos viajantes.³ (adaptado de Cunha 2009, 18)

³ O viajante pode ser interno, quando se desloca no seu país de residência ou internacional quando na sua viagem passa a fronteira.

Se aprofundarmos a questão do turismo, é possível verificar que existem diferentes conceitos operativos no que diz respeito a quem o pratica. Dito por outras palavras, o visitante é o indivíduo que se desloca da sua área de residência para um outro local, em período inferior a um ano, e nessa viagem não tem como intuito atividades remuneradas; o turista é o indivíduo que se desloca da sua área residencial para uma atividade não remunerada mas que realiza uma estadia de, pelo menos, uma noite. No entanto, desde 2001 este conceito engloba os visitantes que se deslocam por questões de negócios, saúde e/ou visita a amigos e parentes por mais de um dia (Masseno 2008; Cunha 2009); o excursionista é idêntico ao anterior com a diferença de que o seu período de deslocação é inferior a um dia, sem pernoitar; por fim, o residente é a pessoa que permanece num local por mais de seis meses (Masseno 2008).

O turismo como fenómeno social deve ser situado «no centro do triângulo da modernidade, constituído pelo mercado, pelos meios de comunicação [...] e pela sociedade sem que a ordem dos factores seja revelante» (Gallego *et al.* 2003 *in* Dias 2009).

Dias, em *O Espaço no Imaginário Turístico*, atribui três formas de mobilidade. Em primeiro lugar apresenta a mutação espacial (a viagem), em segundo a mutação societal que corresponde à redefinição do *status* e, por fim, a mobilidade mais simbólica (a mutação existencial, a busca do sentido) (Dias 2009, 7).

Posto isto, é importante ter presente os diferentes tipos de turismo: turismo de recreio, turismo de repouso, turismo cultural, que será o centro deste trabalho, turismo étnico, turismo de natureza, turismo de negócios e turismo desportivo (Cunha 2009). Na tabela que se segue (Quadro 2) pode-se verificar, de forma sucinta, os diferentes tipos de turismo acompanhados das suas motivações e os seus principais destinos.

Quadro 2. Tipos de turismo, motivações e principais destinos

Tipos de Turismo	Motivos	Principais destinos
Turismo de recreio	Curiosidade; Desfrutar das paisagens; Distrações.	Praias; Belezas naturais; Grandes centros urbanos.
Turismo de repouso	Relaxamento; Benefícios para a saúde.	Locais calmos; Campo; Estâncias termais; <i>Health resorts</i> ; Cruzeiros marítimos.
Turismo Cultural	Desejo de ver coisas novas; Aumentar conhecimentos; Conhecer hábitos de outros povos.	Centros culturais; Museus; Monumentos.
Turismo étnico	Observar modos de vida.	Locais exóticos.

Turismo de natureza	Desejo de «regresso à natureza»: atravessar montanhas e as florestas Observar a relação entre pessoas e a terra.	Grand Canyon (EUA); Yellestown Park (EUA); Picos da Europa (Espanha); Gerês (Portugal); Pantanal (Brasil); etc.
Turismo de negócios	Negócios.	Destinos com centros de congressos e exposições; centros urbanos ou industriais.
Turismo desportivo	Desportivos.	Centros de golf e esqui.

(Fonte: Cunha 2009)

2.3. O turismo cultural e arqueológico

O turismo é um setor económico que conheceu um avanço notório após a Segunda Guerra Mundial embora, só nos anos 80, tenha surgido o denominado *Turismo Cultural*, visto como uma forma de valorizar a identidade cultural, promover a preservação e conservação do património e, por fim, conseguir uma promoção económica dos bens culturais (Ronchi 2006; Nabais 2010; Lima 2011). Este arranque no setor do turismo cultural é ainda explicado como alternativa a um modelo tradicional de turismo baseado no sol e praia onde a exigência do turista não era tão vincada (Mota, Remoaldo e Cadima 2010).

A cultura, identificada por Tylor (1913) – citado em Marques (2005) – como «global, partilhada, transmissível e evolutiva» conheceu assim um vínculo com o turismo através da existência de pessoas interessadas em conhecer outras culturas e o crescimento e desenvolvimento dessa área é tão pronunciado que a UNESCO defende que «o turismo não existiria sem a cultura» (Lima 2011, 10). Do mesmo modo Richards (1996 in Marques 2011, 16) afirma que «a cultura e o turismo estão destinados, agora e para sempre a ficarem juntos».

Entenda-se então, por turismo cultural as atividades turísticas que se encontram relacionadas com o património histórico e cultural, seja ele material ou imaterial (Ronchi 2006, 10).

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) trata-se de um

«movimento de pessoas por razões essencialmente culturais, tais como: visitas de estudo, viagens artísticas e culturais, viagens com o intuito de assistir a festivais ou outros eventos, visitas a monumentos, viagens para o estudo da natureza, do folclore ou da arte, e ainda peregrinações» (citado em Lima 2011).

No entanto, é importante ter em atenção que este ramo do turismo não assenta unicamente na procura de eventos ou experiências culturais⁴ (Reis 2013, 297) uma vez que se evidenciam diferentes tipos de turismo cultural, nomeadamente: turismo arqueológico, turismo religioso, turismo artístico-monumental e gastronomia e vinhos. Dito por outras palavras, um turista cultural não se encontra “preso” a uma determinada atividade; pode usufruir, além de espetáculos e de eventos pontuais, de experiências gastronómicas, de visitas a museus, compras no comércio tradicional, visitas a amigos e/ou familiares, continuando a garantir receitas para o local visitado. Assim, pode afirmar-se que esta atividade turística «assume um papel heterogéneo de actividades multifacetadas, multidimensionais, criando dinâmicas económicas» (Lima 2011, 13).

O turismo arqueológico recorre ao património móvel (no caso de artefactos) e imóvel (no caso das estruturas ou monumentos). Neste tipo de turismo, e dado que os sítios arqueológicos, abertos ao público, se encontram maioritariamente em espaços rurais, o visitante pode usufruir do turismo de natureza, em simultâneo. Este facto pode gerar uma menor sazonalidade nas visitas uma vez que não assenta unicamente em eventos pontuais.

O turismo religioso, por sua vez, pode estar ligado às crenças religiosas (ou não), ou seja, o turista ou visitante desloca-se a locais onde serão oferecidos eventos como romarias, peregrinações, apresentações artísticas de carácter religioso, visita a monumentos religiosos (templos, igrejas, santuários) de forma a promover o legado artístico e arquitetónico (Embratur 2006, 12).

O turismo artístico-monumental apoia-se no património arquitetónico, ou seja, nos emblemáticos edifícios que constituem muitos dos centros históricos e periferias.

Por último, o turismo de gastronomia e vinhos assenta nas iguarias que cada região pode proporcionar ao visitante. Este tipo de turismo cultural, baseado no património imaterial, tem vindo a ganhar visibilidade e verifica uma grande procura.

É importante ter presente que existem organismos internacionais que apoiam o património e, por conseguinte, o turismo cultural. De entre as entidades destaca-se a UNESCO, o Conselho da Europa, ICOMOS e a União Europeia (Carvalho 2010). Em 1976 foi aprovada pela ICOMOS a «Carta do Turismo Cultural» que reconhece a «extrema necessidade de implementar medidas apropriadas de sensibilização, destinadas a facilitar a informação e a formação das pessoas, que

⁴ Estes eventos culturais são concretizados para satisfazer as necessidades locais de lazer; para manter as tradições autênticas; melhorar o relacionamento dos residentes e turistas e encorajar o desenvolvimento organizacional local (Getz s/d, citado em Cadima *et al.* 2005).

se deslocam por motivos turísticos no interior ou para o exterior do seu país de origem» e tem como objetivo promover uma estratégia educativa de forma a consciencializar a sociedade para uma compreensão e respeito pelo património (Carvalho 2010).

O caso de estudo aqui tratado enquadra-se no turismo arqueológico. Este recorre a vestígios arqueológicos imóveis, como os afloramentos com gravuras rupestres, com o objetivo de proporcionar ao visitante uma experiência dos lugares sagrados do passado através de uma rota, que pode e deve ser articulada com outros produtos.

2.4. Perfil do turista cultural

O turista cultural é um indivíduo que tem interesse por conhecer o passado e a história; por vivenciar e conhecer as culturas que não são a dele.

Na obra «*Turismo Cultural: Orientações Básicas*» – da OngTour e sob coordenação geral de Tânia Brizolla – percebe-se que a motivação do turista centra-se nos aspetos culturais, levando-o a visitar atrativos localizados tanto em área urbana como em área rural, valorizando a cultura em toda a sua sofisticação e singularidade e buscando bens que representem a identidade local e memória coletiva de um determinado povo ou região (Embratur 2006, 16-17).

Na obra *Novos Turistas e a Procura da Sustentabilidade*, os autores caracterizam o turista cultural com preocupações ambientais. Ou seja, aquele que é sensível às culturas locais; consciente das questões da justiça social; conhecedor das questões ambientais; com preferência pelos itinerários flexíveis e espontâneos; que procura experiências desafiantes, autênticas e com significado, entre outras, como sendo o novo turista (Lima & Partidário 2002).

O turista cultural é, portanto, atraído pelo autêntico e pelo tradicional (Reis 2013, 298).

Para Bywater (1993) citado por Marques (2011b), a segmentação do mercado é feita através de três tipos de turista: o turista culturalmente motivado; o turista culturalmente inspirado e o turista culturalmente atraído. O que os distingue é o interesse que cada um deposita neste contexto. O primeiro é interessado por estas questões e programa as visitas, é capaz de percorrer vários pontos de uma região, acompanhado do seu guia turístico com o intuito de aprender. O segundo, por sua vez, gosta destas experiências mas é atraído por temas mais específicos. O último corresponde ao turista que programa as suas férias e considera o turismo cultural como um acrescento positivo para as mesmas (Marques 2011b).

Na análise ao *Touring Cultural e Paisagístico* publicado pelo Turismo de Portugal, verificamos que o turista cultural quanto ao seu perfil sociodemográfico corresponde a casais sem

filhos, jovens e reformados. O nível de formação deste turista é geralmente médio/médio-elevado assim como a classe social (classe A e B). Os dados indicam que estes indivíduos viajam em família, casais ou em pequenos grupos de amigos (Turismo de Portugal 2006; Alexandre s/d).

A informação, geralmente, é conseguida através de revistas de viagens, brochuras/catálogos, recomendações de familiares e amigos, assim como pela internet. É através das agências de viagem e da internet que acabam por efetuar as compras. Estas são normalmente feitas em reservas de última hora, com meses de antecedência ou em viagens no período de férias escolares (onde se verifica uma maior densidade de aquisições, apesar deste turismo estar disponível todo o ano). As compras para destinos continentais são feitas para um período entre 3 dias a 2 semanas. As viagens *long haul*, por sua vez, variam entre as 3 e as 5 semanas (Turismo de Portugal 2006).

O alojamento de preferência deste tipo de turista são os hotéis de 3 a 5 estrelas, pousadas, alojamentos privados e íntimos ou apartamentos (Turismo de Portugal 2006).

3. O património cultural e arqueológico e rotas culturais

3.1. O património cultural e arqueológico

O termo património remonta do latim *patrimonium* cujo significado assenta na herança paterna e sugere algo que é deixado para as gerações que se seguem, ou seja, algo que é deixado pelos antepassados às gerações vindouras. Segundo (Duran 2006) o património começa a ser alvo de preocupação a partir do século XIX, onde se começa a identificar, preservar e valorizar esta herança uma vez que o vandalismo começa a ser frequente. É importante ter em atenção que o conceito de património e património cultural foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Até ao ano de 1890 este conceito estava assente nos “restos da Antiguidade” (Choay 1992 *in* Moreira 2006, 129) que se repartiam em três tipologias: castelos medievais, catedrais e templos góticos. Contudo, é evidente uma maior consciencialização das questões patrimoniais durante o séc. XIX, sendo Alexandre Herculano, em Portugal, o primeiro protagonista a zelar por este tema (Moreira 2006).

Hoje, o património cultural é entendido como um conceito amplo e aberto aos novos desenvolvimentos dos valores de cultura e de civilização que possam vir a ter interesse cultural (Ferreira *et al.* 2012). Como refere Frier (1997), o património cultural combina vestígios da atividade humana que determinada comunidade considera essencial para a sua identidade e a sua memória coletivas, desejando, assim, preservá-lo de forma a transmiti-lo às gerações futuras

(Frier 1997 *in* Nabais 2010).

Aledo Tur (2003 citado em Sousa 2014) revela que o património cultural está assente na ideia de desenvolvimento endógeno, cujos orientadores são: o aproveitamento dos recursos próprios sem depender excessivamente do exterior; o protagonismo no planeamento e execução de programas e de ações; o ganhar dependência e autonomia através da educação.

Nabais, na sua obra *Introdução ao Direito do Património Cultural* explica a relação que existe entre os termos «património cultural» e «bens culturais», dizendo que se trata de duas formas de encarar a mesma realidade «na globalidade e nos seus elementos ou componentes constitutivos» (Nabais 2010, 20).

O património cultural pode ser manifestado através do património material e do património imaterial. O primeiro pode ser manifestado através do património arquitetónico e artístico. O segundo, por sua vez, assenta em tudo o que se refere a tradições, religiosas ou não, a festividades, à gastronomia e vinhos; ou seja, a valores linguísticos, etnográficos e etnológicos.

Josep Hernández e Jordi Tresserras (2001, 203) avançam dizendo que o património cultural constitui um dos recursos básicos para a configuração de um destino turístico. Por isso, devemos considerar e transformar esses recursos em produto garantindo um desenvolvimento que perdure. Dito por outras palavras, o património passa de um recurso a um produto, gerando riqueza e emprego. Atualmente existem leis que defendem a valorização e salvaguarda deste tipo de património uma vez que esta herança se encontra constantemente em perigo. Assim, a preocupação por estes vestígios humanos está assegurada em vários documentos, nomeadamente na Constituição; na Lei do Património Cultural (1985) que diz:

«todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo» (art. 1º), «todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização» (art. 2º, nº 1 da atual LPC).

E na Lei de Bases da Política e do Regime da Protecção e Valorização do Património Cultural (Nabais 2010, 18). Esta lei de bases fixa os objetivos da tutela dos bens culturais que se estendem a três níveis: 1) o objetivo imanente constituído pela garantia da dignidade da pessoa humana; 2) os

objetivos primários de conservação, valorização e crescimento do património cultural; 3) os objetivos instrumentais (dos objetos primários), onde avistamos os objetivos de reconhecimento, de formação no âmbito da ciência e da educação, de divulgação e de gestão (Nabais 2010, 51).

A «interpretação do património» – termo utilizado a partir dos anos 80 para o património cultural – reside na dimensão social dos bens culturais, ou seja, na ligação existente com a herança que nos é deixada e a procura desta por parte da sociedade. Como nos explica Carvalho (2010) existe divergências quanto ao conceito deste termo; contudo, todas as instituições e/ou associação profissional concordam que para se despertar interesse aos visitantes é necessário que os interpretes consigam passar a mensagem tendo presente a experiência dos visitantes.

As normas internacionais sobre o património cultural assentam em quatro aspetos: 1) as convenções (aprovadas pelos Estados signatários que forçam a aplicação – nos territórios – dos princípios nele expressos); 2) as recomendações (princípios destinados a orientar as políticas de cada Estado sem carácter vinculado); 3) as resoluções do Conselho da Europa (que servem de modelo para adoção de recomendações e convenções mas sem carácter vinculativo); e por último 4) os restantes atos como cartas, orientações, princípios, noções acerca de determinada matéria como forma de orientar a ação dos agentes sem um carácter vinculativo (Carvalho 2010).

Para o caso de estudo apresentado neste trabalho, irei detalhar mais exaustivamente as leis do património arqueológico. Segundo o termo nº 1 do art. 74º da *Convenção Europeia para Proteção do Património Arqueológico*, este:

«integra o património [...] todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia» (Nabais 2010, 59).

Assim, o património arqueológico constitui uma fonte histórica do passado, onde – sem menosprezar as restantes metodologias – a metodologia arqueológica é a que mais se realça. Neste sentido, é ainda importante perceber que a escavação arqueológica não é o único método utilizado. Contudo, estas fontes históricas são hoje consideradas património arqueológico na medida em que os seus vestígios já não possibilitam a utilização dos mesmos para a função a que

foram destinados aquando a sua criação (Gil 2006).

A nível jurídico, o património arqueológico, distingue-se ligeiramente dos restantes bens integrados no património cultural. No entanto, verifica-se um progresso na legislação de ambos (Nabais 2010, 61).

3.2. Rotas e itinerários culturais

No ano de 1987 nasce o programa *dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa*, cujo objetivo é mostrar que o património espalhado pelo mundo integra o património cultural e que este pode ser utilizado como fator de desenvolvimento das regiões. Este programa defende que os itinerários culturais são responsáveis por três aspetos fundamentais: 1) promover a consciencialização das identidades culturais; 2) promover a salvaguarda do património cultural como recurso para o desenvolvimento social, económico e cultural; 3) promover a valorização do património (Lima 2011). Mais tarde, já nos finais da década de 90 (1998) é criado, em Luxemburgo, o Instituto Europeu das Rotas Culturais, tratando-se do corpo técnico responsável por monitorizar e acompanhar o trabalho de implementação das rotas no terreno (Henriques 2010).

É importante haver consciência de que um turista, quando se desloca a uma cidade, não pretende permanecer aí por muito tempo pois existe na cidade vizinha uma oferta semelhante. É neste contexto que se justifica a criação de rotas turísticas, promovendo a visita aos sítios mais emblemáticos da região sem possíveis rivalidades entre cidades, mas sim promoção entre cidades. Esta opinião é partilhada por outros autores como Maia *et al.* (2011) *in* (Maia 2011), dizendo que as rotas turísticas visam oferecer a acessibilidade de deslocações e a gestão de recursos, gerindo o tempo de estadia, para que os visitantes possam desfrutar dos momentos de lazer. Quijano *et al.* s/d, citado em Maia (2011) define uma rota como sendo uma «descrição de um caminho (...), especificando os lugares (...) e propondo uma série de actividades e serviços». De encontro à mesma opinião, outros autores afirmam que os «itinerários podem adicionar variedade de serviços prestados, criando assim, uma larga vantagem económica a toda a comunidade» (Ferreira *et al.* 2012).

Para a concretização de uma rota são precisas quatro etapas: em primeiro lugar é necessário definir a rota a desenvolver atribuindo-lhe um nome que transmita de imediato o seu

⁵ O Concelho da Europa foi criado em 1949, com o objetivo de defender e promover os direitos humanos e funciona com independência da União Europeia embora se verifique um trabalho de colaboração entre ambas as organizações (Gil 2006).

conteúdo e que seja de fácil compreensão para os diferentes públicos-alvo; em segundo cabe escolher os pontos turísticos; em terceiro lugar faz-se um levantamento geográfico e dos acessos aos locais; em quarto lugar está o traçado da rota (Paula & Bastos 2003 citado em Maia 2011).

A gestão de uma rota é um processo fundamental para o sucesso da mesma, assim, são apontados alguns elementos essenciais para o seu bom funcionamento: criação de uma comissão ou comité de gestão da rota; criação de um sistema de propriedade/associação à rota, que estabelece os requisitos a cumprir, os direitos e as obrigações dos membros; coordenação e cooperação entre os membros da rota; definição de padrões de qualidade para todos os componentes da rota; avaliação permanente do desempenho da rota; elaboração e difusão de material informativo; criação de um símbolo gráfico que expresse a identidade e o conteúdo da rota; procura permanente de novos elementos para enriquecer a rota (Turismo de Portugal 2006).

Posto isto, é importante ter em atenção os impactos que a criação destas rotas promove. É ainda importante pensar nas comunidades recetoras e nas alterações que a atividade turística terá nas suas rotinas. As comunidades locais – especialmente os residentes – vêem o turista, por vezes, como um intruso gerando, por conseguinte, conflitos (Vieira 1997; Sousa 2014). Dias, no seu artigo *Espaço, Memória Social e Imaginário* aponta algumas alterações que se podem verificar no destino nomeadamente: alteração das condições de vida dos lugares; alteração nos espaços de sociabilidade e as modificações físicas e estruturais que serão introduzidas para dar resposta ao turismo (Dias 2009, 18). A estes impactos socioculturais, Santana (1997) acrescenta as alterações nas relações interpessoais; a própria organização familiar, nomeadamente a relação entre gerações; o ritmo de vida social; a divisão do trabalho; a estratificação social; a distribuição do poder e as alterações nos costumes das comunidades.

No que concerne aos impactes económicos, Eusébio e Carneiro (2012) citados em Sousa (2014), referem-se a este sector como sendo impulsionador do desenvolvimento das regiões, ao promover a entrada de divisas, assim como ao gerar de empregos; ao aumentar as atividades económicas e produtivas de empresas; ao aumentar o rendimento das famílias e do Estado e ao melhorar as infraestruturas de apoio social e recreativo. No entanto, os impactes ambientais são prejudiciais, pois o excesso de pessoas vai levar a uma maior poluição – quer ambiental quer sonora – assim como à massificação (Santana 1997).

Nesta perspetiva, o turismo e as rotas turísticas devem, portanto, ser sustentáveis. Para isso, devem ser utilizados cinco mecanismos para a sua consecução, a saber: 1) sistemas de controlo integrados e cooperativos; 2) desenvolvimento de mecanismos de coordenação da

indústria; 3) organização das respostas aos consumidores; 4) organização das respostas aos produtores; 5) planeamento estratégico como substituto de abordagens convencionais (Dutton & Hall 1989 *in* Ferreira 2009).

Nabais explica o princípio de sustentabilidade dividido em dois subprincípios: o da sustentabilidade económica e o do património sustentável ou da rendibilização dos bens culturais; assim, apela a um entendimento do património cultural e das formas a utilizar os bens culturais, ou seja, estes têm de possibilitar a sua gestão (Nabais 2010, 125). Além dos aspetos apontados por Nabais (2010), outros autores como Eduardo Henriques (2010) e Cristina Lima (2011) acrescentam a questão da sustentabilidade a nível ambiental. Dito por outras palavras, o turismo sustentável é aquele que traz ganhos económicos a longo prazo; faz um bom uso dos recursos naturais (respeitando as necessidades ambientais de forma a preservar a biodiversidade); e valoriza a identidade e autenticidade sociocultural dos residentes de cada região (Henriques 2010).

De forma a dar resposta a todas estas questões de sustentabilidade é criada a *Carta Europeia de Turismo Sustentável* que visa estabelecer estratégias para um desenvolvimento turístico sustentável. De entre os princípios estipulados salientam-se oito:

«Proteger e valorizar o património natural e cultural da área protegida; providenciar aos visitantes uma experiência de qualidade durante a visita; proporcionar aos visitantes informações sobre as qualidades específicas da área protegida; estimular a oferta de produtos turísticos específicos que permitam a descoberta e a compreensão do meio natural e cultural da área protegida; assegurar que o turismo suporta e não reduz a qualidade de vida das comunidades locais; aumentar o conhecimento sobre a área protegida e sobre os assuntos de sustentabilidade entre todos aqueles que estão envolvidos no turismo; aumentar os benefícios do turismo na economia local e monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactos negativos»

4. Turismo em Portugal

4.1. Introdução

No contexto português, a atividade turística conhece o seu desenvolvimento a partir dos anos 50 do séc. XX, período onde se começa a desenvolver um turismo de sol e praia, de cidades, de monumentos e de centros religiosos (Rocha 2013). No entanto, é preciso perceber que o turismo estava condicionado apenas a algumas pessoas; sendo estes os aristocratas e burgueses

endinheirados – até aos anos 30 – e, após os progressos sociais, a classe média (Vieira 1997; Alexandre s/d).

Na década de 50 e nos primeiros anos da década de 60 verifica-se um aumento significativo quer nas entradas de estrangeiros no nosso país, quer na capacidade hoteleira, que triplica, entre 1957 e 1967 (Alexandre s/d). Na década seguinte, os anos 70, a realidade continua a mesma, no entanto, e tendo em conta a crise económica a nível internacional que se vivia, há uma diminuição (por parte de alguns dos principais emissores turísticos internacionais) na procura do mercado nacional (Alexandre s/d). Só os anos compreendidos entre 1990 e 2000 são caracterizados como a «década de ouro do Turismo» (Neto 2013, 19), uma vez que Portugal conseguiu um crescimento do turismo de 55% fazendo frente aos seus maiores concorrentes, a Espanha com 36% de crescimento e a Grécia com 46% (Neto 2013). Já na década seguinte, os valores não são tão animadores, ou seja, estamos perante uma «década perdida» onde os valores de crescimento são inferiores (Neto 2013; Turismo de Portugal 2007). Entre 2000 e 2010 o nosso país contou com uma diminuição de um milhão de turistas estrangeiros (8%) embora tenha conseguido recuperar, ligeiramente, em 2011, aproximando-se dos valores de 2000 (Neto 2013). Este autor aponta algumas causas para esta situação. Primeiramente, avalia a estratégia adquirida pelos vários governos como sendo errada; identifica uma incompreensão e atraso na adequação estratégica de Portugal às alterações estruturais que o turismo internacional sofreu e aponta para uma subestimação económica desta atividade, por parte dos governos (Neto 2013)

Segundo o mesmo autor, as políticas nacionais basearam-se na criação de projetos imobiliários/turísticos de grandes empresas, muitas vezes externas ao turismo, e sem qualquer plano e estratégia que se preocupe com os territórios, os recursos e até mesmo as regiões. É compreensível que, para o crescimento do turismo, o investimento privado seja fundamental, contudo, e aí reside o problema, os empreendimentos turísticos não podem ser construídos como «imitações» de outros imobiliários. Devem respeitar as normas da sustentabilidade. Caso contrário os impactes negativos são muitos provocando a estagnação do turismo, especialmente no Algarve (Neto 2013).

O turismo mundial estava a conhecer novas transformações, mas em Portugal as atenções continuavam viradas para o sector imobiliário. Também a importância das companhias de *low cost* foram tardiamente compreendidas por Portugal pois, segundo a mentalidade do nosso país, estas estavam associadas a um «turismo pobre», destinado aos pobres e o que se pretendia era um «turismo de qualidade» (Neto 2013). Portugal perde, também, competitividade face às

operadoras turísticas internacionais, que, por sua vez, sofreram alterações de forma para conseguir preservar a sua força. As novas tecnologias de informação nas últimas décadas conheceram um importante papel no turismo. Em Portugal, de acordo com o mesmo autor, fizeram-se relevantes avanços nesta área mas, apesar disso, e dos muitos investimentos efetuados em agências de viagens, agências de intermediação e marcação *on line*, verifica-se a sensação de dispersão e de esforços. A tudo isto junta-se os novos comportamentos dos turistas, a existência de novos destinos (concorrência) e a crise financeira, que mesmo não sendo exclusiva de Portugal leva a uma recuperação mais lenta para nós devido aos problemas anteriores.

Em último lugar, o autor menciona a subestimação da importância do turismo pois a cultura do turismo em Portugal foi substituída por práticas cada vez mais «imediatistas copiadas de outros setores» como afirma o autor. No decorrer da obra é ainda mencionada a desvalorização social em relação aos profissionais do turismo que, apesar das suas qualificações e elevado profissionalismo, são vistas como profissões «pouco sérias». Por outro lado, a perda de peso político do turismo nos governos, intensifica esta subestimação. Posto isto, o que se verifica são políticas governamentais que não são idealizadas pensando especificamente no sector do turismo, mas sim na fusão de estruturas, e na reunião de centros de decisão noutros organismos do Ministério da Economia. Este facto não visa o objetivo estratégico do turismo; o trabalho de investigação; o conhecimento; o estudo e elaboração; o benefício de competências e de experiências de valor ou de uma vasta cultura acumulada.

No entanto, e apesar destes constrangimentos e da redução de cerca de 1 milhão de estrangeiros a entrar em Portugal, verifica-se uma evolução satisfatória no turismo interno. Nesta situação, as regiões não obterão receitas tão elevadas nas dormidas mas continuam a verificar-se ganhos para o destino (Neto 2013; Turismo de Portugal 2007).

«a importância económica do Turismo é claramente evidenciada pelas receitas externas contabilizadas pelo Banco de Portugal, que, como exportação que é, gera, e que as palavras da Conta Satélite do Turismo sublinham: o Turismo é hoje a principal atividade exportadora nacional» (Neto 2013, 37-38).

Tal deve-se ao facto de a oferta turística em Portugal, ter começado a sofrer alterações ao longo dos últimos anos (Proença 2005). Assim, e uma vez que as evidências do património cultural são muitas, de norte a sul do país, Portugal começa a desenvolver o chamado Turismo Cultural.

No nosso país são conhecidos alguns núcleos urbanísticos com grandes riquezas arquitetónicas, paisagísticas, ou seja, verdadeiros testemunhos de uma identidade e cultura (Alexandre s/d; Turismo de Portugal 2006). Mas não basta dispor da riqueza, é necessário criar fatores de atratividade para os destinos culturais, como é o exemplo de rotas e circuitos quer gerais ou temáticos; diversidade de apoio ao viajante, tendo em atenção os idiomas; boa sinalética nos percursos entre muitos outros aspetos (Turismo de Portugal 2006).

Posto isto, é importante para o Turismo Cultural enriquecer a oferta turística. Neste sentido, é essencial estabelecer objetivos de intervenção e, por conseguinte, pensar-se nas linhas de atuação. Assim, e com base no PENT, é fundamental utilizar os elementos culturais do nosso país – especialmente os elementos diferenciadores – para atividades de lazer; promover a nossa cultura nos diferentes produtos turísticos, mesmo que o turista não opte pelo turismo cultural. Para concretizar cada aspeto aqui mencionado, o PENT aponta propostas, como a realização de concertos públicos de fado e de música regional em diferentes centros históricos e a promoção de pacotes turísticos com temas mais específicos (tendo o exemplo do mar e da navegação que marcou a nossa história) (Turismo de Portugal 2007).

O turista que tem preferência pelas viagens de *touring cultural* corresponde a 6% das entradas em Portugal, sendo as principais atratividades as visitas a cidades; o conhecimento de paisagens; a visita de museus, frequentar espetáculos; descansar; conhecer pessoas; “desconectar” e conhecer a gastronomia (Turismo de Portugal 2006).

Posto isto, com a nova revisão do *Plano de Desenvolvimento do Turismo*, o objetivo aponta para um crescimento de 6,3% ao ano com base no aumento do consumo médio e turistas a nível nacional e na aposta de qualificação e inovação das experiências. Quanto à balança turística está previsto, para 2015, um aumento de 9,5% (Turismo de Portugal I.P. 2011).

No contexto atual, o turismo em Portugal conhece o reconhecimento a nível internacional. Prova disto são os prémios e distinções que recebeu no ano de 2013: melhor destino de golf do mundo; melhor *Resort & Spa* de luxo do mundo acompanhado dos artigos de revistas nacionais e internacionais que recomendam Portugal como destino de visita (Sousa 2014).

4.2. Turismo no Porto e Norte de Portugal

O Norte e Centro de Portugal é a região que apresenta os valores mais favoráveis para a evolução do turismo. A década de 2000 a 2010 foi igualmente significativa para estas regiões, onde as dormidas registaram um crescimento de 1,6 milhões no caso dos portugueses e 1,4

milhões nos turistas estrangeiros (Neto 2013). O Norte, entre 2010 e 2011, contou com 2 milhões de dormidas de estrangeiros e 2,5 milhões de dormidas de portugueses. Segundo o autor, os portugueses são os «principais clientes» de todas as regiões de Portugal com a exceção do Algarve, Lisboa e Madeira (Neto 2013) (Gráfico 1).

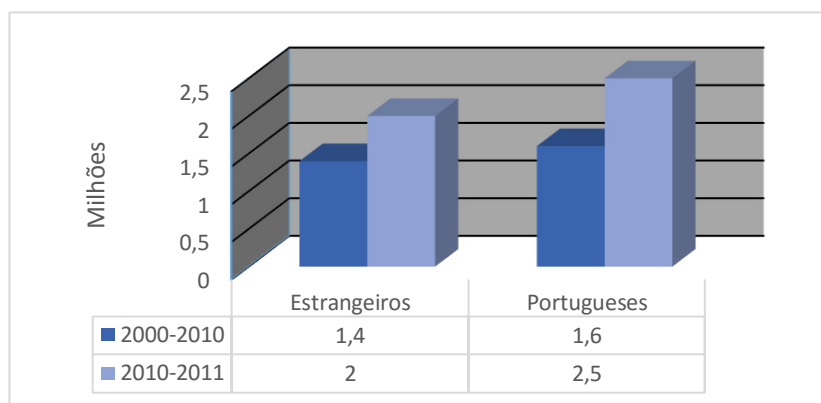


Gráfico 1. Número de dormidas no Porto e Norte de Portugal.

Segundo o *Touring Cultural e Paisagístico* esta região deveria dar maior atenção à questão da valorização de rotas no interior – essencialmente nas Aldeias Históricas – proporcionando, assim, o estímulo do turismo nessa área. Na fonte acima supracitada e no PENT é esclarecido que o património histórico e cultural é uma das principais motivações (acompanhada do *City Break* e do Turismo de Natureza) dos visitantes do Porto e Norte de Portugal; contudo, e uma vez que se verificam falhas a nível de acessibilidade aos recursos, são apontadas algumas linhas de atuação para mudar a realidade que esta região atravessa. De entre as propostas destacam-se: 1) o investimento, quer na ampliação e melhoria da qualidade da oferta hoteleira, quer no turismo em espaço rural nas zonas de percursos/rotas; 2) o melhoramento do estado das estradas secundárias; 3) a criação e a definição de rotas de *touring*; 4) a criação de um sistema de sinalização das rotas (Turismo de Portugal 2006). Todos os fatores tentam visar o enriquecimento da oferta.

O turista do Porto e Norte de Portugal apresenta algumas especificidades. Ao consultar os estudos do perfil do turista do Porto e Norte⁶ podemos verificar que, entre 2012 e o primeiro trimestre de 2014, este tem entre os 26 e 50 anos e anda, maioritariamente, acompanhado pelo seu conjugue e filhos. Estes turistas referem como principal fator de atração a beleza natural da

⁶ Elaborados em parceria por diferentes entidades: Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDT), Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal (ERTPNP) e o Aeroporto Sá Carneiro.

região, contudo, motivações como cultura, património e gastronomia também assumem uma posição favorável.

O turista que definia o Norte como seu destino de lazer, em 2012, tinha como preferência a internet – geralmente utilizando o Google – para organizar a sua visita. O estudo do primeiro trimestre de 2014 aponta, curiosamente, que esta ferramenta já se encontra em terceiro lugar. No entanto, e independentemente da forma como organizam a viagem, os estudos indicam que esta é reservada, geralmente, com 2 a 5 semanas de antecedência.

A questão do alojamento é similar nos diferentes anos, sendo o hotel com regime de pequeno-almoço o preferido, para a área do grande Porto, e o alojamento paralelo⁷, para os restantes distritos. Para o Norte, os registos de alojamento ditam um maior número de dormidas em Braga.

De entre as atividades disponíveis para o Norte de Portugal, o turista de lazer/férias, parece ser fiel à gastronomia (47,4%), às compras (67,5%) e aos passeios pela região de forma a desfrutar da paisagem (35,1%). As visitas a monumentos contam com uma percentagem de 31,8% seguindo-se os eventos culturais e as visitas a museus com uma percentagem de 15,6% (Quadro 3).

Quadro 3. Atividades praticadas na região Norte

Atividades	Lazer/ Férias	Visita a familiares/ amigos	Negócios	GLOBAL
Experimentar a gastronomia	47,4%	66,4%	90,7%	62,8%
Fazer compras	67,5%	68,9%	37,0%	60,2%
Paisagem	55,2%	42,6%	53,7%	50,3%
Passeios de carro	35,1%	50,8%	9,3%	35,5%
Gozar a animação noturna	26,6%	46,7%	25,9%	34,4%
Visitar Vale do Douro	31,8%	31,1%	9,3%	26,7%
Visitar monumentos	31,8%	25,4%	3,7%	23,3%
Compra de artesanato	21,4%	23,0%	9,3%	18,8%
Cruzeiros de barco no Douro	23,4%	20,5%	1,9%	17,6%
Visitar Casa Música	23,4%	14,8%	1,9%	15,6%
Ir para a praia	15,6%	19,7%	7,4%	15,3%
Assistir a eventos culturais	15,6%	15,6%	1,9%	12,5%
Visitar Serralves	15,6%	14,8%	1,9%	12,5%
Circuitos organizados de autocarro	15,6%	14,8%	1,9%	12,2%
Visitar museus	15,6%	12,3%		11,4%
Visita às caves do Vinho do Porto	13,6%	13,1%	1,9%	10,8%
Assistir a eventos desportivos	8,4%	13,9%		8,5%
Visitar Foz Côa	8,4%	11,5%	1,9%	8,2%
Participar em eventos culturais	8,4%	10,7%	1,9%	7,7%
Jogar Golfe	6,5%	12,3%		7,4%
Visitar Guimarães	5,8%	11,5%	1,9%	6,8%
Participar em eventos desportivos	5,2%	11,5%		6,2%

Fonte: Perfil do Turista do Porto e Norte de Portugal⁸.

⁷ Entenda-se por alojamento paralelo as casas de familiares e amigos, assim como as casas próprias.

⁸ Estes valores são o reflexo do resultado de 442 questionários válidos, aplicados na sala de embarque do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, eliminando os residentes e os passageiros em trânsito. Os resultados podem ser confrontados em: Perfil do Turista do Porto e Norte de Portugal, Trimestre 1 | 2014 disponível em <http://www.new2.acbraga.pt/wp-content/uploads/2014/05/ESTUDO-PERFIL-TURISTA-PORTO-E-NORTE.pdf>.

4.3. O Turismo na bacia do Lima

O vale do Lima, notório pela diversidade de paisagens, é ainda reconhecido como Destino Europeu de Turismo, tendo recebido inúmeros prémios, nomeadamente o dado pela Comissão Europeia em relação aos destinos turísticos rurais: "Towards Quality Rural Tourism"; "Integrated Quality Management of Rural Tourist Destinations" e "Tourism for Tomorrow"⁹ (Lima & Partidário 2002).

Nas últimas três décadas a região conheceu um desenvolvimento e uma competitividade dando forma ao Turismo no Espaço Rural através dos Solares de Portugal e das Aldeias de Portugal. A par disto verifica-se a criação de garranos (cavalos selvagens) e de outras espécies bovinas que favorecem a agricultura; a construção de infraestruturas e de serviços de apoio que promovem os produtos/ofertas locais. Como produtos de excelência, o vale do Lima tem para oferecer ao visitante as Laranjas do Ermelo, os Enchidos do Minhofumeiro, as Compotas da Valdelima entre outros produtos típicos. Esta região incorpora ainda a Rota dos Vinhos Verdes, sendo as marcas Vinho Verde Loureiro e do Vinhão as mais emblemáticas. De entre as infraestruturas e os serviços de animação que esta região promove os desportos náuticos, os diferentes trilhos realizados a pé, cavalo ou bicicleta, assim como golfe são os que mais procura têm. Posto isto, parece evidente como todos estes fatores foram um impulso para a criação de pequenas e médias empresas (Associação de Desenvolvimento Integrado do Lima 2013).

Esta região cheia de vivacidade é palco de festividades, cantares ao desafio, feiras e romarias onde a prioridade é manter a identidade, a cultura, as tradições destes concelhos. É neste sentido que os trajes, os andores, os tabuleiros, as oferendas, as danças (como o folclore), as procissões ou cortejos continuam presentes e a deslumbrar os visitantes e turistas (Associação de Desenvolvimento Integrado do Lima 2013).

O vale do Lima é, como se pode ir percebendo ao longo deste capítulo, rico na vertente gastronómica e etnográfica. Contudo, a sua oferta turística estende-se para o património monumental, o património artístico e o património arqueológico, embora este não tenha vindo a ser tratado e desenvolvido em todas as suas potencialidades.

Ao analisar as informações que nos são facultadas pelas autarquias nas suas páginas da internet, o património arqueológico dos diferentes concelhos está desvalorizado¹⁰. No concelho de Viana do Castelo temos informação sobre sete sítios arqueológicos – Mamoas de Afife; Dólmen da

⁹ Prémio atribuído pela companhia aérea inglesa British Airways.

¹⁰ No entanto, existem outras informações quer sobre turismo, quer sobre o património cultural, nomeadamente os centros históricos, os museus, a gastronomia, o turismo ativo.

Pedreira; Gravuras de Montedor; Castro e Castelo do Monte da Guilheta; Citânia de Santa Luzia; Castro de S. Silvestre e Cividade de Afife – estando ainda disponível *online* um guia turístico, embora, na verdade, só um esteja de facto musealizado. Trata-se da Citânia de Santa Luzia, encontrando-se os restantes, com exceção das gravuras de Montedor, em mau estado de conservação e pouco dignificados. Mesmo as gravuras de Montedor tem uma placa muito longe do afloramento gravado, sem mostrar o seu levantamento atualizado e com um texto pouco apelativo.

A Citânia de Santa Luzia, nas proximidades de Viana do Castelo, também conhecida como «Cidade Velha» é Monumento Nacional desde 1926. Aí os visitantes podem usufruir de estruturas e meios de acolhimento, como centro interpretativo, loja e visitas guias sob marcação (“Citânia de Santa Luzia” 2015), muito embora o centro interpretativo dê muito pouca informação ao público. A informação sobre este sítio é conseguida facilmente através da página *Web* da Câmara Municipal de Viana do Castelo, da página da Direção Regional de Cultura do Norte e no *portugalromano.com*.

Ao fazer uma pesquisa no *website* da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez a informação que o turista pode encontrar é a da existência de dois percursos que evidenciam monumentos megalíticos e arte rupestre.

A ADERE-PG – Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês é a promotora do Trilho Interpretativo do Mezio (anexo 10), que integra os dólmenes da necrópole do Mezio, nos Arcos de Valdevez. Este caracteriza-se por um PR com 2 km, equivalentes a 1 hora de caminhada. Quanto à divulgação da experiência, esta é conseguida através de um folheto informativo, em português, que se encontra disponível *online* (“PR Mezio” 2015)¹¹. Estes monumentos estão ainda integrados no geocrache. As gravuras rupestres do Gião estão situadas na área deste percurso pedestre mas não constituem um ponto de interesse. A informação a este percurso encontra-se na página *Web* da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, mas é explicitado apenas no *Website* da Porta do Mezio. Apesar de estar disponível um folheto não se encontra disponível um mapa do percurso.

Em Ponte da Barca, encontra-se apenas referência ao «Trilho do Penedo do Encanto” (anexo 8) e ao “Trilho do Megalitismo de Britelo” (anexo 9). Quanto à sua divulgação existem folhetos informativos na página *Web* do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Este facto parece-me ser uma vantagem uma vez que o turista, na sua maioria, organiza as suas

¹¹ O folheto que se encontra disponível para descarregar possui letras muito pequenas que, depois de impresso não possui uma boa qualidade de imagem (ver anexo 10).

viagens através da *internet*, no entanto, esta informação só se encontra em português e é preciso ter em conta que os cibercnautas estrangeiros podem não saber a língua portuguesa.

No caso do Trilho do Megalitismo de Britelo, na Serra Amarela, que integra a necrópole do Britelo, Ponte da Barca, trata-se de uma PR com 11 km, correspondente a 3 horas de percurso e promovida pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês. Nesta experiência nota-se um especial destaque para a arte rupestre da Chã da Rapada (“PR Megalitismo de Britelo” 2015)¹². Sobre estas gravuras há uma brochura, mas apenas escrita em português.

No que diz respeito ao sucesso e insucesso destes trilhos, o que é possível apurar é o registo de visitas ao Parque Nacional da Peneda-Gerês (Quadro 4). Neste sentido, verificam-se registos desde o ano de 1996, onde se registam 55 visitas guiadas com um total de 1963 visitantes; dez anos depois (2006), verificou-se um decréscimo no total de visitas guiadas mas um aumento nos visitantes que usufruíram da visita com guia (45 visitas com um total de 2293 visitantes); em 2013, o mais recente, constata-se que, quer o número de visitas guiadas, quer o número de visitantes, sofreu uma queda acentuada, tendo-se registado 12 visitas guiadas o que equivale a 507 visitantes (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas 2015).

Quadro 4. Registo de visitas guiadas e visitantes às Sedes e Centros de Interpretação das Áreas Protegidas (AP) do PNPG

Ano	Visitas guiadas	Visitantes
1996	55	1963
1997	92	3139
1998	85	3455
1999	59	2738
2000	44	2007
2001	52	2546
2002	52	2885
2003	59	2766
2004	55	2943
2005	39	2319
2006	45	2293
2007	33	1523
2008	39	1439
2009	50	1935
2010	37	1280
2011	22	719
2012	7	207
2013	12	507

Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

¹² O folheto que se encontra disponível para descarregar possui letras muito pequenas que, depois de impresso não possui uma boa qualidade de imagem (ver anexo 9).

No entanto o grande número de turistas com GPS e a independência que isso traz, associado à sinalética e o acesso ao trilho pela internet, permite que o turista faça esses trilhos de forma autónoma.

Recentemente verificou-se, num trabalho científico, resultante de inquéritos aplicados a 350 visitantes do Alto Minho (74 estrangeiros e 276 nacionais) que os Recursos Históricos são os mais valorizados, nesta área, com uma percentagem de 32.4%, mas apontam-se, também, a existência de falhas, quer a nível da estratégia de comunicação e de marketing, quer na organização e estruturação do setor, quer na cooperação entre os diferentes operadores turísticos por forma a divulgar a totalidade dos produtos (Ribeiro *et al*/2011).

Assim, e de uma forma geral, conhecem-se pouco e divulgam-se mal os produtos arqueológicos do vale do Lima, onde abundam inúmeros recursos deste tipo, o que justifica a valorização de muitos mais e articulação entre eles através de uma rota bem pensada e gerida de forma eficaz e que possa ser condignamente oferecida ao turista cultural que já frequente esta região por outros motivos. Deste modo, os objetivos da investigação parecem-nos pertinentes.

5. Objetivos

O projeto proposto «Turismo Arqueológico: Um Projeto de Valorização da Arte Rupestre no Vale do Lima» tem como objetivo geral contribuir para o aumento do Turismo Cultural nesta região através da criação de um novo produtos. Posto isto, verifica-se como objetivos mais específicos a valorização do património arqueológico, nomeadamente da arte rupestre existente nesta área geográfica, através da proposta da criação de uma rota que permita a interligação de vários sítios conhecidos e diversificados, proporcionando ao turista um enriquecimento das suas experiências e vivências.

O subproduto em causa visará a diversidade da oferta de produtos de sustentabilidade, de forma a ser passível o desenvolvimento local e regional ao nível económico, social e cultural, contribuindo, deste modo, para a diversificação da oferta turística na região, para a criação de produtos sustentáveis e contribuir para o desenvolvimento local e regional. Por conseguinte, a implantação deste projeto daria resposta ao primeiro objetivo: prolongar a estadia do turista no vale do Lima.

PARTE II. METODOLOGIA

1. Introdução

Esta segunda parte está dividida em três itens correspondentes às etapas da concretização do projeto.

Num segundo item, denominado por «Trabalho inicial de gabinete» estão retratados os primeiros passos para esboçar esta rota. Dito por outras palavras, nesta fase foi dada importância às diferentes fontes de forma a ser possível efetuar o quadro teórico dos conhecimentos, conhecer o turismo do Porto e Norte de Portugal e os dados que serviram de base para este trabalho.

No terceiro item, intitulado de «Trabalho de campo», estará retratado a atividade que foi desempenhada no campo, nomeadamente a visita aos sítios arqueológicos onde se verificam os afloramentos com gravuras rupestres e a observação das suas condições de preservação, dos acessos, possibilidades de inserirem a rota, etc.

Por fim, no quarto item designado por «Trabalho avançado de gabinete» efetua-se a análise SWOT dos dados recolhidos e propõe-se a rota, culminando assim este trabalho de projeto.

2. Trabalho inicial de gabinete

O trabalho inicial de gabinete foi iniciado entre o mês de setembro e dezembro de 2014. Foi realizada a recolha e análise de diferentes fontes bibliográficas (fontes secundárias) que parecem convenientes para a realização desta dissertação. Para uma maior organização do trabalho procedi a esta pesquisa dividindo-a por quatro grandes temas:

- 1) Importância do turismo, do turismo cultural e das rotas turísticas; métodos e processos de valorização do património e sua importância; legislação e direitos do Património e do Turismo;
- 2) Aspetos físicos e ambientais da bacia do Lima e a importância do turismo cultural na bacia do Lima;
- 3) A importância da arte rupestre como recurso patrimonial na bacia do Lima;
- 4) Sítios Arqueológicos.

Foram pensados os descritores do inventário para cada sítio arqueológico detentor de afloramentos com arte rupestre. A partir daqui, foi iniciada a descrição arqueológica dos sítios com base na bibliografia já existente, assim como a discriminação de outros pontos das fichas de inventário para, deste modo, perceber o que seria necessário complementar com as visitas de campo.

Para a georreferência dos sítios arqueológicos e uma maior precisão da envolvente foram consultadas as Cartas Militares de Portugal, na escala 1: 25000, de Ponte de Lima (folha 28), de Ponte da Barca (folha 29), de Viana do Castelo (folha 40) e de Arcos de Valdevez (folha 16).

3. Trabalho de campo

Nesta segunda fase, balizada entre os meses de janeiro a abril de 2015, pretendeu-se à verificação das condições atuais dos sítios. As questões de conservação dos afloramentos com gravuras rupestres não foram esquecidas, pois trata-se de uma tarefa importante quer no âmbito do trabalho de campo quer na realização do inventário de cada sítio arqueológico. Os locais foram ainda estudados a nível dos acessos (para estabelecer o melhor percurso para a rota) assim como das infraestruturas (para ver as possibilidades existentes para o êxito da rota e satisfação dos turistas).

Nesta fase, houve uma tentativa – junto dos postos de turismo e dos centros históricos – de averiguar os registos de visitas quer aos municípios quer aos sítios arqueológicos (através dos trilhos já criados); assim como as infraestruturas de apoio à atividade turística.

Após a visita a todos os sítios arqueológicos onde foram averiguadas todas as suas condições – quer de preservação, quer de acesso e de propriedade legal – precedeu-se à compilação dos pontos positivos e negativos (quer internos como externos) – através de uma matriz SWOT – de forma a avaliar os locais e, deste modo, perceber os sítios que melhor se adequam à concretização da rota.

É de salientar que todas as fotografias que constam neste projeto, sem a respetiva fonte, foram tiradas pela autora entre os meses destinados ao trabalho de campo.

4. Trabalho avançado de gabinete

Na fase de trabalho avançado de gabinete conjugámos todos os dados bibliográficos, cartográficos e de campo por forma a efetuarmos uma análise SWOT dos diferentes sítios de arte rupestre que evidenciasse quais os locais que deveriam ser inseridos na projeção da rota de turismo arqueológico. Efetuada essa fase passámos à planificação da rota tendo em conta os seguintes pontos: *conceito da rota; pontos de interesse; traçado da rota e parcerias.*

Posto isto, é pensada a implementação da rota onde se dá atenção aos seguintes aspetos: *marcação da rota; sinalética; material de apoio e divulgação e promoção.*

Em último lugar, cabe o ponto da *avaliação da rota*. Aqui será discriminado o método de avaliação que melhor se adequa ao percurso aqui planeado e implementado.

Aquando às investigações fui-me deparando com algumas limitações. Na fase inicial de gabinete fui-me deparando com a inexistência de estudos científicos de alguns afloramentos gravados, como por exemplo a Pedra da Costa I e a Pedra do Cavalinho que, apesar de ambos se encontrarem classificados como Imóvel de Interesse Público (IIP) não existem decalques nem descrições dos mesmos. Na fase do trabalho de campo um entrave que tive de ultrapassar passou pelas dificuldades de acesso a alguns locais, assim como a falta de caminhos tradicionais que possibilitassem a passagem evitando as estradas alcatroadas no traçado dos percursos.

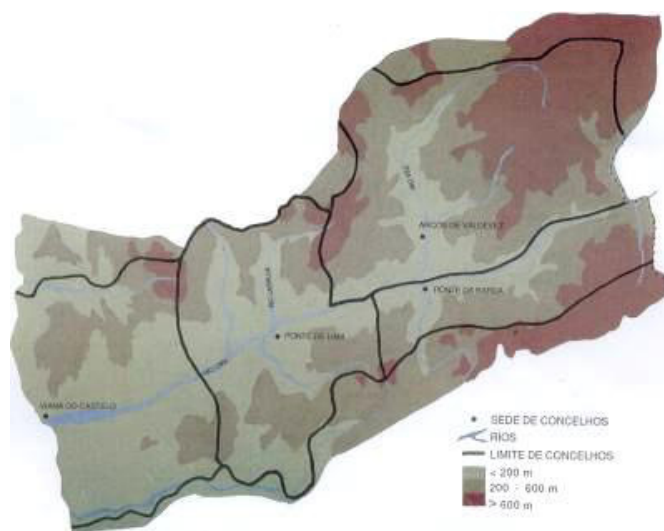
PARTE III. A BACIA DO LIMA

1. Introdução

Nesta parte, o leitor ficará com ideia da caracterização física e ambiental da bacia do Lima. Aqui será dado a conhecer a localização geográfica da região; a geomorfologia, onde é caracterizada a paisagem, que com o passar dos anos sofreu muitas alterações devido à ação humana. O item abordará ainda as diferentes espécies de coberto vegetal, as diferentes formas de povoamento que advêm da geomorfologia, assim como as condições climáticas; as atividades produtivas da região que, em parte se baseiam na existência do rio Lima (como é o caso da pesca) e a rede viária que acedem aos diferentes concelhos do vale do Lima.

2. Breve caracterização física e ambiental

A bacia do Lima, juntamente com a do Cávado, é das que possui maior quantidade de água (Ferreira 2005; Rocha 2013) sendo composta pelo rio Lima e pelos seus afluentes. O rio Lima nasce em Espanha, na serra de San Mamed (Orense), entra em Portugal nas proximidades do Lindoso e desagua em Viana do Castelo, abrangendo parte dos quatro concelhos do vale do Lima: Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez (figura 2) (Ferreira 2005; Rocha 2013). Este rio tem cerca de 135 km de comprimento (41km em território galego) e dois grandes afluentes: o rio Vez e o de Castro Laboreiro, ambos na margem norte.



.Figura 2. Concelhos do vale do Lima

(Fonte: Associação de Municípios do Vale do Lima - <http://leonelvaz.planetaclix.pt/geologia.htm>).

É de extrema importância quer a nível da pesca quer da comunicação pois pode ser navegado desde Viana até Ponte de Lima por embarcações de fundo chato, dado o seu assoreamento (Rocha 2013). Na obra «Vale do Lima – Uma região de Futuro», o autor acrescenta

mais fatores positivos que o rio Lima e seus afluentes proporcionam, nomeadamente: a capacidade de revitalização dos solos; a riqueza em espécies piscícolas, possibilitando o desenvolvimento da aquacultura e a existência de espaços para lazer (Oliveira *et al.* 1991).

O vale do Lima, à semelhança da geomorfologia que ocorre no restante Minho, corresponde a «anfiteatro voltado para o mar» (Ribeiro 1995 citado em Araújo *et al.* 2002). O rio Lima corre no centro deste anfiteatro, com direção nordeste-sudoeste, e nas suas margens surgem elevações que chegam a atingir até 1400 metros no curso mais interior, espalhando-se em planícies, pontuadas por relevos residuais, no litoral. O mesmo autor explica-nos que é com base na orografia que se estabelece as três áreas agro-ecológicas do Lima: a várzea, a meia encosta e a montanha (Ribeiro 1995 citado em Araújo *et al.* 2002).

Em termos de climatologia e segundo os dados do *Atlas Climatológico de Portugal Continental* os meses de novembro, dezembro, janeiro e março, são os que conhecem maior precipitação. Pelo contrário, os meses de junho, julho, agosto e setembro são os mais secos. Nos meses de inverno é comum ocorrer a presença de geada e de neve nas terras mais altas (Rocha 2013). Segundo o referido Atlas, os meses mais frios são dezembro, janeiro e fevereiro, onde as temperaturas oscilam entre os 7,5 e os 10 graus. Os meses mais quentes são julho e agosto com temperaturas superiores a 20 graus (Rocha 2013). Assim, quer os invernos quer os verões são amenos. Quanto à temperatura dos solos esta é favorável à agricultura.

A paisagem foi profundamente alterada com a ação do homem. Dito por outras palavras, o fogo, a pastorícia e a agricultura têm, desde cedo, alterado o meio físico. Nas zonas altas verificamos que são os matos, por vezes, denso e altos que predominam, contando com a presença de carvalhos alvarinhos (Rocha 2013). As zonas próximas de cursos de água são compostas por uma mata ribeirinha (com espécies caducifólias e planifólias, por vezes, com raízes submersas). Este tipo de vegetação serve como uma proteção natural das margens e «desempenha um papel importante na manutenção dos colúviosolos e flúviosolos que evoluem [...] nas pequenas veigas e planícies» (Rocha 2013, 38).

O vale do Lima tem um coberto vegetal com diferentes espécies, endógenas, históricas e exóticas. As espécies endógenas correspondem ao azevinho, carvalho, medronheiro, feto e vegetação característica da mata ribeirinha, que se localiza nos montes, em jardins e junto a rios e zonas húmidas (Rocha 2013). As históricas são as espécies que o homem introduziu, como o pinheiro manso, os periqueiros, as laranjeiras, as macieiras, os limoeiros, os pessegueiros, as nespereiras e as oliveiras. Estas espécies distribuem-se geralmente nas bases das encostas e

no vale (Rocha 2013). Por último, as espécies exóticas são compostas pela vegetação que não é característica desta área geográfica (palmeiras nos jardins das encostas e vales, assim como eucaliptos nos montes e encostas em áreas reservadas à floresta) (Rocha 2013).

Em consequência da geomorfologia, é possível observar, no vale do Lima, diferentes formas de povoamento. Com a própria evolução do homem, e com as suas necessidades, a paisagem sofreu alterações, nomeadamente as novas construções de habitação (Araújo *et al.* 2002). O povoamento encontra-se mais concentrados nas montanhas, com a economia baseada numa pequena agricultura e na pastorícia. É nestas zonas mais altas que se conhece o desdobramento do povoamento, entre as brandas (para o inverno) e as inverneiras (para o verão). Nas zonas ao longo dos rios e nas encostas com declives pouco acentuados o povoado é disperso, ou seja, as habitações são dispersas, rodeadas por hortas, árvores de fruto e campos de cultivo. As casas fidalgas, por sua vez, exploravam as terras vizinhas às casas senhoriais. Os lavradores que habitavam em casas tipicamente agrárias encontravam-se numa situação intermédia. As parcelas de terra que restavam encontravam-se divididas pelos caseiros e rendeiros (Araújo *et al.* 2002).

As atividades produtivas no vale do Lima são essencialmente a agricultura, a pesca, a indústria extrativa e transformadora, construções e obras públicas, comércio e serviços e turismo (Oliveira *et al.* 1991). A agricultura tem como base a estrutura fundiária, ou seja, trata-se de uma produção pequena e fracionada, onde se verifica uma policultura (vinicultura, horticultura, fruticultura). Esta atividade era, ainda, nos inícios dos anos 90, praticada pela faixa etária mais avançada (Oliveira *et al.* 1991). A pecuária conta, maioritariamente, com suínos, caprinos e ovinos (importantes nas explorações de montanha) e bovinos (para produção de leite e carne) (Oliveira *et al.* 1991). Nas indústrias extrativas dá-se primazia às areias, argilas, granitos e granitos ornamentais. Quanto à indústria transformadora, no vale do Lima, o que se verifica é uma predominância nas indústrias de papel, construção de material de transporte e de alimentação (Oliveira *et al.* 1991).

O vale do Lima tem uma rede viária hierarquizada, com boas acessibilidades e com boas ligações entre as diferentes sedes de concelho. Em termos do Plano Rodoviário Nacional é atravessado por três autoestradas que possibilitam quer a sua ligação ao Norte e ao Sul da Península Ibérica pelo interior (A3) ou pelo litoral (A28), assim como a ligação entre o litoral e o interior do vale (A27). Tratam-se de eixos muito importantes para ligar esta região a Espanha, a Braga e ao Porto.

PARTE IV. A BASE EMPÍRICA

1. Introdução

Nesta parte da obra foi realizado o inventário correspondente a cada sítio arqueológico com arte rupestre conhecido no vale do Lima.

Cada sítio do inventário é constituído por oito tópicos que nos ajudam a conhecer um pouco melhor cada local. Primeiramente surge a *Descrição administrativa e as coordenadas geográficas* onde se pretende dar a localização administrativa assim como uma localização mais exata do afloramento com gravuras rupestres (através das coordenadas geográficas decimais, no sistema WGS84). Num segundo momento é possível conhecer a *Descrição física do local* de forma a compreender a envolvente do sítio e, desta forma, tentar compreender o seu interesse paisagístico atual. Segue-se a *Descrição arqueológica* cuja importância é evidente para conhecer a «história» do sítio e as suas vicissitudes ao longo do tempo. Esta descrição ajuda-nos a interpretar a simbologia e os ritos praticados nestes lugares, considerados, provavelmente, como santuários para as populações pré-históricas que os construíram. Posto isto, surgem critérios mais direcionados para a questão da valorização turística; ou seja, é necessário proceder à descrição do *Acesso* para posteriormente se perceber se há condições são favoráveis (ou não) para a integração do monumento na rota. Segue-se o tópico do *Estado de conservação*, onde se pretende verificar o grau de destruição da rocha gravada. Em seguida, o inventário pretende indicar se o sítio arqueológico já se encontra *Valorizado turisticamente*. Se essa for a realidade far-se-á uma avaliação crítica dessas condições de valorização no ponto *Condições de valorização*. Na eventualidade de o local não estar turisticamente valorizado dir-se-á se ele é *Passível de valorização turística*.

No final de atribuídas as informações pretendidas para cada sítio arqueológico será mencionada a bibliografia correspondente a cada um deles.

O inventário apresentará os concelhos por ordem alfabética.

2. Inventário

2.1. Arcos de Valdevez

O concelho de Arcos de Valdevez está inserido no Minho – sendo o maior desta província com cerca de 458 km² e 36 freguesias. Pertence ao distrito de Viana do Castelo, Portugal. Arcos de Valdevez faz fronteira, a poente, com Ponte de Lima e Paredes de Coura; a norte, encontra-se Monção e Melgaço; enquanto a sul se encontra o concelho de Ponte da Barca separado pelo rio Lima. Conta com dois grandes tipos de paisagem: a de ribeira e a serra (Medeiros 1970).

Arcos de Valdevez surge da fusão entre dois concelhos ocorrida no ano de 1852, concelhos esses cujos forais já haviam sido atribuídos por D. Manuel, no ano de 1515 (Medeiros 1970; Caldas 1994). Contudo, é preciso ter consciência de que nesta área já se conhecia atividade humana desde a Pré-história. Prova deste facto é o de se ter encontrado em zonas ribeirinhas – aquando de intervenções arqueológicas – instrumentos balizados do paleolítico (“Arcos de Valdevez” 2014)

Os vestígios arqueológicos datados do neolítico também são conhecidos na área. De entre estes testemunhos encontram-se os monumentos megalíticos (“PR Mezio” 2015). Desta data ou posterior será o “Santuário do Gião” que, segundo António Martinho Baptista (1981, s/d) se trata da «maior concentração de rochas historiadas, numa só estação, de todo o noroeste peninsular». Conhecem-se, posteriormente, vestígios da Idade do Bronze (Bettencourt & Sampaio 2015) e vários locais identificados como castros da Idade do Ferro. Desde então tem-se verificado a ação do homem, de forma mais contínua, por este território.

Atualmente, o concelho conhece dois grandes espaços: o da Serra da Peneda e o do vale do Vez. Trata-se de um destino turístico de eleição, integrado num complexo montanhoso do Parque Nacional da Peneda Gerês – criado em 1970 – e possuidor de um interessante patrimonial e natural, quer arqueológico, quer histórico-cultural (“Arcos de Valdevez Um Ambiente Acolhedor” 2015).

2.1.1. Gravuras rupestres

2.1.1.1. Gião 1 e 2

Descrição administrativa e coordenadas geográficas:

Cabana Maior, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo

Gião1: -8.135474 W; 40.605318 N

Gião 2: -8.32271 W; 41.86272 N

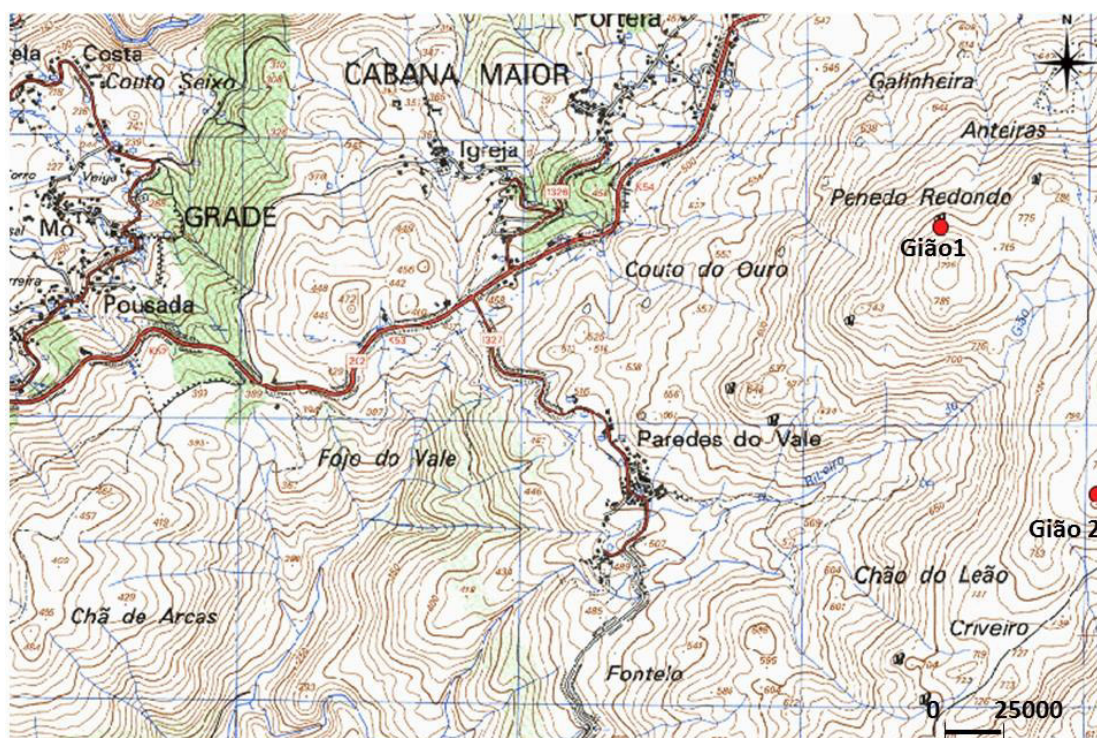


Figura 3. Localização do Gião 1 e 2 no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 17.

Descrição física do local: Este sítio arqueológico localiza-se na margem direita do rio Lima e permite ser visualizada a grandes distâncias. Trata-se de uma bacia de receção «encimada por dois cumes [...] unidos por uma cumeada mais baixa» (Alves 2013a, 155) com boa visualização para o vale do Lima. Corresponde a uma área de lameiros com inúmeros afloramentos e blocos erráticos graníticos, muitos deles conhecidos por topónimos antigos o que nos faz acreditar no uso ancestral e contínuo desta área, verificando-se assim uma intensa ação do homem sobre este espaço (Alves 2013a). Hoje, ainda é usada para a pastorícia.

De entre os penedos do Gião com nome destacam-se: o Cânto da Fonte das Abatujas; o Penedo de Voltijoso; o Cânto do Freico; o Cânto da Fonte dos Sete Olhos ou do Facho; o Cânto do Gião; a Laje do Rasto das Bestas; as Anteiras; o Penedo das Eirinhas e as Bogalheiras (Alves 2013a).



Figura 4. Aspeto geral da paisagem no santuário do Gião.
(fonte: <http://www.portadomezio.pt/mezio/patrimonio/gravuras-rupestres-do-giao#>)

Descrição arqueológica: O Gião corresponde a um espaço onde ocorrem mais de 100 afloramentos ou blocos graníticos gravados com um estilo artístico denominado de arte de tradição esquemática de ar livre. Estas encontram-se divididas em dois núcleos que são conhecidos por Gião 1 e Gião 2.

No Gião 1, o que comporta maior número de blocos gravados, encontram-se dois montículos rochosos com motivos «quadrados e retângulos segmentados internamente, antropomorfos esquemáticos de tipo fi, [fase I], antropomorfos esquemáticos com figuração, ou não, da cabeça e com membros em arco ou retos, cruciformes simples, por vezes inseridos num círculo [fase II]» (Alves 2013a, 156) (figuras 4, 5, 6). Os motivos em covinhas, segundo António Martinho Baptista (1981), citado em (Alves 2013a) estão representados em minoria e encontram-se associadas entre si, nas zonas periféricas das grandes concentrações de gravuras.

O Gião 2, por sua vez, localiza-se no topo de um outeiro a nascente, ou seja, já fora do anfiteatro. Trata-se de um pequeno conjunto de cinco rochas gravadas. Uma dessas rochas apresenta uma composição pré-histórica, com retículas e quadrados segmentados internamente, assim como figuras em forma de estrela – com oito ou quatro raios que partem de um ponto central que aparentam ser motivos com técnica e cronologia distinta das restantes (Alves 2013a).



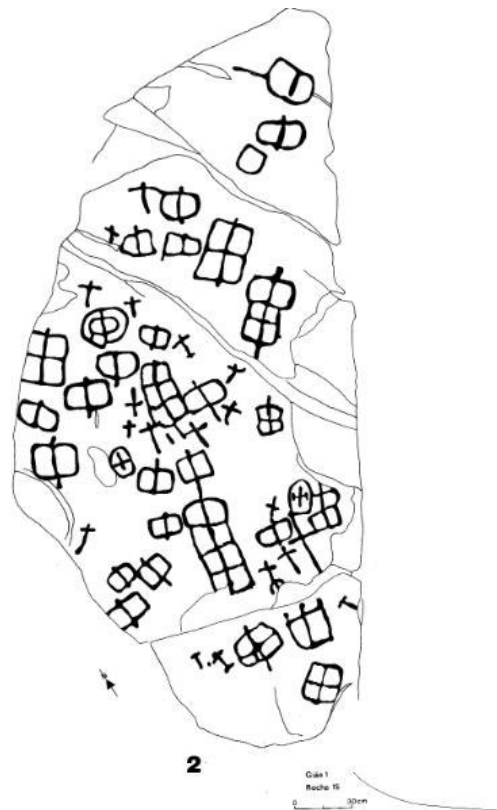
Figura 5. Afloramento gravado do Gião 1.
(Fonte: 298 × 437 - portadomezio.pt)



Figura 6. Pormenor da rocha 17 d Gião 1.
(Fonte: 298 × 437 - portadomezio.pt)



1



2

Figura 7. Pormenor da rocha 17 (1) e decalque da rocha 15 (2) do Gião I.
(Baptista 1980, 84)

Acessos: Saindo de Arcos de Valdevez, segue-se pela Estrada Nacional 202 em direção a Cabana Maior e Soajo. Chegando á Portela do Mezio, deve virar-se à direita, junto à necrópole de Mezio. O restante percurso, até chegar ao «santuário rupestre», encontra-se sinalizado (Alves 2013a).
Estado de conservação: Razoável em termos arqueológicas e excelente em termos paisagísticos e ambientais.

Valorizado turisticamente: Não, apesar de se encontrar nas imediações do percurso apoiado pelo “Centro Interpretativo da Área Arqueológica Mezio-Giã” a funcionar na Porta do Mezio (<http://www.portadomezio.pt/mezio/>), uma das entradas do Parque Nacional da Peneda-Gerês (figura 8). No entanto, as gravuras do Giã são dadas a conhecer no *site* da Porta do Mezio.



Figura 8. Porta do Mezio.

Condições da valorização turística: O local já é acessível por um trilho que se encontra sinalizado mas os blocos com gravuras são difíceis de encontrar para pessoas menos experimentadas. Falta sinalética, decalques e interpretações *in loco*, assim como explicações em línguas estrangeiras no Centro Interpretativo. Faltam visitas guiadas diurnas e noturnas. Deve referir-se que o CNART efetuou decalques no local que estão inéditos.

Passível de valorização turística: Há todo o interesse em manter o local como de interesse turístico devido ao seu valor científico, visto que conta com certa de uma centena de afloramentos gravados e pelo seu interesse paisagístico.

Quadro 5. Análise SWOT do Gião 1 e 2

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Grande concentração de afloramentos gravados • Afloramentos gravados com diferentes tipos de motivos • Amplitude cronológica dos motivos gravados 	<p>Algumas gravuras são difíceis de detetar</p>
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Bons acessos pedestres • Inserido num trilho apoiado pelo “Centro Interpretativo da Área Arqueológica Mezio-Gião” • Nas proximidades do conjunto megalítico do Mezio • Contexto paisagístico de interesse 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de visitas guiadas ao local • Falta de sinalética <i>in loco</i> • Falta de decalques observáveis e interpretações <i>in loco</i> • Falta de explicações em várias línguas no Centro Interpretativo • Falta de uma linha de merchandising sobre o local e as gravuras

Referências bibliográficas:

Baptista 1980; 1981; Alves 2013a

2.1.1.2. Pedra da Costa I

Descrição administrativa e coordenadas geográficas:

Álvora, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo

-8.452223 W, 41.937358 N

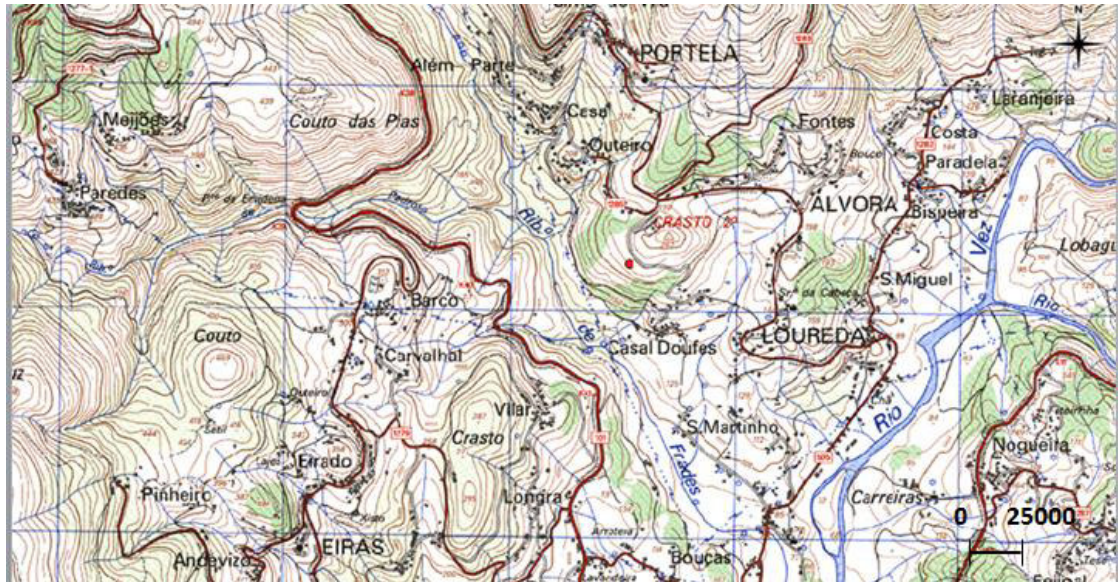


Figura 9. Localização da Pedra da Costa 1 no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 8.

Descrição física do local: Localiza-se num pequeno patamar na vertente oeste do Castro de Álvora, sobranceiro o ribeiro de Frades, afluente do rio Vez, a cerca de 238 metros de altura. Do local verifica-se boa visibilidade para a envolvente, a ponte, possuindo uma bonita vista sobre socalcos agrícolas.



Figura 10. Vista da Pedra da Costa I.

Descrição arqueológica: Trata-se de um afloramento com manifestação de arte rupestre de ar livre cujos motivos se inscrevem na arte atlântica. É composto por motivos circulares e nuvens de pontos. A sul da rocha encontra-se um círculo concêntrico de duas voltas, com o interior composto por nuvens de pontos, e bem marcado na rocha, que mais tarde foi cortada por um sulco. Notam-se sobreposições onde gravuras mais recentes cobrem as mais antigas.

O afloramento, ligeiramente inclinado para oeste, é de grandes dimensões – possuindo 4,63 m de comprimento e 3,66 m de largura – pouco sobrelevado.

Uma vez que este afloramento ainda se encontra parcialmente coberto por sedimentos a sudeste e nor-nordeste é importante proceder a uma investigação científica mais detalhada.



Figura 11. Afloramento gravado da Pedra da Costa I.



Figura 12. Pormenor dos motivos, círculo concêntrico de duas voltas, parcialmente segmentado.



Figura 13. Pormenor de motivo circular com nuvem de pontos no seu interior.

Acessos: Saindo de Arcos de Valdevez, deve circular-se na N202-2 e seguir caminho até alcançar a M505-4 e posteriormente a M505 na direção de Álvora. Ao chegar na placa indicativa de Outeiro e Casal deve-se virar nesse sentido e continuar pela estrada alcatroada à esquerda até chegar a um caminho de terra batida localizado à direita.

Estado de conservação: O afloramento encontra-se com a cor alterada devido a um incêndio e com líquenes que, por sua vez, cobrem parte das gravuras. Existe ainda uma fratura do afloramento orientada a este.



Figura 14. Limpeza superficial do afloramento.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Sim. Para esse fim será necessário abrir acessos desde a estrada alcatroada que acede ao Castro de Álvora até ao afloramento gravado. É ainda fundamental efetuar a limpeza frequente do local, assim como o estudo do afloramento de forma a colocar um painel informativo.

Passível de valorização turística: Há todo o interesse em incluir este local como de interesse turístico.

Quadro 6. Análise SWOT da Pedra da Costa I

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Interessante afloramento de arte atlântica com sobreposições de vários períodos cronológicos• Gravuras relativamente visíveis	<ul style="list-style-type: none">• Afloramento parcialmente soterrado• Alteração da coloração do afloramento por ação do fogo
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Bons acessos a escassas dezenas de metros das gravuras• Contexto paisagístico de interesse sobre o vale do Vez• Classificado como IIP	<ul style="list-style-type: none">• Sem qualquer projeto de valorização• Sem sinalética• Sem placa explicativa• Sem acessos pedestres preparados para o visitante desde a estrada municipal• Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre

Referências bibliográficas: Estas gravuras encontram-se praticamente inéditas sendo apenas parcialmente referidas em Baptista (1986).

2.1.1.3 Pedra da Costa II

Descrição administrativa e coordenadas geográficas:

Álvora, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo

-8.452587 W, 41.937750 N

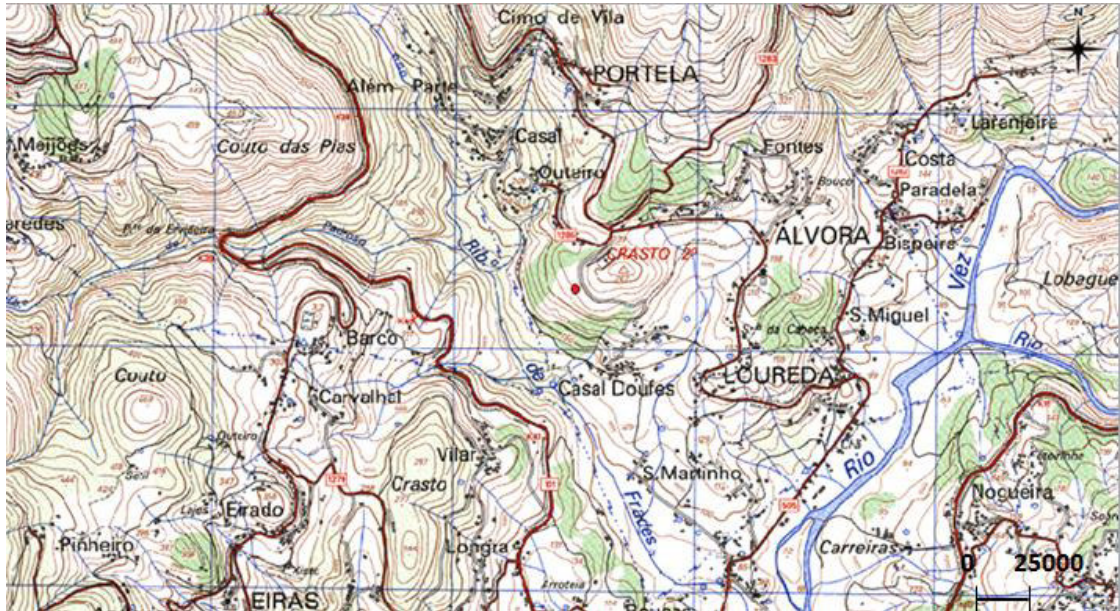


Figura 15. Localização da Pedra da Costa II no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 8.

Descrição física do local: Localiza-se num pequeno patamar na vertente oeste do Castro de Álvora, sobranceiro ao ribeiro de Frades, a cerca de 236 metros de altura. Do local verifica-se boa visibilidade para a envolvente, abrangendo uma área maior que da Pedra da Costa I. Este afloramento encontra-se a menos de 50 metros da Pedra da Costa II, para norte.



Figura 16. Vista da Pedra da Costa II.

Descrição arqueológica: Trata-se de um pequeno afloramento orientado a este/oeste, com motivos circulares compostos por covinhas e sulcos. É ainda perceptível no afloramento marcas de picotado. Estes motivos inserem-se na arte atlântica como as gravuras da Pedra da Costa I. À semelhança do anterior este deve ser alvo de estudo científico para se perceber a densidade de motivos.



Figura 17. Afloramento gravado, Pedra da Costa II.



Figura 18. Pormenor do motivo gravado na Pedra da Costa II.

Acessos: Saindo de Arcos de Valdevez, deve circular-se na N202-2 e seguir caminho até alcançar a M505-4. Posteriormente, seguir a M505 na direção de Álvora. Ao chegar à placa indicativa de Outeiro e Casal deve virar-se nesse sentido e continuar pela estrada alcatroada, à esquerda, até se chegar a um caminho de terra batida, localizado à direita.

Estado de conservação: O afloramento encontra-se com a cor alterada, devido à ação dos incêndios, e com líquenes que, por sua vez, cobrem parte das gravuras. É ainda de notar que a rocha se encontra fraturada.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Sim, apenas porque se encontra a cerca de 50 metros da Pedra da Costa I. Para esse fim será necessário abrir acessos desde a estrada alcatroada que acede ao Castro de Álvora) até ao afloramento gravado. É ainda fundamental efetuar a limpeza frequente do local, assim como o estudo do afloramento de forma a colocar um painel informativo.

Passível de valorização turística: Devido à proximidade de dois pontos de interesse (Pedra da Costa I e Castro de Álvora, há interesse em passar por este local.

Quadro 7. Análise SWOT da Pedra da Costa II

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de outro afloramento gravado a cerca de 50 metros, de pequenas dimensões • Gravuras de arte atlântica 	<ul style="list-style-type: none"> • Local a necessitar de limpeza • Afloramento deteriorado pelo fogo • Afloramento com líquenes
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Bons acessos a escassas dezenas de metros das gravuras • Contexto paisagístico de interesse sobre o vale do Vez 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem qualquer projeto de valorização • Sem sinalética • Sem placa explicativa • Sem acessos pedestres preparados para o visitante desde a estrada municipal • Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre

Referências bibliográficas: Estas gravuras encontram-se inéditas.

2.2. Ponte da Barca

Ponte da Barca conta com uma área de 184,76 km² e 2300 habitantes distribuídos por 17 freguesias. Este município, vila e sede de concelho, inicialmente conhecido como «Terra da Nóbrega» ou «Anóbrega» (“História e Património” 2015; Arantes 1985) faz fronteira com Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. Trata-se de um concelho montanhoso banhado pelo rio Lima, do lado esquerdo. Os seus limites permaneceram intactos desde o século XI ao século XIX (Arantes 1985).

No que diz respeito às origens, Ponte da Barca baliza-se já dos tempos da pré-história, como são prova os vários locais com monumentos megalíticos e sítios de arte rupestre (Baptista 1981; Fontes 2011).

Este concelho recebe foral no ano de 1125 de D. Teresa (“História e Património,” 2015). Nos séculos XII e XIII verificou-se uma deslocação das comunidades para áreas mais baixas, nomeadamente nas margens dos rios. Assim, neste contexto, foi fundada aquela que seria a Vila de Ponte da Barca. Segundo o Padre Arlindo Ribeiro da Cunha, Ponte da Barca, situa-se onde, há cerca de nove séculos, no reinado de D. Afonso Henriques, Origo Ouriques mandou erguer o Castelo de Nóbrega (Arantes 1985). O reconhecimento desta vila, numa fase inicial, era de Barca – uma vez que a travessia do rio era feita somente por barca. Contudo, após a construção da ponte (meados do século XIV) é que se lhe atribuiu o nome que hoje lhe conhecemos: Ponte da Barca (“História e Património” 2015; Dinis s/d).

Ponte da Barca é, ainda, um local de belas paisagens naturais correspondentes à serra Amarela.

2.2.1. Gravuras rupestres

2.2.1.1. Penedo do Encanto/Penedo das Sete Cabeças/Bouça do Colado

Descrição administrativa e coordenadas:

Lugar de Parada, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo

-8.216111 W; 41.854444 N



Figura 19. Localização do Penedo do Encanto no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.

Descrição física do local: A Bouça do Colado, em Ponte da Barca, localiza-se na serra Amarela, numa pequena plataforma direccionada para poente, sobranceira ao rio Mulas (Alves 2013b).

Descrição arqueológica: O lugar da Bouça do Colado é composto por oito rochas com gravuras rupestres. Os seus primeiros registos ou decalques foram efetuados por Baptista em 1981, na Rocha 1, que publica com o nome de Bouça do Colado (Baptista 1981; Baptista 1983-84). As gravuras, intituladas, também, de Penedo do Encanto ou de Penedo das Sete Cabeças, topónimo popular baseado nas figuras circulares, estão integradas no “Santuário” do Traz do Colado e possuem uma imponente decoração pertencente ao estilo clássico denominado por Arte Atlântica (Alves 2013b). Segundo a tradição popular foram criadas pelos Mouros (Baptista 1981). Como descreve Alves, a rocha 1 corresponde ao:

«Penedo do Encanto (que) apresenta uma superfície vertical, a leste, que o eleva do solo, criando volumetria. Para oeste, desenvolve-se em plano suavemente inclinado e foi este

pano de rocha liso eleito para receber a densa trama de motivos, todos eles unidos por linhas sinuosas e meandros, onde predominam os círculos simples e concêntricos com covinha central, figuras proto-labirínticas e círculos contendo várias covinhas no seu interior» (Alves 2013b, 202).

Para Baptista (1981) as gravuras desta rocha apresentam diversas fases de gravação. A mais antiga corresponde ao centro do penedo e é constituído por uma figura compósita da qual surgem linhas sinuosas que ligam os motivos circulares entre si. O autor aponta uma segunda fase que corresponde às figuras reticuladas existentes na zona periférica do afloramento. Nesta área, verifica-se a existência de um rasgo oval, de seção V na base, que se sobrepõe a uma figura circular. Baptista (1981, s/p) interpreta-o como sendo um «polidor que terá sido usado para aperfeiçoar os instrumentos usados pelos gravadores para a picotagem e abrasão dos motivos». Identificaram-se, igualmente, cruces de época histórica, na face vertical do penedo, em posição periférica relativamente aos restantes motivos pré-históricos (figura 20).



Figura 20. Decalque da rocha 1 (Baptista 1981).

Na superfície superior da rocha 2 encontram-se representados dois motivos de «tipologia inédita [...] e de difícil integração diacrónica» (Alves 2013b, 202) que correspondem a uma figura com dois círculos de pequenas dimensões geminados que originam duas linhas retas do lado esquerdo, três do lado direito e uma na parte inferior (Baptista 1981 citado em Alves 2013b).

Na rocha 3, por sua vez, são encontradas polidores de dimensões mais reduzidas (Alves 2013b).

A rocha 4, correspondente a uma superfície de pequenas dimensões localizada a sul do Penedo do Encanto, contém uma figura de contorno semi-retangular com um semicírculo na parte superior.

Na rocha 5 encontram-se motivos já de época história. São cruces latinas, de dimensões análogas, talvez correspondentes à cristianização do lugar (Baptista 1981).



Figura 21. Aspeto geral do local com a rocha 1, em primeiro plano.

Acessos: A partir de Lindoso seguir a Estrada Nacional 104-1 em direção à aldeia de Parada. Neste ponto o percurso passa a ser feito a pé, seguindo-se na direção SE e subindo a encosta durante cerca de 2 km (Alves 2013b). O restante percurso encontra-se sinalizado com a marcação de um percurso denominado de “PR Penedo do Encanto”.

Estado de conservação: Razoável. Encontra-se coberta com alguns líquenes que cobrem superfícies laterais dos afloramentos gravados.

Valorizado turisticamente: Sim. O percurso pedestre encontra-se sinalizado com placas do Parque da Peneda-Gerês. A sinalização por sua vez está localizada em postes/rochas (por vezes pouco destacada na envolvente) e em algumas placas de madeira – no início do percurso, partindo de Lindoso, e perto do afloramento – já com algumas marcas de degradação. Junto ao “santuário”

encontra-se uma placa de metal com a contextualização do «Penedo do Encanto» em duas línguas – Português e Inglês – e com o desenho das gravuras da rocha 1 (figura 22).



Figura 22. Fotografia da placa de metal existente no local.

Condições da valorização turística: O local deve continuar alvo de visitação mas também de monitoriza o mais frequente e deve efetuar-se o levantamento das outras rochas disponibilizando-se uma biografia do lugar ao visitante. Em termos paisagísticos é interessante a presença de alguns carvalhos mas é de assinalar uma mata de eucaliptos muito perto o que descaracteriza o lugar. Deviam programar-se visitas noturnas.

Quadro 8. Análise SWOT da Bouça do Colado

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto de oito rochas gravadas com diversos motivos. • Várias fases cronológicas de gravação • Estado de conservação razoável • Trilho sinalizado • Existência de uma placa interpretativa no local, em duas línguas: português e inglês 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de muitos líquenes sobre o afloramento principal e sobre os restantes • Fraca visibilidade dos motivos gravados
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Inserido num trilho «PR Penedo do Encanto» • Contexto paisagístico de interesse 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de placas explicativas sobre todo o complexo gravado • Inexistência de bibliografia sobre todo o conjunto para o visitante • Fraca acessibilidade para chegar junto aos afloramentos gravados • Inexistência de visitas noturnas • Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre • Falta de uma linha de merchandising sobre o local e as gravuras

Referências bibliográficas:

Baptista 1981; Alves 2013b; Fontes 2011; <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pnpg/pr-pened-encant>.

2.2.1.2. Chã da Rapada

Descrição administrativa e coordenadas:

Britelo, Ponte da Barca, Viana do Castelo

-8.281541 W; 41.83452 N

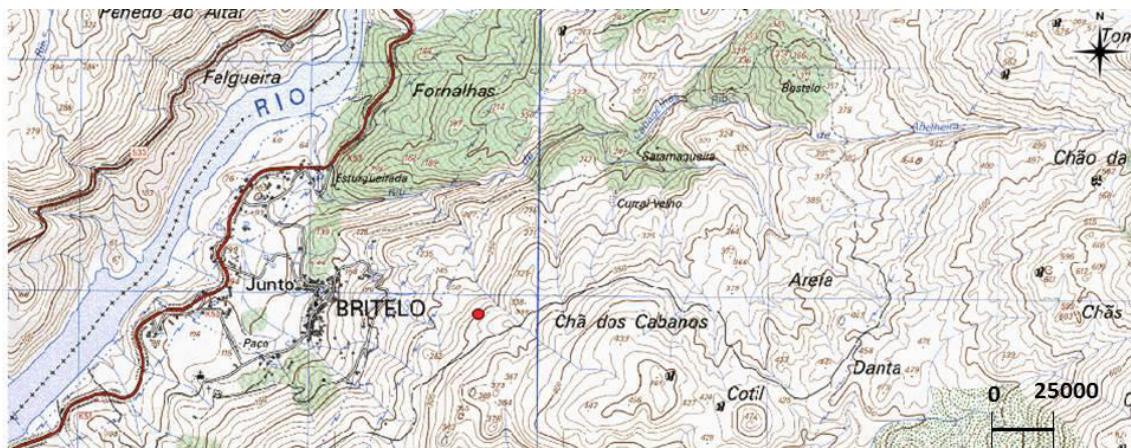


Figura 23. Localização do Chã da Rapada no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.

Descrição física do local: A Chã da Rapada, em Ponte da Barca, localiza-se no interior do Parque da Peneda-Gerês, numa plataforma da vertente noroeste da serra Amarela, na margem direita do rio Lima. Trata-se de uma área com densa concentração de afloramentos graníticos direcionados de NW/SE. Do local, a visibilidade é reduzida no sentido norte e sul – onde se encontram as vertentes das serras do Soajo e Amarela – ao contrário do que ocorre para poente, onde a visibilidade é favorável para o Monte do Castelo de Aboim da Nóbrega (Bettencourt 2013a).



Figura 24. Vista da Chã da Rapada para nascente (fonte: Bettencourt 2014).

Descrição arqueológica: A Chã da Rapada corresponde a um lugar com inúmeros afloramentos gravados (12) com motivos inseríveis na tradição estilística da arte esquemática, embora tenha alguns símbolos de tradição atlântica. Foi descoberto por António Martinho Baptista (1986), estudado, primeiro, por Andrea Martins (2006) e, posteriormente, por Lara Bacelar Alves (2012), neste caso no decurso da valorização turística do sítio. Apesar do número de trabalhos aí realizados, não se conhece um estudo integral do sítio.

A rocha 4, com 1,80 metros de comprimento por 1,48 metros de largura máxima, encontra-se disposta na horizontal possuindo uma morfologia sub-retangular. Apresenta uma só gravura, um serpentiforme, cuja representação é linear ondulada por sete segmentos de curva. Na parte superior é visível um triângulo (cabeça do serpentiforme) (Martins 2006).

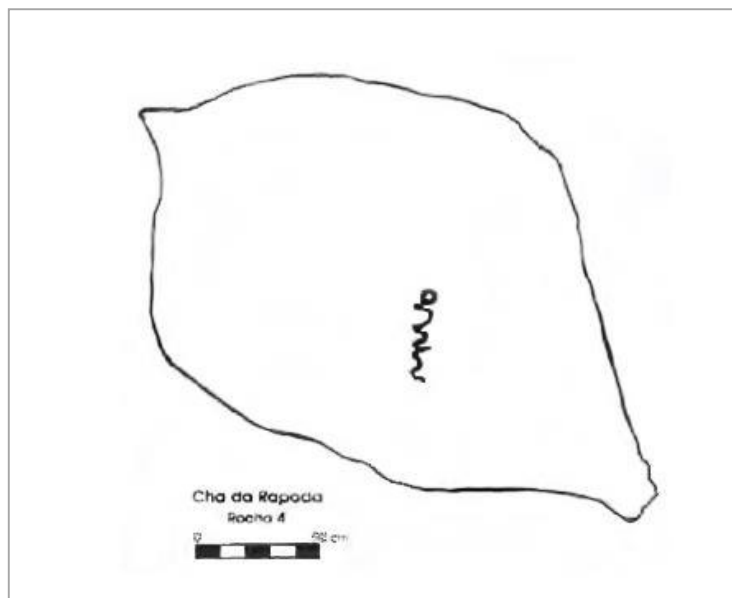


Figura 25. Decalque da rocha 4, com um serpentiforme
(Fonte: Martins 2006).

Na rocha 5, com disposição horizontal e morfologia subtriangular, os motivos esquemáticos são geralmente cruciformes simples, alguns de bases circulares, um envolvido num retângulo e outro num triângulo irregular. No grupo dos antropomorfos, por sua vez, verificam-se inúmeras tipologias «com pernas delimitadas por dois traços oblíquos ou ligeiramente arqueados, um em fi e outro em ictifálico» (Bettencourt 2013a). Quanto ao grupo das composições circulares a mesma autora ressalta uma espiral no interior de um círculo.

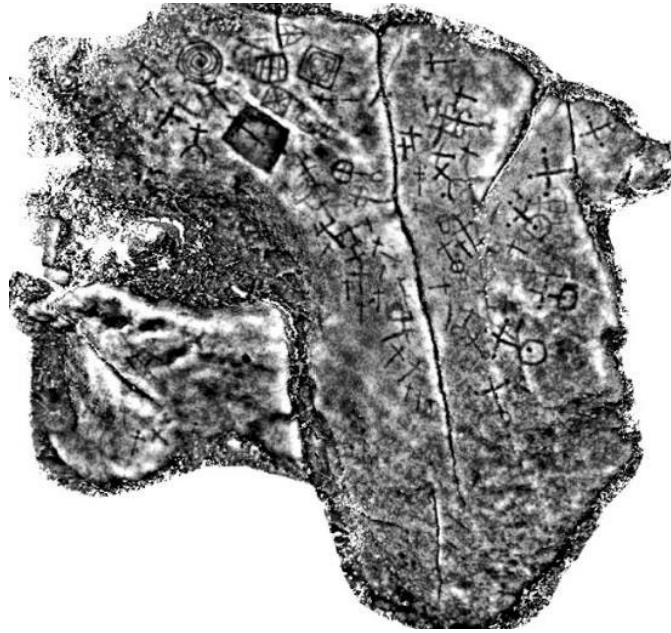


Figura 26. Levantamento da rocha 5 da Chã da Rapada.

(Fonte: www.superficie.pt)

A rocha 6A possui uma morfologia sub-retangular e encontra-se disposta na horizontal. Esta conta com 24 motivos estudados, sendo estes os que apresentam maior variedade formal. De entre os motivos destacam-se os antropomorfos esquemáticos simples, os reticulados, os antropomorfos ictifálicos e paletas.



Figura 27. Decalque da rocha 6A da Chã da Rapada com diferentes tipos de motivos de cronologias distintas (antropomorfos, paletas, reticulados e cruciformes) (Fonte: Martins 2006).

Quanto à cronologia deste sítio arqueológico denota-se discordância entre diferentes autores. Dito por outras palavras, autores como Baptista (1986) e Martins (2006) assumem momentos cronológicos distintos para as mesmas gravuras. O primeiro defende que este local se baliza entre a Idade do Bronze – tendo em conta os motivos esquemáticos e circulares – e o período Medieval ou Moderno onde insere os motivos cruciformes. Martins (2006) defende que a cronologia deste lugar é maioritariamente da Idade do Bronze existindo a possibilidade de se prolongar até à Idade do Ferro. Já em relação aos motivos cruciformes, tabuleiros de jogos e serpentiforme, Martins concorda com Baptista e coloca-os na Idade Medieval ou Moderna.

Recentemente Bettencourt (2013b) colocou a hipótese de que as primeiras gravuras destes sítios foram gravadas, ainda, na Pré-história Recente, baseando-se na existência de alguns motivos reticulados que também ocorrem na arte megalítica, assim como na proximidade deste local com a necrópole megalítica de Britelo. Apesar de não se identificar iconograficamente a utilização deste local durante o Calcolítico e a Idade do Bronze é possível que este facto tenha ocorrido, havendo, posteriormente – na Idade do Ferro – a necessidade de adicionar ou alterar sentidos às gravuras já existentes.

À semelhança do que ocorre no Penedo do Encanto, pode interpretar-se a cristianização do lugar através de cruciformes simples e da estrela de Salomão (rocha 3 e 6A) (Alves 2012).

Acessos: Seguir a estrada Nacional Ponte da Barca-Lindoso (EN203) até à igreja de Britelo. Passar por detrás da igreja em direção a uma das últimas casas do lugar. A parti daí, seguir pelo caminho de terra batida que sobe à serra. A cerca de 350 m chega-se a uma curva acentuada que nos marca o início do lugar conhecido popularmente por Chã da Rapada (Bettencourt 2013a).

Estado de conservação: Razoável. Apresenta alguns líquenes e com vegetação rasteira (figura 28).



Figura 28. Estado atual do Chã da Rapada

Valorizado turisticamente: Sim, integrado num percurso pedestre denominado de PR Megalitismo de Britelo (figura 29).

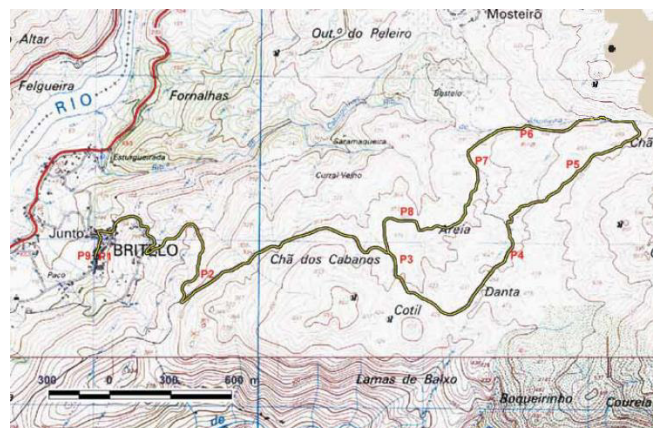


Figura 29. Localização do Chã da Rapada no Trilho do Megalitismo de Britelo (P2)
(Fonte: PR Megalitismo de Britelo).

Condições da valorização turística: Este trilho encontra-se sinalizado com placas de madeira a indicar o caminho apesar destas já se encontrarem com indícios de degradação. No local, existe uma placa de metal com o decalque dos afloramentos, estando escrita em duas línguas: português e inglês (figura 30). Seria desejável o levantamento de todas as rochas gravadas por forma a se poder contar a história do local na longa diacronia, mais informação sobre a importância destes

sítios no passado, sinalética em todas as rochas gravadas e organização de visitas noturnas, a partir da aldeia.



Figura 30. Fotografia da placa de metal que se encontra no local.

Quadro 9. Análise SWOT do Chã da Rapada

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Inúmeros afloramentos gravados • Afloramentos gravados com diferentes tipos de motivos • Grande diacronia dos motivos gravados • Estado de conservação razoável • Trilho sinalizado • Existência de uma placa interpretativa no local, escrita em duas línguas: português e inglês • Próximo das gravuras rupestres do Vale da Coelheira 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de líquenes e vegetação rasteira em vários afloramentos gravados
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Inserido num trilho “PR Megalitismo de Britelo” • Facilidade de acesso 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de manutenção regular do local • Trilho com falhas na sinalização • Sinalização desgastada • Inexistência de decalques visíveis de todas as rochas gravadas • Sem visitas noturnas organizadas • Sem locais de descanso • Falta de uma linha de merchandising sobre o local e as gravuras

Referências bibliográficas:

Baptista 1986; Martins 2006; Alves 2012; Bettencourt 2013a; 2014.

2.2.1.3. Vale da Coelheira

Descrição administrativa e coordenadas:

Britelo, Ponte da Barca, Viana do Castelo

-8.268882 W; 41.834756 N



Figura 31. Localização do Vale da Coelheira no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.

Descrição física do local: Está localizado num pequeno outeiro, no alto da serra Amarela, no limite sudoeste do local conhecido como Vale da Coelheira. Esta área está localizada a 30 metros de uma linha de água (Rodrigues 2014) e é de grande interesse paisagístico ficando na passagem para a necrópole megalítica de Britelo (figura 32).



Figura 32. Afloramento gravado do vale da Coelheira e contexto físico onde se localiza (Fonte: Rodrigues, 2014).

Descrição arqueológica: As gravuras da Chã da Coelheira encontram-se num grande afloramento granítico, de tendência horizontal, com ligeiro declive para sul, pouco destacado do solo mas com inúmeros motivos gravados. Os mais evidentes são círculos, ovais, composições complexas com formas circulares, covinhas. Apresenta, também inúmeros cruciformes (Rodrigues 2014), alguns de base circular, talvez resultantes da cristianização do local (figura 33).

Trata-se de um local classificado como Sítio de Interesse Público.



Figura 33. Pormenor de cruciformes no vale da Coelheira (Fonte: Rodrigues 2014).

Acessos: Segue-se pela Estrada Nacional 203 (Ponte da Barca-Lindoso) até Mosteirô. Posto isto, segue-se a pé cerca de 1 km.

Estado de conservação: Razoável, embora o afloramento esteja com muitos fungos e líquenes (figura 34).

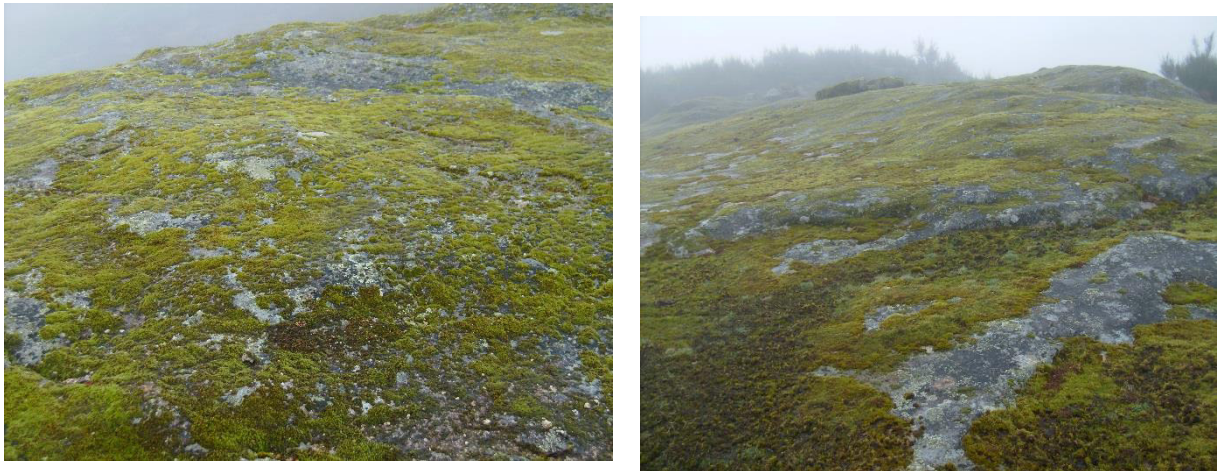


Figura 34. Atual estado de conservação do afloramento com gravuras.

Valorizado turisticamente: Sim, teoricamente, mas apenas por se encontrar inserido num trilho denominado por Trilho do Megalitismo de Britelo (figura 35). O local não está limpo, e pouco se vê as gravuras, sendo até de difícil visualização para as pessoas menos experimentadas.

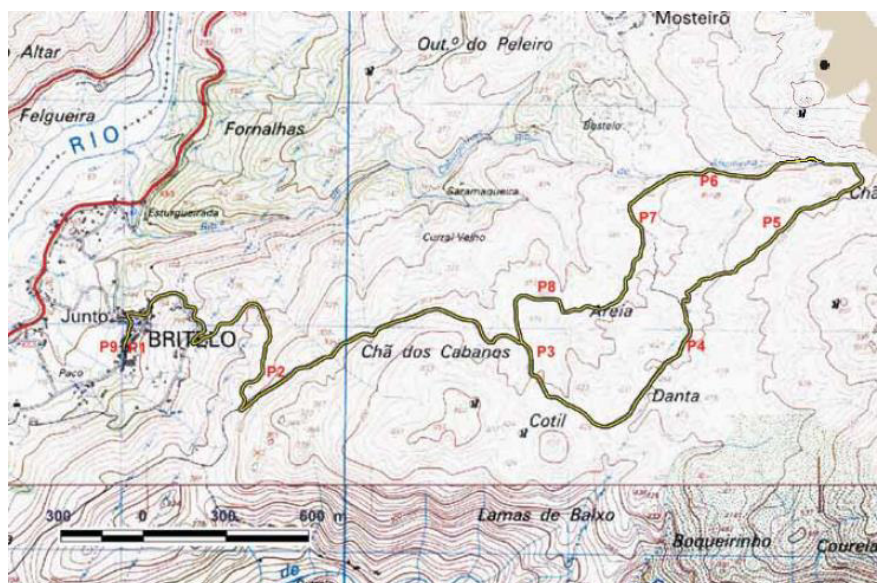


Figura 35. Localização das gravuras rupestres do Vale da Coelheira no Trilho do Megalitismo de Britelo (P7)

(Fonte: PR Megalitismo de Britelo).

Condições da valorização turística: O trilho encontra-se sinalizado e divulgado. A sinalização do trilho é escassa e sem grande destaque na envolvente. Existem duas placas de madeira que indicam «Gravuras Rupestres» escritas só em português, e sem qualquer painel informativo no próprio local da gravura (figura 36). Não há estudos cientificamente validados, decalques ou

levantamentos fotográficos ou qualquer painel informativo. O local precisa nitidamente de valorização.



Figura 36. Placa de madeira a sinalizar as gravuras, perto do local.

Quadro 10. Análise SWOT do Vale da Coelheira

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Afloramento de grandes dimensões • Inúmeros motivos gravados e distintos • Estado de conservação razoável 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco destacado no solo e parcialmente soterrado • Presença de muitos líquenes e fungos
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Localização junto à necrópole megalítica de Britelo • Inserido num trilho “PR Megalitismo de Britelo” • Classificado como IIP • Próximo da Chã da Rapada • Contexto paisagístico de interesse 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem estudos cientificamente validados • Solução de sinalização pouco atrativa e degradada • Sem placas interpretativas no local • Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre

Referências bibliográficas:

Dórdio 1995; Rodrigues 2014

2.2.1.4. Chã do Fojo/Candorca

Descrição administrativa e coordenadas:

Lugar do Lindoso, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo

-8.195098 W, 41.863872 N

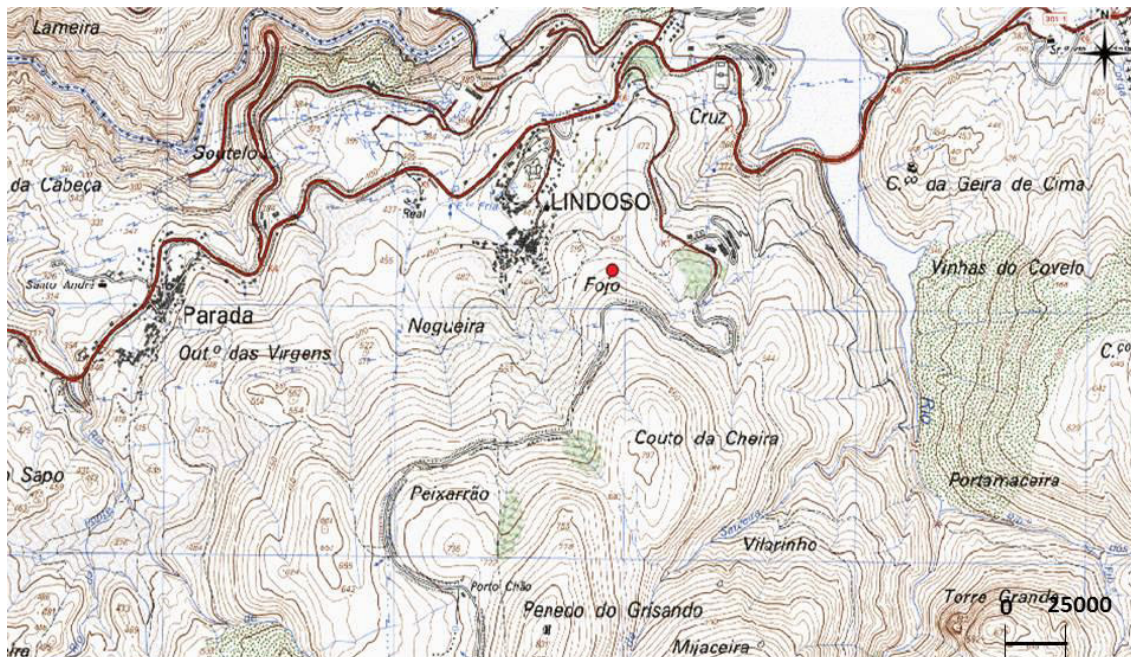


Figura 37. Localização do Chão do Fojo/Candorca no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.

Descrição física do local: As gravuras localizam-se numa plataforma a meio da vertente norte do Monte Forcão, em plena serra Amarela. Desde este local há uma enorme amplitude visual para o vale do Lima. O local, com coberto vegetal arbustivo e herbáceo é, ainda hoje, usado para a pastorícia.

Descrição arqueológica: Estas gravuras rupestres, descobertas e localizadas por Luis Fontes (2011), ficam num afloramento pouco destacado do solo e, ainda em parte, coberto por sedimentos. O que se observa tem cerca de 2 m de comprimento, 1,70 m de largura e ligeiro declive para a nascente. É neste que foi gravada uma composição de tipo idoliforme e várias covinhas (Fontes 2011). A cerca de 6 m para sudeste existe um afloramento gravado com um cruciforme que Fontes (2011) considera como correspondendo à cristianização do local. Este autor insere as gravuras na Idade do Bronze.

Segundo Bettencourt (2014)

«o que se pode observar é uma composição formada por vários sulcos que, por vezes, formam figuras tendencialmente circulares ou ovalares, frequentemente preenchidos por pequenas covinhas ou nuvens de pontos, numa tradição típica da arte atlântica das bacias do Minho e do Âncora, sendo pouco conhecida na bacia do Lima» (figura 38).

Esta autora considera a cronologia desta gravura como se tendo iniciado, pelo menos, a partir dos fins do IV milénio a.C.

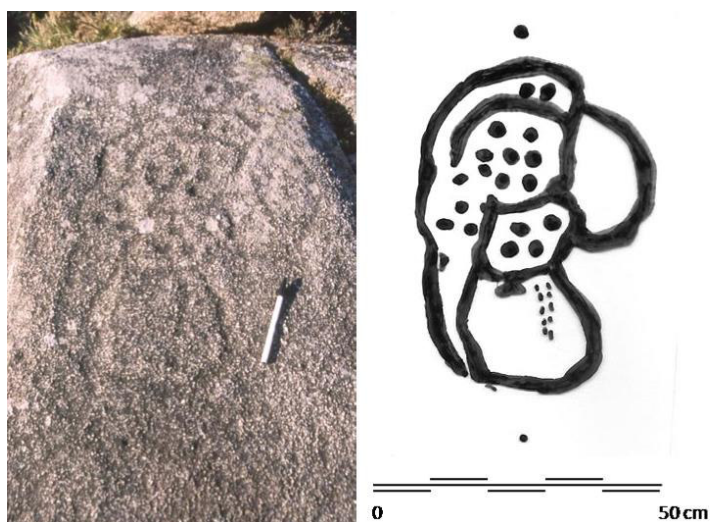


Figura 38. Fotografia e gravura, Chã do Fojo (idoliforme?) (Fonte: Fontes 2011).

Acessos: O acesso pode fazer-se a partir do lugar do Lindoso por caminhos carreteiros e pedestres ou pelo estradão florestal de Lindoso a Louriça. As gravuras não se encontram sinalizadas.

Estado de conservação: Regular a mau por estar exposto a norte e a fortes agentes erosivos.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições de valorização turística: Sim. O local é de interesse paisagístico (figura 39) e o afloramento pode ser limpo e ser alvo de um novo decalque e de técnicas que permitam aferir a existência de mais gravuras de modo a se poder fornecer ao público documentação cientificamente válida. Deverá ser sinalizado e ter placas interpretativas e ser alvo de visitas noturnas.



Figura 39. Vista do Chã do Fojo.

Quadro 11. Análise SWOT do Chã do Fojo - Candorcas

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Estado de conservação razoável • Motivo interessante mas único. 	<ul style="list-style-type: none"> • Afloramento pouco destacado do solo • Parte do afloramento coberto por sedimentos • Fortes agentes erosivos
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Contexto paisagístico de interesse. • Acesso fácil, a partir de caminhos pedestres ou pelo estradão florestal 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre • Sem sinalização • Sem decalque visível no local

Referências bibliográficas:

Fontes 2011; Bettencourt 2014.

2.2.1.5. Porto Chão/Pardieiros/Casa dos Mouros

Descrição administrativa e coordenadas:

Lugar do Lindoso, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo

-8.207173 W; 41.848495 N

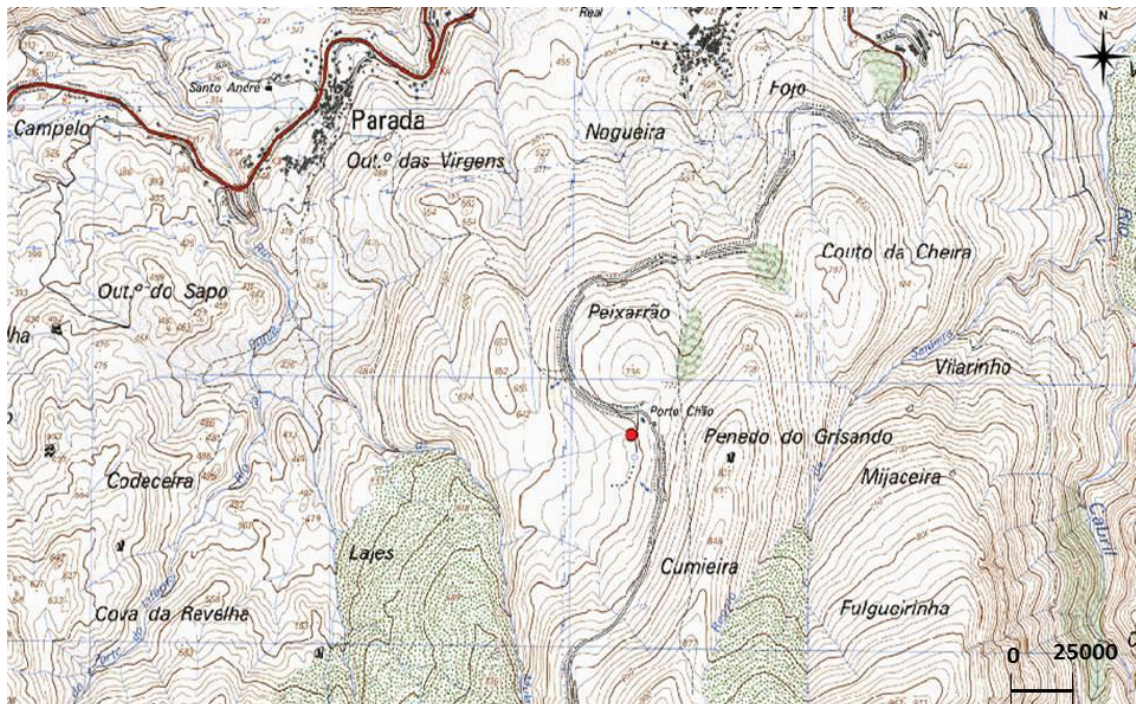


Figura 40. Localização de Porto Chão/Pardieiros na Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.

Descrição física do local: As gravuras rupestres localizam-se

«numa plataforma da vertente média/alta do Aradoiro, na serra Amarela, na extremidade sudoeste do anfiteatro de Porto Chão, que visualiza, assim como o vale fechado do rio da Feicha, para noroeste. O substrato geológico é composto por granitos que afloram em áreas restritas. Trata-se de um lugar com coberto vegetal arbustivo e herbáceo, propício para a pastorícia e para uma pequena agricultura de altitude pois há tendência para a acumulação de sedimentos no anfiteatro» (Bettencourt 2014: s/p).

Descrição arqueológica: Este sítio arqueológico foi descoberto e localizado por Luís Fontes (2011). As gravuras rupestres ocorrem num grande bloco granítico partido, com 3 m de comprimento por 1,40 m de largura e 0,35 m de espessura. Segundo Fontes (2011, 28) este afloramento está partido em duas partes «...a parte maior conserva-se levantada e parcialmente encostada a outra

grande pedra que integra a parede de uma edificação; a parte mais pequena está separada e tombada horizontalmente ao lado». Neste foi apenas detetada uma única gravura, que se encontra na parte maior do afloramento partido. Esta caracteriza-se por ser uma figura compósita formada por dois pequenos círculos com covinha central a partir do qual se parecem ter anexado um círculo maior com covinhas no seu interior. Deste saem sulcos de pequena dimensão, terminando um deles numa covinha (figura 41).

Segundo Fontes (2011) trata-se de um idoliforme que se insere na Idade do Bronze. Bettencourt (2014) considera estas gravuras como atribuíveis à Arte Atlântica e de cronologia mais antiga.

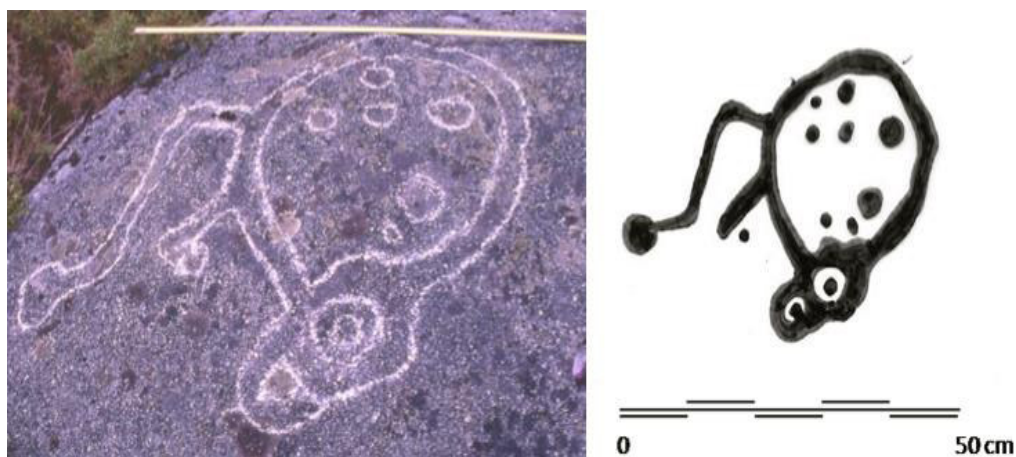


Figura 41. Fotografia e desenho do motivo gravado de Porto Chão (Pardieiros)
(Fonte: Fontes 2011).

Acessos: Segundo Bettencourt 2014, baseada em Fontes 2011 «O acesso pode fazer-se a partir do estradão florestal de Lindoso a Louriça. A partir da casa do guarda-florestal há vários caminhos pedestres que levam a Porto Chão. Outro acesso possível é através do caminho lajeado que sai do lugar de Parada com destino a Porto Chão. As gravuras não se encontram sinalizadas».

Estado de conservação: o estado de conservação é mau, pois o afloramento está partido, podendo ser levado do local.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições de valorização turística: Não, embora a parte decorada do afloramento partido pudesse ser transportada para um centro interpretativo, pelo que não se justifica a análise SWOT.

Referências bibliográficas:

Fontes 2011; Bettencourt 2014.

2.2.1.6. Porto Chão/Lomba

Descrição administrativa e coordenadas:

Lugar do Lindoso, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo

-8.208918 W; 41.851679 N

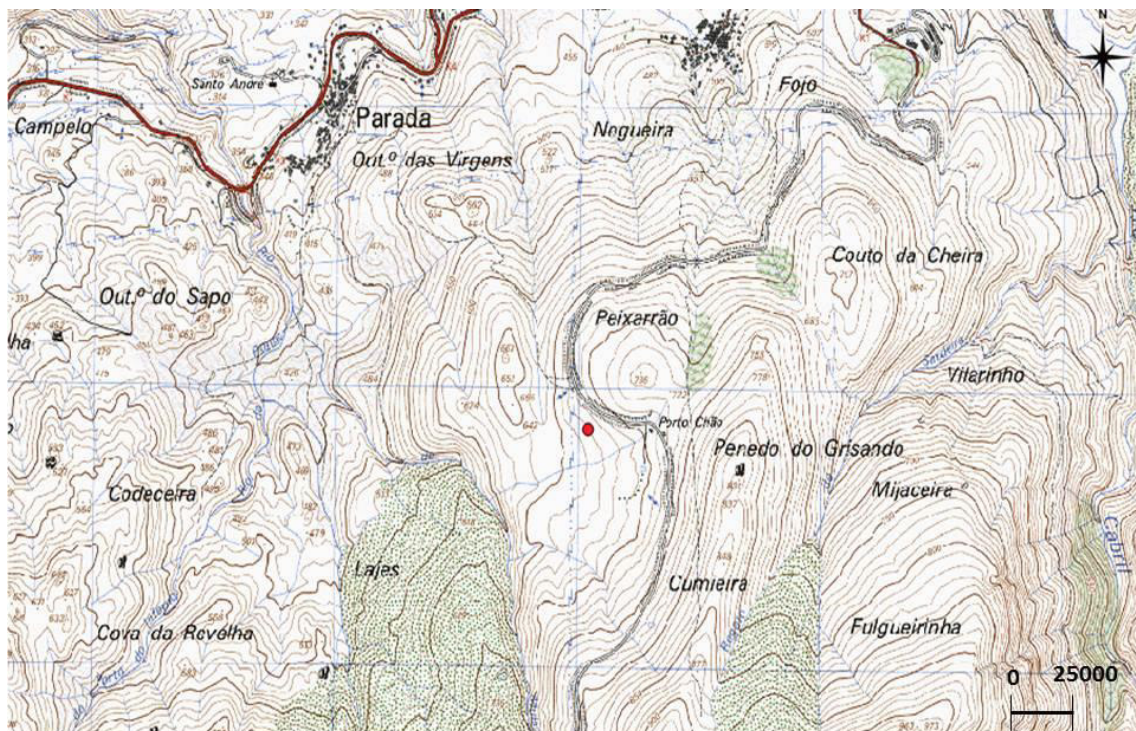


Figura 42. Localização de Porto Chão/Lomba no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 17.

Descrição física do local: As gravuras rupestres localizam-se no extremo sul do anfiteatro de Porto Chão, a cerca de 100 m para poente de um regato que alimenta o lameiro do Bebedouro. Na área existem vários afloramentos graníticos. A cobertura vegetal é arbustiva e herbácea, com boas condições para a pastorícia.

Descrição arqueológica: As gravuras rupestres do Porto Chão/Lomba correspondem a um núcleo de 3 afloramentos gravados, detetados por António Martinho Baptista enquanto funcionário do Parque Natural Peneda-Gerês. Na altura, encontravam-se com elevado grau de erosão e cobertas por líquenes, sendo apenas perceptíveis com luz rasante. Os motivos então visualizados eram circulares com covinhas no seu interior, covinhas dispersas e, talvez, quadrangulares. Luís Fontes (2011) não encontrou estes afloramentos.

Acessos: Segundo o autor referido o acesso pode fazer-se a partir do estradão florestal de Lindoso a Louriça sendo, também, possível através do caminho lajeado que sai do lugar de Parada com destino a Porto Chão.

Estado de conservação: Desconhecido.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições de valorização turística: Seriam necessárias novas prospeções no local para tentar descobrir estas gravuras e perceber o seu grau de interesse para valorização turística, pelo que não se justifica a análise SWOT.

Referências bibliográficas:

Fontes 2011; Bettencourt 2014.

2.3. Ponte de Lima

Ponte de Lima, com uma área de 320,3km² e cerca de 2800 habitantes, faz fronteira com Viana do Castelo, Caminha, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Esta vila encontra-se repartida entre pequenas serras e colinas - relevos residuais - atravessados por vales amenos e soalheiros. Trata-se de uma paisagem muito alterada pelo homem, onde este arroteou campos, deu forma a socalcos, plantou árvores e fez construções.

As alterações começam a ser verificadas desde os primeiros tempos da pré-história recente, com monumentos megalíticos e intensificam-se nos períodos subsequentes quer através de construções dos povoados como da agricultura, durante a Idade do Ferro (Almeida 1990; 2008).

Sendo esta a vila mais antiga de Portugal, com foral outorgado a 4 de Março de 1125, «o nascimento de Ponte de Lima está intimamente ligada ao despontar da nacionalidade» (Reis 2000, 71). No entanto, surge problemática envolta na denominação da vila: para uns, trata-se Ponte de Lima, para outros – a partir do século XIX – de Ponte do Lima. Ao analisar os documentos históricos verifica-se, no Foral de D. Teresa, a denominação de “Ponte”, onde se pode ler «*Placuit Mihi ut facium vilam supra nomimato loco Ponte cautum*», ou seja «aprouve-me tornar couto a vila situada no referido lugar de Ponte» (Reis 2000).

O termo de Ponte de Lima, sendo este o mais correto historicamente, surge já nas Inquirições de 1258.

Ponte de Lima foi, desde cedo, um local de passagem, quer de comerciantes, aventureiros, quer de peregrinos (Município de Ponte de Lima 2008). Hoje é reconhecida como Património Universal; berço do Turismo de Habitação; berço da Casta Loureiro e do Arroz de Sarrabulho (“Ponte de Lima” 2015).

2.3.1. Gravuras rupestres

2.3.1.1. Pedra do Cavalinho

Descrição administrativa e coordenadas:

Arcozelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo

-8.605910 W, 41.780213 N

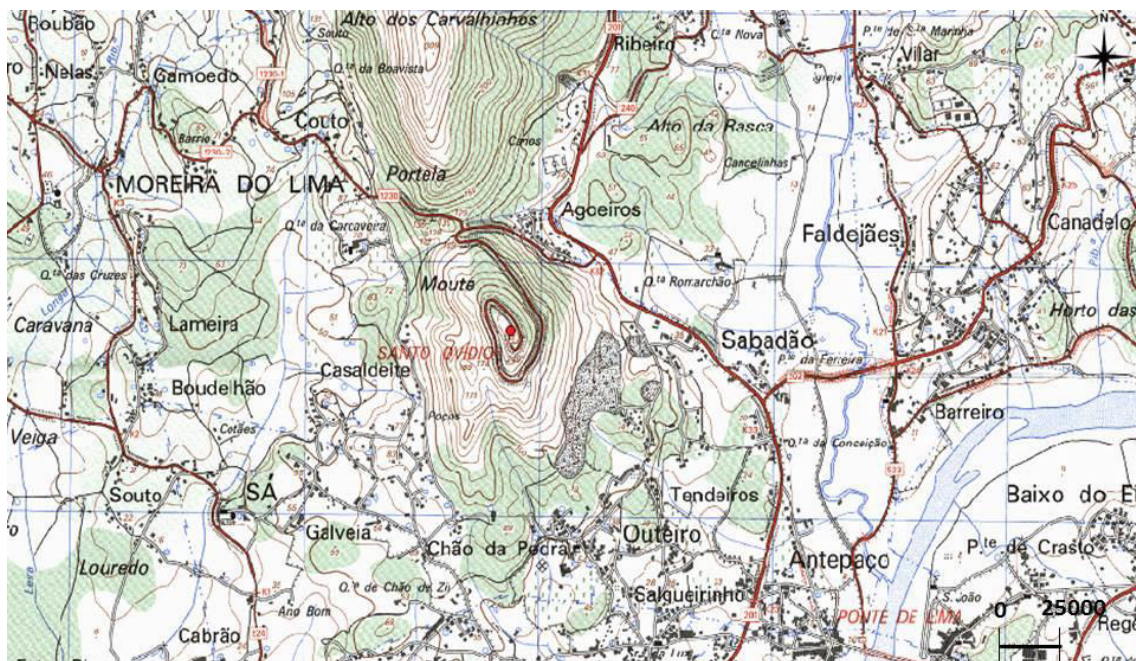


Figura 43. Localização da Pedra do Cavalinho no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 28.

Descrição física do local: A Pedra do Cavalinho encontra-se junto ao muro do adro da capela de St. Ovídio, no início da vertente su-sudoeste do Monte de St. Ovídio. Trata-se de um ponto alto, sendo possível observar uma vista panorâmica de toda a envolvente que corresponde a grande parte do vale do Lima.

Descrição arqueológica: Trata-se de um afloramento granítico, com ligeira inclinação para sudoeste e com uma única gravura: a representação de um cavalo montado, esquemático. Este afloramento destaca-se bem no solo e a sua gravura é facilmente visível com luz rasante (figura 44).



Figura 44. Pedra do Cavalinho (Fonte: Bettencourt 2014).

Acessos: Seguir pela A27, no sentido Viana – Ponte de Lima, sair em Arcozelo até encontrar uma rotunda. Depois de aqui chegar sair na segunda saída em direção a St. Ovídeo. Posto isto é só seguir as placas até à capela. Ai descer por um pequeno caminho de pé posto, alguns metros para sudoeste.

Estado de conservação: Razoável. Encontram-se as linhas de contorno do cavalinho, riscadas a laranja, com tijolo, o que é prejudicial (figura 45). A gravura foi classificada como IIP - Imóvel de Interesse Público.



Figura 45. Gravura do cavalinho de Santo Ovídio como o encontrámos no dia da visita (avivado com tijolo).

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Este local está localizado junto a um parque para descanso e lanches, com boa visibilidade para a envolvente. A única sinalização que existe é referente ao Monte de St. Ovídeo, mas será interessante valorizar as gravuras através da limpeza do local, seu decalque, colocação de sinalética e de informação.

Quadro 12. Análise SWOT da Pedra do Cavalinho

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Estado de conservação razoável • Gravura bem destacada no afloramento • Gravura com um motivo relativamente raro no contexto da arte rupestre do vale do Lima 	<ul style="list-style-type: none"> • Marcação da gravura com tijolo o que provoca o seu desgaste • Afloramento com líquenes e musgos
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Localizado junto de um miradouro • Contexto ambiental de interesse. • Contexto patrimonial de interesse nas imediações (capela de Stº Ovídeo) • Com espaço para descanso e merendas • Boas acessibilidades • Classificado como IIP 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem estudo cientificamente validado • Sem valorização • Sem acessos condignos com a atividade turística, à micro escala. • Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre

Referências bibliográficas:

Baptista 1986a; Bettencourt 2014.

2.3.1.2. Guarca

Descrição administrativa e coordenadas:

Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo

-8.6447 W; 41.7238 N

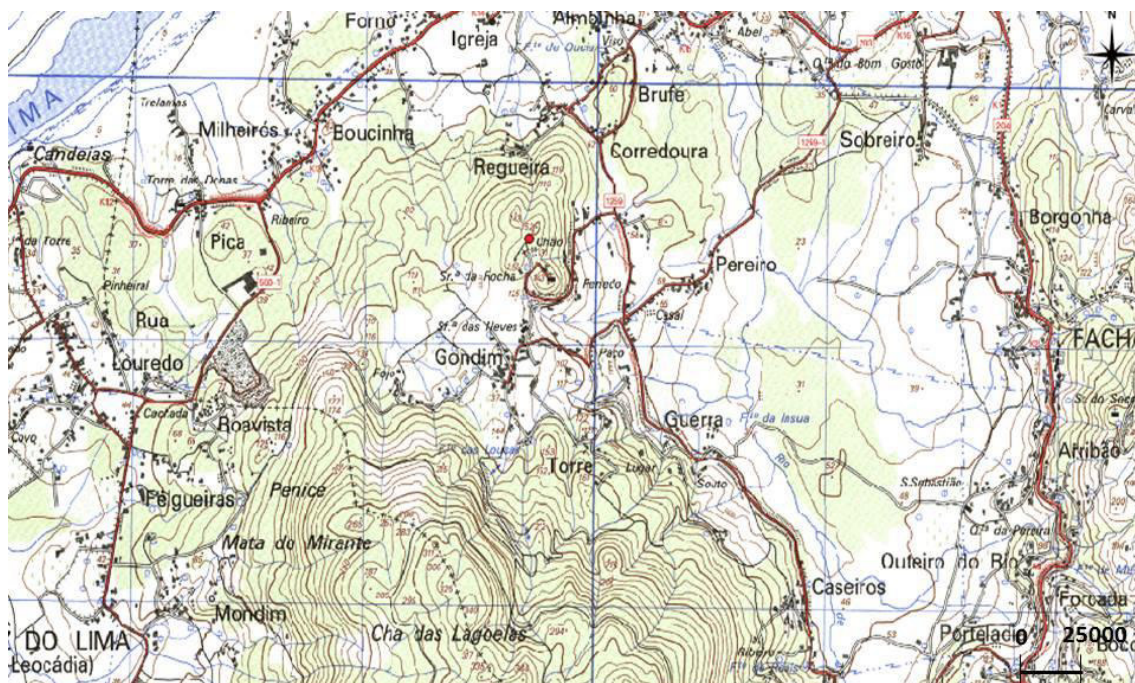


Figura 46. Localização da Guarca no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 41.

Descrição física do local: O sítio, relativamente abrigado por diversos afloramentos e por um outeiro, está localizado no início de uma vertente alta do Monte de Santo Estevão, dominando parte do vale da Facha, na margem sul do rio Lima. Área florestada com eucaliptos.

Descrição arqueológica: O afloramento encontrado e inventariado por Luís Loureiro, em 2012, corresponde a uma laje granítica, na horizontal, onde a área gravada já se encontra com algum desgaste e com uma fratura a sul. De entre os motivos, Luís Loureiro (2014), destaca uma arma de “tipo punhal” com 0,50 cm de comprimento, acompanhada de cabo segmentado. Neste mesmo afloramento podemos encontrar, ainda, covinhas alongadas, e outras figurações de armas (Loureiro 2014) (figura 47 e 48).



Figura 47. Vista geral do afloramento gravado (Fonte: Luís Loureiro 2014).



Figura 48. Pormenor do motivo gravado de uma das armas (punhal) gravada.

Acessos: O sítio arqueológico encontra-se a 250 metros para norte da ermida de Nossa Senhora da Rocha. Seguindo a estrada alcatroada, deve-se mudar o sentido, à direita, na primeira estrada de terra batida. Percorridos 50 metros o local encontra-se no lado esquerdo (Loureiro 2014).

Estado de conservação: Razoável.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: O local é passível de valorização turística uma vez que o afloramento está num estado de conservação razoável e o acesso é fácil. Para tal, é necessário colocar sinalização ao longo do percurso, fazer o seu estudo e colocar informação cientificamente validada. Seria também necessário cortar alguns eucaliptos na sua envolvente. De notar que está nas imediações das ruínas do Castro de Santo Estevão da Facha podendo beneficiar-se as duas estações de uma vez só.

Quadro 13. Análise SWOT da Guarca

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Gravura de uma arma “tipo punhal”• Motivo raro no contexto da arte rupestre do vale do Lima• Estado de conservação razoável	<ul style="list-style-type: none">• Fratura na zona sul do afloramento• Vegetação a afetar negativamente o afloramento gravado
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Fácil acesso• Na imediação das ruínas do Castro de Santo Estevão da Facha• Afloramentos graníticos interessantes nas imediações	<ul style="list-style-type: none">• Estudo científico efetuado parcialmente• Sem qualquer tipo de valorização• Contexto ambiental em termos de flora formado por eucaliptos• Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre

Referências bibliográficas:

Loureiro 2014

2.3.1.3. Pratinhos de Nossa Senhora

Descrição administrativa e coordenadas:

Rebordões (Santa Maria), Ponte de Lima, Viana do Castelo

-8.581422 W; 41.7111563 N



Figura 49. Localização dos Pratinhos de Nossa Senhora no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 41.

Descrição física do local: Trata-se de uma pequena plataforma a meio da vertente nascente do Monte da Nó, junto a um curso de água. É um local com uma visibilidade fechada, sendo visível, somente, um pequeno vale para nascente (Bettencourt 2014). Na envolvente há eucaliptos.

Descrição arqueológica: O afloramento granítico, na horizontal e com uma inclinação ligeira para nascente, é pouco destacado do solo. Nesta laje ocorrem filonetes de quartzo assim como várias diaclases de pequena profundidade. Os motivos gravados são abundantes e distribuem-se por toda a superfície superior do afloramento. Correspondem a composições circulares (círculos concêntricos com covinha central), sulcos e covinhas, etc. (Bettencourt 2014) (figura 50).



Figura 50. Vista parcial do afloramento (Fonte: Bettencourt 2014).

Acessos: Pela Estrada Nacional 306, fica junto ao cruzamento que dá acesso à capela da Senhora da Boa Nova (lado direito da estrada nacional).

Estado de conservação: Razoável. Está parcialmente soterrado, com muitos líquenes e musgos.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: As gravuras rupestres poderão ser valorizadas uma vez que possuem bons acessos e o afloramento apresenta um bom estado de conservação. Contudo, para o efeito, é necessário proceder à limpeza do local e colocar a sinalização adequada quer de indicação do caminho, quer painéis interpretativos no local.

Quadro 14. Análise SWOT dos Pratinhos de Nossa Senhora

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Inúmeras gravuras ocupando toda a superfície superior do afloramento• Estado de conservação razoável	<ul style="list-style-type: none">• Pouco destacado no solo• Parte do afloramento soterrado• Sem estudo científico exaustivo• Sem sinalização
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Bons acessos• Nas imediações do caminho para a capela da Senhora da Boa Nova	<ul style="list-style-type: none">• Sem qualquer tipo de valorização• Contexto ambiental em termos de flora é formado por eucaliptos• Inexistência de uma política de valorização turística e pedagógica sistemática, associada à arte rupestre

Referências bibliográficas:

Paço & Quesano 1956; Bettencourt 2014.

2.4. Viana do Castelo

Viana do Castelo, capital do Alto Minho, é também conhecida como a «Princesa do Lima» (“Vale Do Lima” 2013). Trata-se duma das cidades mais belas e antigas do litoral devido à presença do rio, do monte e do mar que lhe conferem paisagens únicas.

Este concelho está delimitado a norte pelo rio Âncora, a sul pelo rio Neiva, a poente pelo mar e a nascente pelas veigas do Fontão e cabeços de S. Pedro de Arcos (Crespo 1957). A área envolvente conta com cerca de 319,02 km² estando dividida por vinte e sete freguesias. Viana do Castelo é, ainda, sede de um distrito administrativo.

No ano de 1258, a 18 de Junho, é outorgado pelo rei D. Afonso o foral a esta vila. Contudo, podemos datar a ocupação desta área desde a Pré-história (Almeida & Almeida 2008)

Neste concelho é possível praticar qualquer tipo de desporto sendo, contudo, os náuticos que mais destaque possuem, quer sejam individuais ou coletivos (“Viana Do Castelo” 2015). A nível gastronómico, é possível destacar o vinho verde (“Viana Do Castelo” 2015). O turismo cultural beneficia do seu centro histórico, dos vários museus, do santuário de Santa Luzia, da citânia de Santa Luzia e de vários eventos culturais, nomeadamente as festas de Nossa Senhora da Agonia.

2.4.1. Gravuras rupestres

2.4.1.1. Breia 1

Descrição administrativa e coordenadas:

Cardielos, Viana do Castelo

-8.733333 W; 41.721667 N

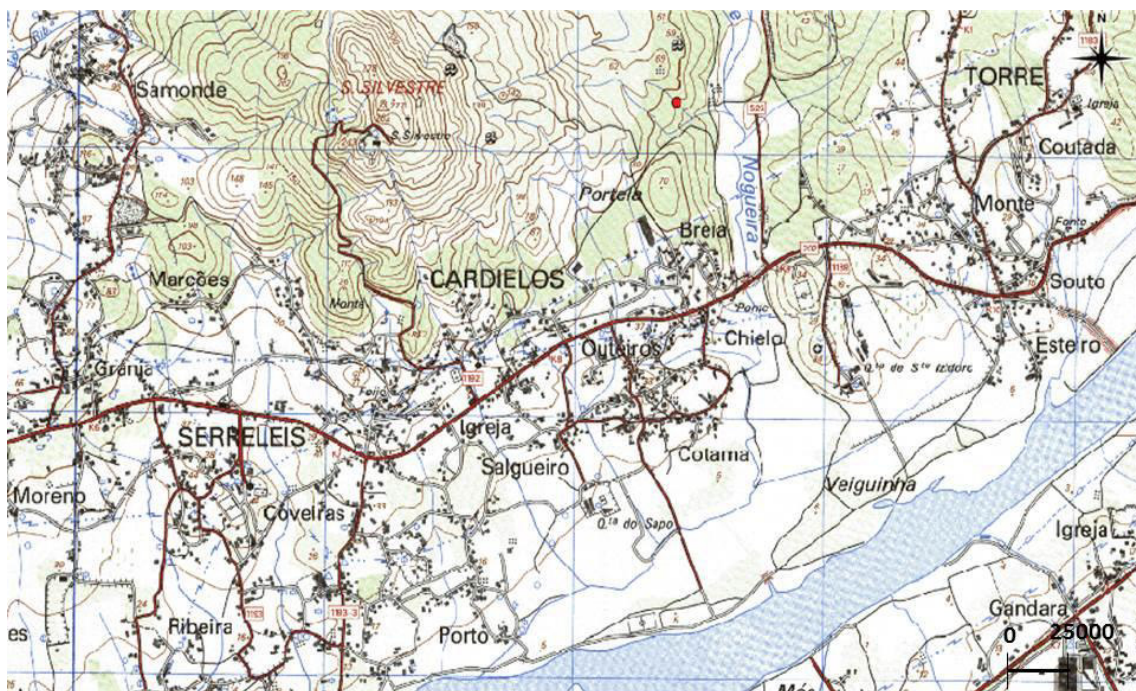


Figura 51. Localização da Breia no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.

Descrição física do local: A Breia 1 localiza-se na margem de um pequeno curso de água que vai desaguar ao rio de Nogueira, afluente da margem norte do Lima. Do local tem-se uma boa visualização para o vale do Lima, ao longe.

Descrição arqueológica: A Breia 1 foi descoberta por Francisco Queiroga, em 1999. Trata-se do afloramento de grande dimensão, abrigado, cuja orientação se verifica de oeste para este. Este afloramento contém vários painéis com representações da arte atlântica. A nordeste – numa área parcialmente delimitada por duas pequenas diaclases – encontra-se o painel mais significativo, com uma densa teia de motivos circulares unidos por linhas sinuosas (Bettencourt 2013b). Como nos explica a mesma autora destas linhas «parecem estar em conexão com uma figura “idoliforme”. Esta tem um contorno grosseiramente trapezoidal com a parte superior arredondada, fazendo lembrar uma figura antropomórfica, e é segmentada no interior» (Bettencourt 2013b, 208). Na parte inferior do painel observa-se um círculo concêntrico com covinha da qual surge

uma outra linha sinuosa que «une» este painel. De cada lado desta linha sinuosa existem, de ambos os lados, três zoomorfos esquemáticos (equídeos?), dois deles estão montados por antropomorfos, e que se dirigem para nascente. A dirigir-se para poente, nas zonas periféricas às composições circulares, encontra-se um outro quadrúpede isolado, juntamente com um círculo segmentado que aparenta estar sobreposto a alguns motivos (Bettencourt 2013b).

A oeste deste painel e a uma quota mais baixa é visível um conjunto de motivos: círculos concêntricos (com ou sem covinha), espirais e um círculo segmentado. Estes motivos apresentam-se no afloramento rochoso de forma dispersa e apenas alguns se encontram ligados por sulcos. Na área envolvente a esta é evidente a presença de alguns quadrúpedes esquemáticos (alguns montados) dirigindo-se em vários sentidos (Bettencourt 2013b).

No canto noroeste encontra-se um outro quadrúpede, mas de morfologia distinta dos restantes. Como nos explica (Bettencourt 2013b, 208) «trata-se de um cavalo montado por um antropomorfo que transporta o que parece ser uma lança, em posição de arremesso [...] esta figura foi gravada de forma menos profunda».

A sul, num terceiro painel, verifica-se (em ambos os lados de pequenas diáclases orientadas de nordeste para sudoeste) a existência de motivos circulares dispersos assim como de duas figuras em baixo relevo – uma é um cavalo seminaturalista que se movimenta para poente com o respetivo cavaleiro (Bettencourt 2013b).

Na extremidade sudoeste do afloramento da Breia 1, são evidentes motivos circulares dispersos, assim como inúmeras covinhas e cruciformes (Bettencourt 2013b).

Depois de um estudo exaustivo põe-se a hipótese de faseamento neste afloramento. Numa primeira fase «terão sido realizadas grande parte das composições circulares, provavelmente iniciadas pelo painel 1, em posição topográfica destacada e com uma composição complexa organizada a partir de um “idoliforme”» (Bettencourt 2013b, 208). Ainda nesta fase inserimos o possível cervídeo que se encontra sobreposto pelo círculo raiado que existe no painel 1. Na segunda fase inserimos os zoomórficos esquemáticos (como os equídeos, por vezes montados) localizados na periferia dos painéis 1 e 3. No painel 2, correspondente a esta segunda fase encontra-se o cavalo e o cavaleiro portador de uma arma, insculpido com um sulco e pouco visível (possivelmente da Idade do Bronze), assim como o cavaleiro em baixo relevo do painel 3 (talvez da Idade do Ferro). A uma outra fase correspondem as cruces e covinhas que se lhe relacionam (indicadoras do cristianismo) (Bettencourt 2013b) (figura 52).



Figura 52. Motivos circulares da Breia 1 (Fonte: Bettencourt 2014).

Acessos: Seguir a A27 (sentido Viana do Castelo – Ponte de Lima) e sair em Nogueira. Na primeira rotunda, sair na direção de Cardielos. Após a indicação da freguesia, através da placa, virar na segunda rua à direita (rua da Portela) e seguir até passar o viaduto que passa por cima da A27. Parar o carro logo após o viaduto e seguir a pé, descendo um caminho de terra batida do lado direito até se chegar a uma curva pronunciada para a esquerda. Aproximadamente a 10m, para a direita, entre o mato, encontra-se a primeira rocha (Bettencourt 2013b).

Estado de conservação: Em perigo. Localizado junto de um curso de água intermitente que enche o afloramento de areia provocando a erosão dos motivos. A vegetação que nasce nas suas imediações também a prejudica.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Sim, uma vez que o acesso é fácil, as gravuras são bem visíveis e o local é interessante, na proximidade de um antigo moinho de vento abandonado. Para tal é necessário escavar o local, colocar mais informações quer indicativa, quer informativas, desviar o curso de água que inunda as gravuras e preparar melhor os acessos em seu redor.

Quadro 15. Análise SWOT da Breia 1

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Afloramento de grandes dimensões com grande número de motivos e painéis gravados• Diversidade de motivos (composições circulares e zoomorfos)• Gravuras bem visíveis	<ul style="list-style-type: none">• Afloramento perturbado por fenómenos de sedimentação (escorrimento de areias e água)• Afloramento parcialmente afetado pelo fogo
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Fácil acesso• Nas proximidades de outros recursos de interesse (antigo moinho de vento abandonado)• Próxima das gravuras da Breia 2 e 3• Contexto paisagístico interessante• Estudo científico efetuado parcialmente	<ul style="list-style-type: none">• Estado de conservação em perigo• Sem valorização• Inexistência de decalques do afloramento

Referências bibliográficas:

Bettencourt 2013b.

2.4.1.2. Breia 2

Descrição administrativa e coordenadas:

Cardielos, Viana do Castelo

-8.7342 W; 41.7221 N

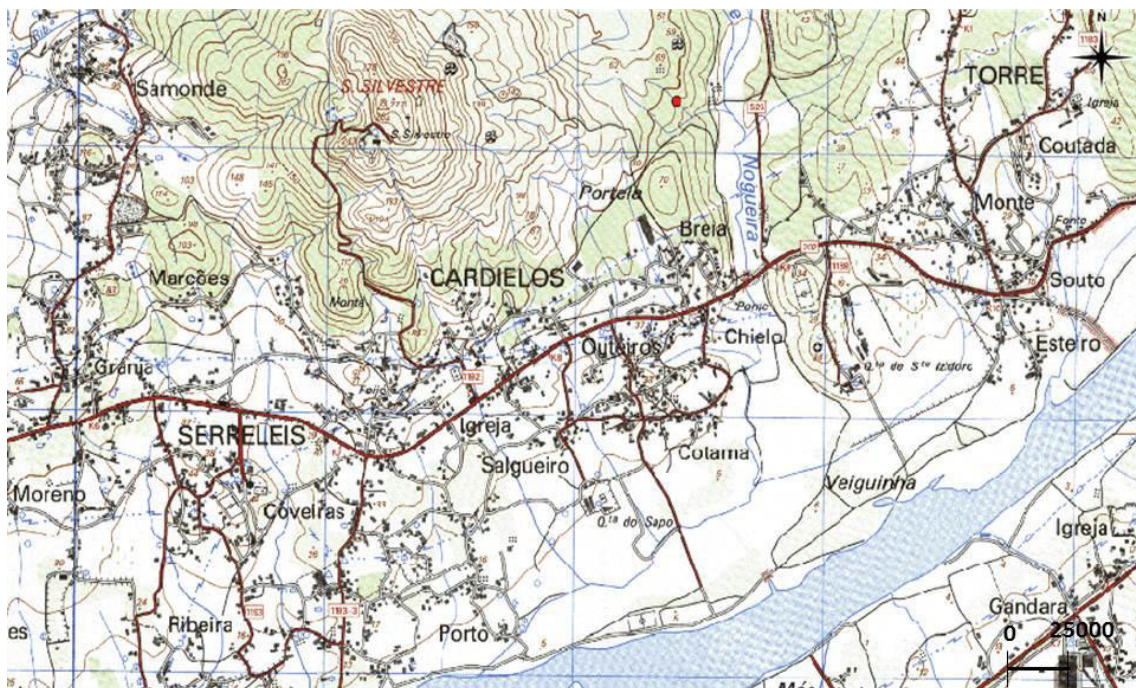


Figura 53. Localização da Breia no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.

Descrição física do local: A Breia 2 situa-se numa plataforma mais elevada que a rocha anterior, e a algumas centenas de metros a oeste-noroeste da mesma, numa zona bem irrigada da margem direita do pequeno vale formado pela linha de água que vai passar à Breia 1 e vai desaguar ao rio de Nogueira. A área é aprazível em termos paisagísticos e com boas vistas.

Descrição arqueológica: Descobertas por Ana M. S. Bettencourt no decorrer do projeto Enardas. O afloramento é grande e contem, na sua composição, «diversos veios de quartzo e é composto por dois tipos de granito, um de grão médio e outro fino» (Bettencourt 2013, 209), sendo na área do granito fino que se encontra a única gravura subcircular (Bettencourt 2013b) (figura 54).

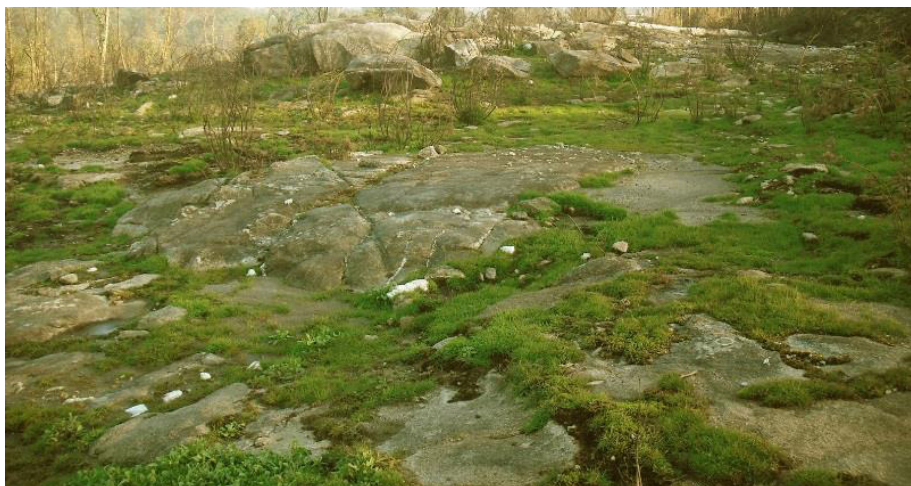


Figura 54. Afloramento gravado no centro da fotografia (Fonte: Bettencourt 2013b).

Acessos: A Breia 2 encontra-se a montante da Breia 1, do lado esquerdo do caminho de terra batida, quando se inicia a subida. Fica também do outro lado do pequeno vale que bordeja o caminho (Bettencourt 2013b).

Estado de conservação: Razoável.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Sim, uma vez que o acesso é fácil e o local é aprazível. Para tal é necessário fazer a limpeza, o decalque das gravuras, colocar informações quer indicativas, quer informativas e preparar acessos.

Quadro 16. Análise SWOT da Breia 2

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Afloramento de grandes dimensões com apenas uma gravura • Estado de conservação razoável 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência para acumulação de águas no local e para o desenvolvimento de musgo
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Fácil acesso • Próxima das gravuras da Breia 1 e 3 • Próximo de um moinho de vento • Contexto paisagístico interessante • Estudo científico efetuado parcialmente 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem estudos científico exaustivo • Sem valorização • Sem sinalização • Inexistência de decalques do afloramento

Referências bibliográficas:

Bettencourt 2013b.

2.4.1.3. Breia 3

Descrição administrativa e coordenadas:

Cardielos, Viana do Castelo

-8.7344 W; 41.7222 N

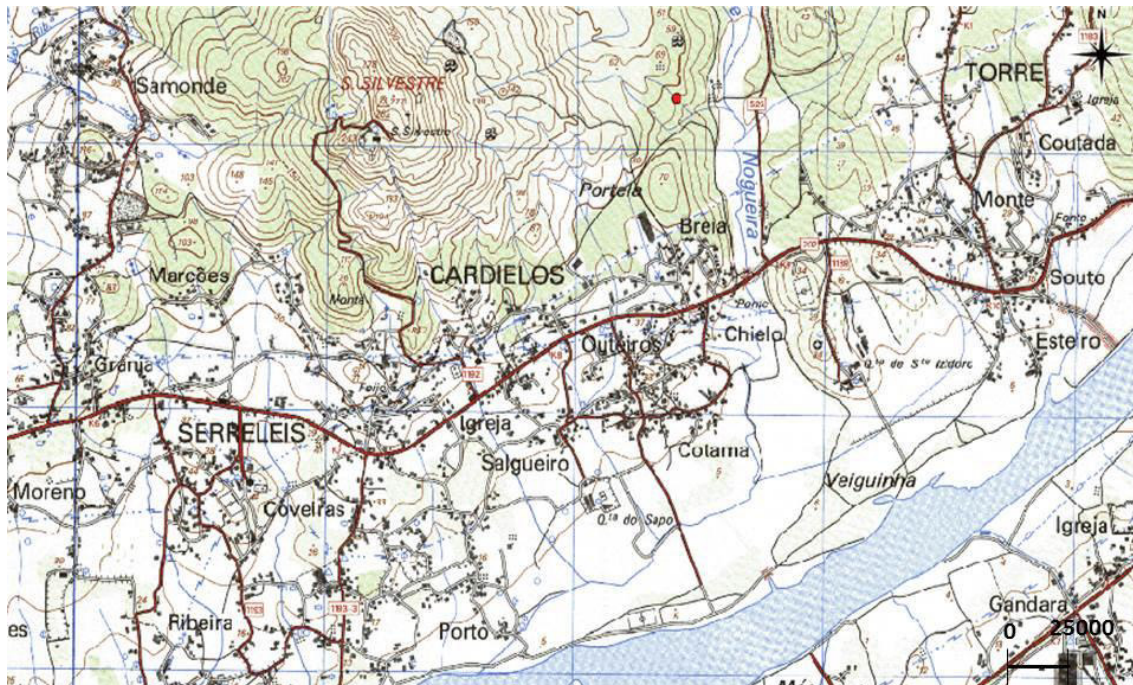


Figura 55. Localização da Breia no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.

Descrição física do local: A Breia 3, por sua vez, está inserida no fundo de um pequeno vale formado pelo curso de água, a nor-nordeste da Breia 2. A localização deste afloramento é a justificação para a sua pouca visibilidade que se tem a partir do local (Bettencourt 2013b).

Descrição arqueológica: Descobertas por Ana M. S. Bettencourt no decorrer do projeto Enardas. Relativamente à composição do afloramento, este é constituído por granito mais fino do que o predominante no local (Bettencourt 2013b). Apenas foram identificadas duas gravuras. Uma pequena espiral e um sulco associado a uma covinha (figura 56).



Figura 56. Afloramento gravado da Breia 3, visto de cima do muro que o atravessa (Fonte: Bettencourt 2013).

Acessos: A rocha 3 entra-se um pouco mais a montante do que a rocha 2, no fundo do pequeno vale, também do lado esquerdo do caminho de terra batida que dá acesso ao topo dessa área. Passa-lhe um muro de divisória de propriedade por cima.

Estado de conservação: Razoável a mau.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Não, pelo facto de ter um muro de propriedade em cima.

Quadro 17. Análise SWOT da Breia 3

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> Existência de uma espiral e de um sulco associado a covinha 	<ul style="list-style-type: none"> Passa um muro de divisão de propriedade por cima do afloramento gravado Afloramento afetado pelo fogo Afloramento no fundo de um vale onde no inverno passa um curso de água intermitente Gravuras pouco expressivas e sem grande interesse turístico
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> Fácil acesso Próximo dos afloramentos gravados da Breia 1 e 2 Próximo de um moinho de vento Contexto paisagístico de interesse 	<ul style="list-style-type: none"> Sem qualquer tipo de valorização Falta de um estudo científico exaustivo

Referências bibliográficas:

Bettencourt 2013b.

2.4.1.4. Penedo da Moura 1 e 2

Descrição administrativa e coordenadas:

Nogueira, Viana do Castelo

-8.747222 W; 41.746111 N

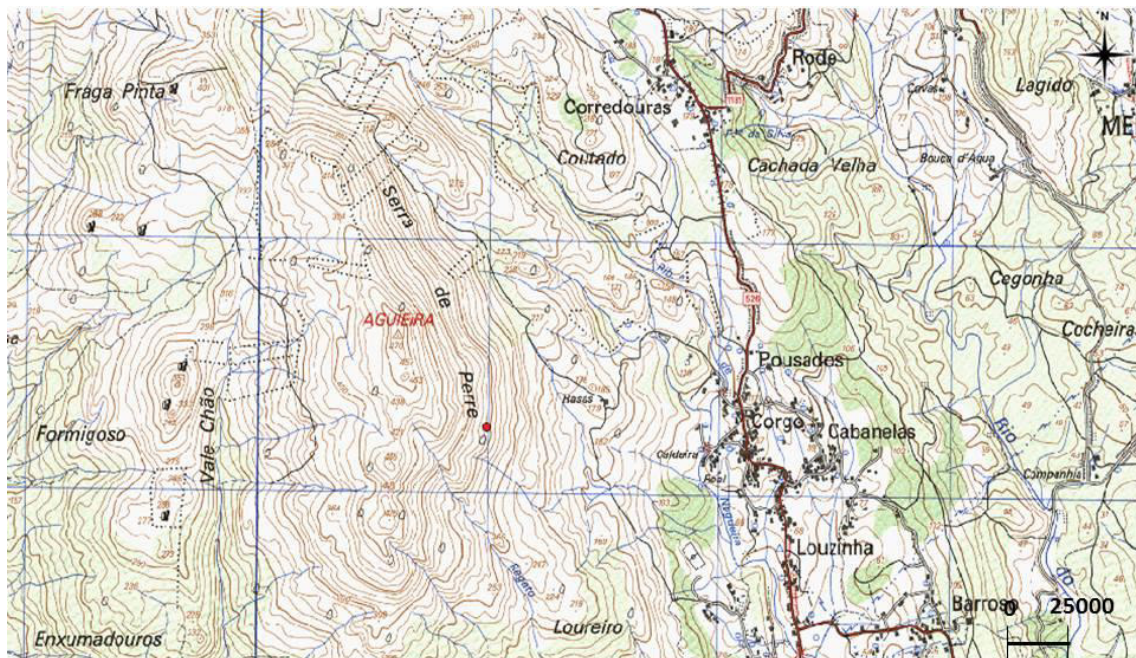


Figura 57. Localização do Penedo da Moura no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 27.

Descrição física do local: O Penedo da Moura situa-se numa pequena plataforma, voltada a nascente, da serra de Perre, na freguesia de Nogueira, Viana do Castelo, com excelente visualização para o vale de Nogueira e para a serra de Arga. Este local, na proximidade do contato com o xisto e o granito, é composto por granitos de grão grosseiro ou médio a grosseiro (Loureiro 2006, 11).

Descrição arqueológica: Este local é constituído por dois blocos: Penedo da Moura I e Penedo da Moura II (Loureiro 2006, 11; 2014). O primeiro, o Penedo da Moura I, é sobrelevado na parte central possuindo pendentes quer no sentido sul-norte como a este-oeste. Toda a sua superfície está gravada (Loureiro 2006, 13). Na vertente noroeste é visível um motivo grosseiramente circular, com diversas covinhas tendo no centro uma covinha maior de onde sai um sulco. De cronologia mais recente, verificamos a existência de vários retângulos inscritos uns nos outros, assim como um motivo que foi interpretado como tabuleiro de jogo (Loureiro 2006). No topo do afloramento, encontram-se círculos concêntricos com covinha central e covinhas dispersas e

concentradas; um triângulo aberto preenchido com covinhas e sulcos que se prolongam para sudeste (Loureiro 2006). Dirigindo a atenção para sudeste é possível verificar motivos como sulcos e círculos concêntricos com covinha central, ligados entre si, e um círculo raiado. A parte inferior conta com um círculo concêntrico, com cerca de 1 m de diâmetro (Loureiro 2006). A sul continuam a encontrar-se círculos concêntricos.



Figura 58. Afloramento gravado, Penedo da Moura observável a partir de norte. O Penedo da Moura II é o que está tombado sobre o I, do lado esquerdo.



Figura 59. Exemplos dos motivos gravados do Penedo da Moura.

O Penedo da Moura II corresponde a um penedo sobrelevado em forma de laje que se encosta ao Penedo da Moura I, pelo lado nascente. Nele existem motivos circulares.

«o Penedo da Moura inscreve-se, (...) na tradição estilística da arte atlântica do Noroeste ou no Grupo I da arte galaico-portuguesa, (...) na qual se incluem círculos concêntricos de diversos tamanhos, figuras complexas preenchidas por covinhas, círculos raiados e inúmeros sulcos que ligam vários motivos entre si ou os delimitam. Outra temática (...) são as covinhas que preenchem figuras grosseiramente circulares ou triangulares, assinalam o centro de círculos concêntricos ou distribuem-se isoladas ou em grupo, por vezes ligadas por sulcos. (...) observam-se figuras quadriformes (...) figuras rectangulares» (Loureiro 2006, 14-15).

Acessos: Seguir de carro até à freguesia de Nogueira. De seguida tomar o caminho de terra batida que vai passar junto da antiga casa florestal. O carro deve ficar no caminho de terra batido e deve seguir-se a pé por um antigo caminho, também de terra batida mas muito degradado e com mato que sobe para a serra. O Local de difícil acesso, recomenda-se o acompanhamento com um guia.

Estado de conservação: Ambos se encontram com muitos líquenes e musgos. Nas imediações há muito mato.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: O local é passível de valorização turística, quer pela forma dos afloramentos gravados quer pelo seu número. Também tem um enquadramento paisagístico de grande beleza. Para a valorização do local há necessidade de estudos (decalques, levantamentos 3D, fotografias, etc.), limpeza da envolvente, sinaléticas, informação e melhoria dos acessos. Recomendam-se visitas noturnas.

Quadro 18. Análise SWOT do Penedo da Moura I e II

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Existência de dois afloramentos profusamente gravados• Motivos bem destacados no afloramento• Diversidade de motivos de diferentes cronologias• Lenda associada	<ul style="list-style-type: none">• Presença de muitos líquenes e musgos sobre o afloramento, principalmente do lado sul• Crescimento de espécies arbustivas nas diaclases do afloramento
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Contexto paisagístico de grande interesse com vista para a serra de Perre e de Arga e o vale de Nogueira• Existência de antigo estradão nas proximidades	<ul style="list-style-type: none">• Acesso difícil, pois o antigo estradão está cheio de mato• Área envolvente com imenso mato• Necessidade de estudos científicos exaustivos• Sem qualquer tipo de valorização

Referências bibliográficas:

Paço & Quesano 1956; Loureiro 2006; 2014.

2.4.1.5. Vieito 1 e 2

Descrição administrativa e coordenadas:

Lugar do Vieito, Perre, Viana do Castelo.

Vieito 1: -8.79557 W; 41.726997 N

Vieito 2: -8.795294 W; 41.727078 N

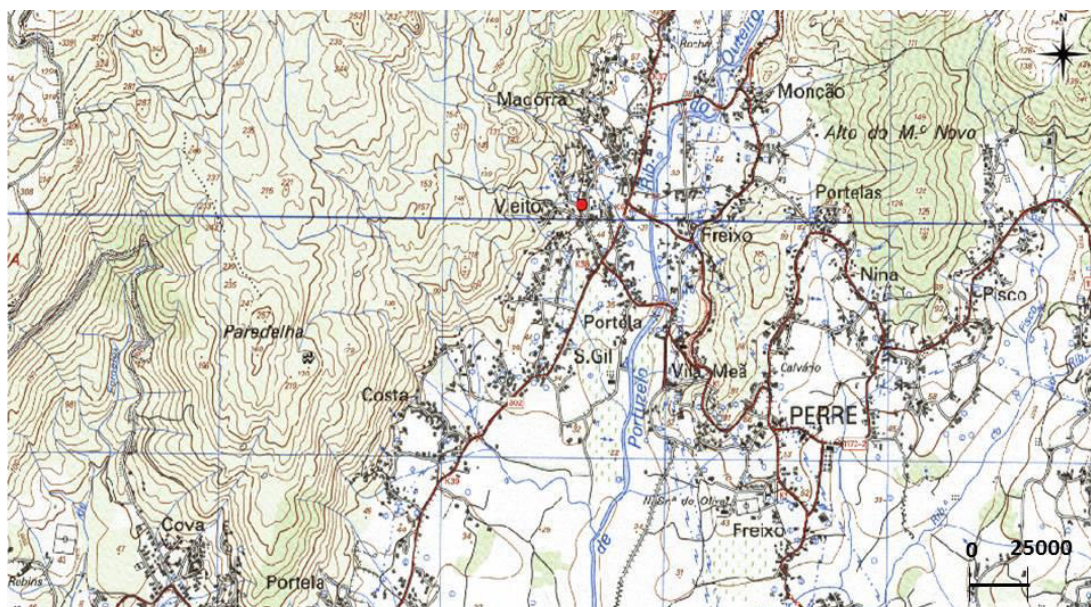


Figura 60. Localização do Vieito 1 e 2 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25000, folha 40.

Descrição física do local: A área das gravuras localiza-se na vertente poente de um pequeno esporão, a sul da serra de Santa Luzia. Este é delimitado por linhas de águas, a norte e a sul, ambas subsidiárias do ribeiro de Portuzelo-Outeiro, afluente da margem direita do rio Lima. Desta área existia um excepcional controlo visual sobre o estuário do Lima. O substrato geológico é composto por granitos não porfiróides, de grão médio a grosseiro, de duas micas, intercetado por filões centimétricos de quartzo.

Descrição das gravuras: As gravuras 1 e 2 do Vieito foram identificadas aquando das escavações arqueológicas do povoado da Idade do Ferro conhecido por Castro do Vieito, que decorreram entre junho de 2004 a julho 2005, sob a direção da empresa AMS - Análise e Consultadoria Arqueológica Ld.ª, estação que foi destruída em 2/3 pelo facto de aí ter passado a Autoestrada designada por A28.

A gravura 1 localizada, numa área com construções habitacionais do castro, continha a representação esquemática de um pequeno equídeo com 49 cm de comprimento por 28 cm de altura. A cabeça estava abaixada e virada para sul-sudoeste (Silva, 2012: 62-66) (figura 61).



Figura 61. Representação do equídeo do Vieito 1 (Fonte: Silva 2014).

A gravura 2, identificada no declive de um afloramento de grandes dimensões e bem destacado do solo, foi encontrada nas imediações da estrutura que foi designada por casa comunitária, localizada, mais ou menos, no centro da área escavada. Os motivos correspondem a duas séries de pequenos traços verticais, orientadas de sudoeste para nordeste, formando duas bandas na horizontal, parcialmente desencontradas. A série superior tinha 42 cm de comprimento, por 0,5 cm de altura. A inferior tinha 28 cm de comprimento por 0,4 cm de altura (Silva 2012, 62-66) (figura 62).



Figura 62. Representação das bandas de traços horizontais do Vieito 2 (Fonte: Silva 2014).

Estado de conservação: Ambas as gravuras foram destruídas em 2005 no decorrer da construção da A28/IC1 - Viana do Castelo / Caminha.

Condições da valorização turística: Não visto terem sido destruídas pelo que não se justifica a análise SWOT.

Referências Bibliográficas:

Silva 2012; 2014.

2.4.1.6. Vieito 3

Descrição administrativa e coordenadas:

Lugar do Vieito, Freguesia de Perre, Viana do Castelo

-8.794989 W, 41.727997 N

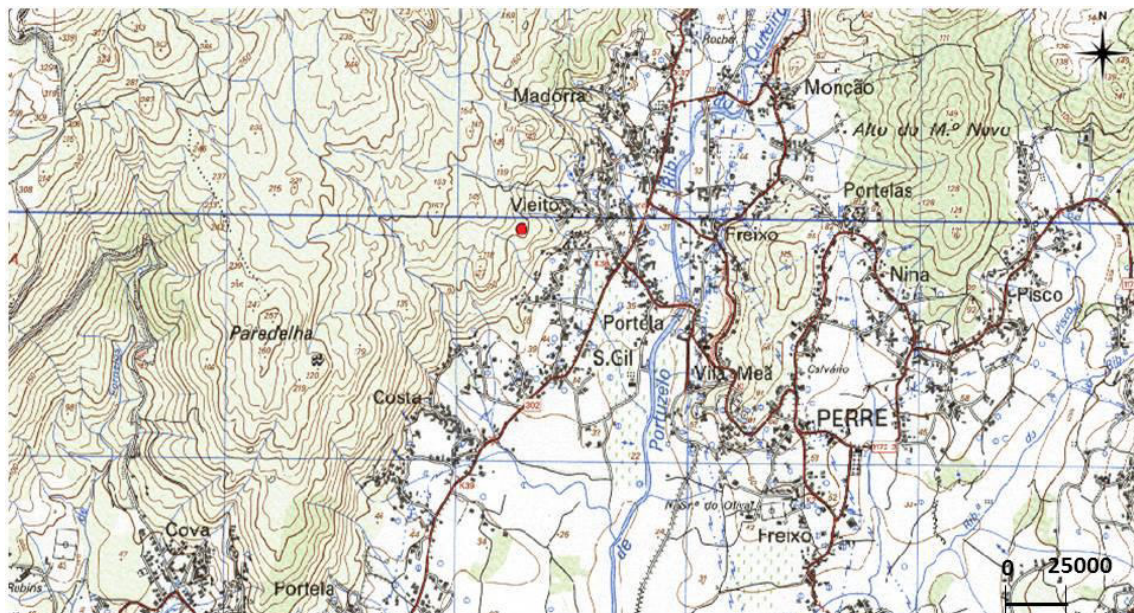


Figura 63. Localização do Vieito 3 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40

Descrição física do local: A área das gravuras localiza-se na vertente poente de um pequeno esporão, a sul da serra de Santa Luzia. Este é delimitado por linhas de águas, a norte e a sul, ambas subsidiárias do ribeiro de Portuzelo-Outeiro, afluente da margem direita do rio Lima. Desta área existia um excepcional controlo visual sobre o estuário do Lima. O substrato geológico é composto por granitos não porfiróides, de grão médio a grosseiro, de duas micas, intercetado por filões centimétricos de quartzo (Silva 2014a).

Descrição arqueológica: O afloramento, granítico, de grão médio a grosseiro e com duas micas, está situado a norte do castro do Perre, na área interna definida pela muralha norte. A sua primeira referência consta de 1954 por Afonso do Paço e Paço Quesado; que mencionam uma gravura rupestre constituída por sulcos verticais associada ainda a várias lendas. Foi realocado no decorrer das escavações verificadas neste povoado pela empresa AMS - Análise e Consultadoria Arqueológica Ld.ª, que não chegaram até à área do afloramento. Este é de grandes dimensões e contem gravuras similares ao número 2 do Vieito (Silva 2014a).



Figura 64. Aspetto do topo do afloramento com as gravuras do Vieito 3 (Fonte: Bettencourt 2014).

Acessos: O acesso é feito através de um caminho de terra batida a partir do cimo do lugar do Vieito.

Estado de conservação: Razoável.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Não parece ser muito interessante dado a descaracterização ambiental e paisagística do local e a natureza das gravuras.

Quadro 19. Análise SWOT do Vieito 3

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Gravuras inéditas no contexto do noroeste português • Estado de conservação razoável • Afloramento de grandes dimensões 	<ul style="list-style-type: none"> • Afloramento parcialmente enterrado
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de estudos científicos sistemáticos • Descaracterização ambiental e paisagística do local • Descaracterização arqueológica do local (destruição de grande parte do Castro do Vieito)

Referências bibliográficas:

Silva, 2012; 2014.

2.4.1.7. Piotinha 3¹³

Descrição administrativa e coordenadas:

Lugar de Mesieiro, Outeiro, Viana do Castelo

-8.796418 W; 41.741693 N

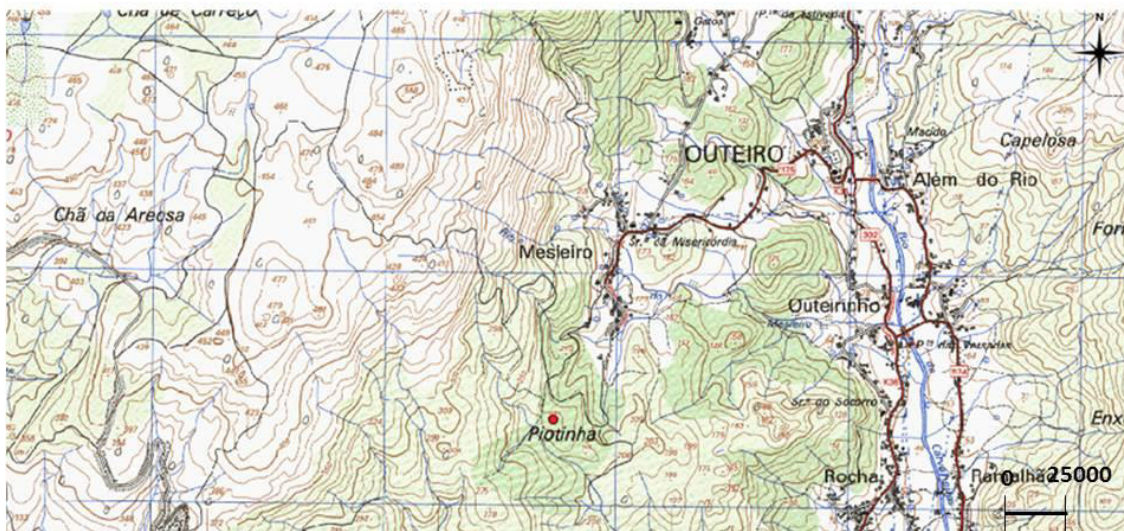


Figura 65. Localização da Piotinha 3 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25000, folha 27.

Descrição física do local: Num patamar da base da vertente sul da serra de Santa Luzia, que bordeja para poente o vale da ribeira de Portuzelo-Outeiro, afluente da margem direita do rio Lima. O substrato geológico é constituído por granitos alcalinos, de grão grosseiro ou médio a grosseiro. O coberto vegetal é florestal, com predomínio de eucalipto.

Descrição arqueológica: O local foi descoberto por João Caninas da empresa EMERITA Ld.^a, no decorrer do EIA relativo ao empreendimento A28/IC1- Viana do Castelo/Caminha (AMB & VERITAS, 2001: n.º 59). Mais tarde, foi objeto de um decalque efetuado por António José Marques da Silva da empresa AMS - Análise e Consultoria Arqueológica Ld.^a, no contexto das medidas de minimização preconizadas no RECAPE da obra referida (AMS 2007).

Trata-se de um afloramento granítico de grandes dimensões e com vários patamares e diaclases onde foram encontradas dezenas de covinhas de diversas dimensões (entre 2 cm a 13 cm) dispersas por quatro painéis distribuídos entre o topo e a face norte do aglomerado (Silva 2012, 129-137; 2014).

¹³ De referir que as restantes gravuras conhecidas como Piotinha foram destruídas no decorrer da construção da A28/IC1.



Figura 66. Vista geral da Piotinha 3.
(Silva 2014b)



Figura 67. Pormenor das covinhas.
(Silva 2014b)

Acessos: Fácil. No entanto a zona do afloramento encontra-se vedada impossibilitando o acesso ao mesmo.

Estado de conservação: Razoável, mas com um aterro recente a norte do afloramento.

Valorizado turisticamente: Não.

Condições da valorização turística: Sem grande interesse pela descaracterização do contexto e o tipo de gravuras.

Quadro 20. Análise SWOT da Piotinha 3

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> Afloramento de grandes dimensões com algum interesse geomorfológico 	<ul style="list-style-type: none"> Descaraterização do contexto paisagístico Gravuras pouco apelativas
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> Acesso fácil 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de um aterro recente, a norte o que impede qualquer tipo de musealização

Referências bibliográficas:

AMB & Veritas 2001; 2003.

2.4.1.8. Cabeço da Boucinha 1

Descrição administrativa e coordenadas:

S. Mamede, Areosa, Viana do Castelo, Viana do Castelo

-8.830677 W; 41.730528 N



Figura 68. Localização do Cabeço da Boucinha 1 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40

Descrição física do local: Localiza-se no topo do Cabeço da Boucinha, na vertente sudoeste da serra de Santa Luzia. As gravuras situam-se junto do casaria do lugar, em propriedade privada. Nesta zona são abundantes os cursos de água que dão origem à ribeira de Pego. A sul e oeste do afloramento está o rego Fureiro. Do local existe boa visibilidade para a plataforma litoral e o oceano (Bettencourt 2014).

Descrição arqueológica: Descobertas por Ana M. S. Bettencourt no decorrer do projeto Enardas. Trata-se de um afloramento de grandes dimensões, de orientação este-oeste. Possui aproximadamente 5,30 metros no sentido este-oeste e 5,20 metros no sentido norte-sul. A nascente encontra-se um painel com duas espirais: uma de 50 centímetros (nascente-poente) por 46 centímetros (sentido oposto); e outra de 25 centímetros (nascente-poente) por 21 centímetros (sentido oposto).

Segundo Bettencourt 2014 este afloramento deve corresponder às gravuras rupestres de “Traz do Pinheiro” designadas por A. Viana (1930).



Figura 69. Vista geral do afloramento gravado.



Figura 70. Pormenor das gravuras.

Acessos: Em terreno particular nas cercarias da Capela de S. Mamede.

Estado de conservação: Regular. No entanto encontra-se nas proximidades de uma habitação.

Valorizado turisticamente: Não se encontra valorizado.

Condições da valorização turística: A valorização deste local está condicionada pela localização do afloramento gravado. Apesar da beleza paisagística este encontra-se em propriedade privada.

Quadro 21. Análise SWOT do Cabeço da Boucinha 1

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Afloramento de grandes dimensões• Estado de conservação razoável• Gravuras bem marcadas e visíveis na rocha	<ul style="list-style-type: none">• Presença de vegetação arbustiva nas diáclases do afloramento
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
Fácil acesso Nas imediações da Capela de S. Mamede Estudo científico parcial.	<ul style="list-style-type: none">• Afloramento em propriedade privada• Inexistência de decalque das gravuras• Sem valorização• Sem sinalização

Referências bibliográficas:

Viana 1930; Bettencourt 2013.

2.4.1.9. Cabeço da Boucinha 2

Descrição administrativa e coordenadas:

S. Mamede, Areosa, Viana do Castelo, Viana do Castelo

-8.831077 W; 41.730166 N

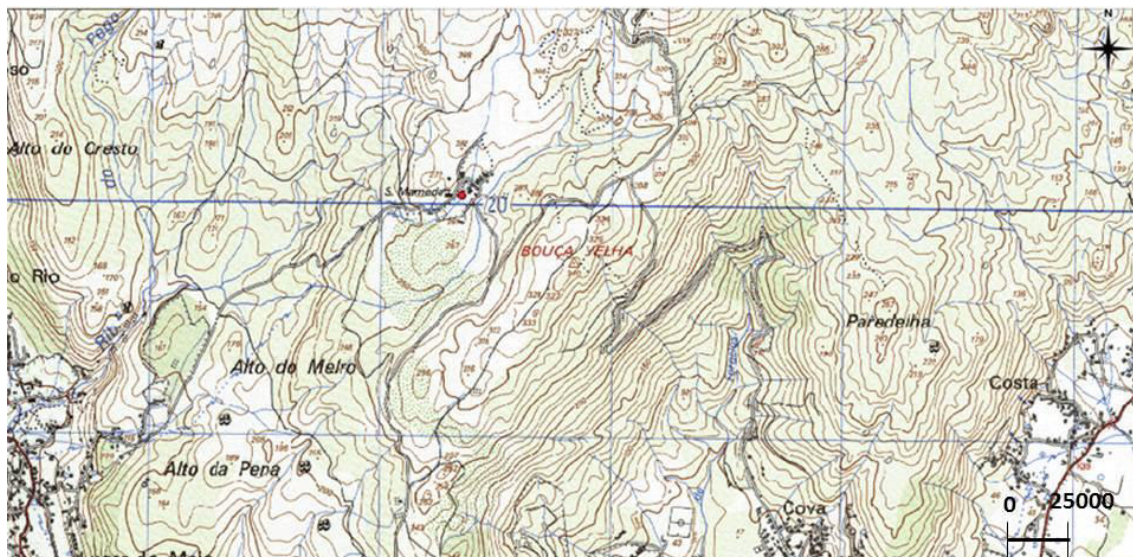


Figura 71. Localização do Cabeço da Boucinha 2 no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25000, folha 40

Descrição física do local: Localiza-se num montículo granítico a sudoeste do Cabeço da Boucinha 1, na vertente sudoeste da serra de Santa Luzia. As gravuras situam-se junto do depósito de água existente no lugar de S. Mamede, a oeste. Nesta zona são abundantes os cursos de água que dão origem à ribeira de Pego. A sul e oeste do afloramento está o rego Fureiro. Do local existe boa visibilidade para a plataforma litoral e o oceano (Bettencourt 2014).

Descrição arqueológica: Descobertas por Ana M. S. Bettencourt no decorrer do projeto Enardas. Trata-se de um afloramento de pequenas dimensões mas que se destaca no solo. Na extremidade sul existe um montículo granítico significativo. A face superior, orientada de este-oeste, é aplanada e nela encontra-se apenas um motivo reticulado. Num afloramento a cota superior encontra-se outra covinha.

Segundo Bettencourt (2014) é provável a existência de outros motivos sendo necessário a observação com luz artificial.

Acessos: Na estrada municipal que sai da Areosa em direção ao lugar de S. Mamede; pouco antes

de se chegar ao casario virar numa estrada à esquerda que serve de acesso ao Tanque de Água.

Estado de conservação: Regular, apesar de se encontrar junto do Tanque de Água.

Valorizado turisticamente: Sem valorização.

Condições da valorização turística: não existem condições de valorização devido ao Tanque de Água que se encontra nas imediações.

Quadro 22. Análise SWOT do Cabeço da Boucinha 2

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Estado de conservação razoável	<ul style="list-style-type: none">• Afloramento de pequenas dimensões• Gravuras pouco visíveis durante o dia• Sem grande diversidade de motivos• Invasão por vegetação arbustiva
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Próximo do Cabeço da Boucinha 1• Nas proximidades do lugar e capela de S. Mamede• Bons acessos	<ul style="list-style-type: none">• Junto de um depósito de águas o que descaracteriza o contexto

Referências bibliográficas:

Bettencourt 2009; 2014

2.4.1.10. Escampadinhos

Descrição administrativa e coordenadas:

S. Mamede, Areosa, Viana do Castelo, Viana do Castelo

-8.82705 W; 41.734383 N



Figura 72. Localização do Escampadinhos no extrato da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, folha 40.

Descrição física do local: Localiza-se no topo de um montículo nos planaltos de Santa Luzia, sobranceiro a um alvéolo granítico do lado nascente. Encontra-se a noroeste e oeste várias linhas de água que formam a ribeira do Pego. Do local há boa visibilidade para o vale da ribeira e para o oceano. Nos restantes quadrantes domina o espaço serrano.

Descrição arqueológica: trata-se de um afloramento granítico de tipo domo que possui a oeste uma parede soerguida. No topo deste afloramento, aplanado, está gravado um antropomorfo pouco destacado e quatro espirais que se denotam bem. Em redor destas há, em vários quadrantes, covinhas e antropomorfos que se verificam com a luz artificial. Este local, descoberto por Ana M. S. Bettencourt, em 2006, foi denominado por gravuras dos Montes da Areosa 1 (Bettencourt 2009) e, posteriormente, foi alvo de estudo no decorrer do Projeto Enardas.



Figura 73. Trabalhos efetuados no local, decalque da rocha (Fonte: Bettencourt *et. a*/2014).

Acessos: Em Areosa deve-se seguir a estrada de São Mamede. Pouco antes de chegar ao lugar de São Mamede cortar à esquerda numa estrada que segue para um parque eólico. As gravuras ficam antes deste parque, do lado esquerdo da estrada de terra batida.

Estado de conservação: Regular

Valorizado turisticamente: Não

Condições da valorização turística: Justifica a valorização deste local com gravuras bem visíveis e de grande interesse paisagístico.



Figura 74. Vista geral do afloramento gravado (Fonte: Bettencourt *et. al* 2014).

Quadro 23. Análise SWOT do Escampadinho

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Estado de conservação razoável• Afloramento granítico de forma interessante (domus)	<ul style="list-style-type: none">• Afloramento parcialmente partido
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Recentemente foram alvo de estudo sistemático no âmbito do Projeto Enardas• Contexto paisagístico interessante com visibilidade para o oceano.	<ul style="list-style-type: none">• Sem valorização turística• Sem sinalização• Aguarda-se a publicação monográfica do local.

Referências bibliográficas:

Bettencourt 2009, Bettencourt *et al.* 2014.

PARTE V. DISCUSSÃO DOS DADOS E PROJETO DE VALORIZAÇÃO

1. Introdução

Nesta parte da obra é dada a conhecer, ao leitor, uma síntese dos resultados relativa à arte rupestre da região. Posto isto, é analisado o potencial turístico do recurso aqui tratado, onde se apresenta uma análise SWOT dos 22 sítios de arte rupestre visitáveis. Feitas as considerações iniciais, é desenhado o planeamento e a implantação da Rota da Arte Rupestre do Noroeste.

No que diz respeito ao planeamento da rota, este item é dividido em outros que tratam do conceito da rota, dos pontos de interesse, do traçado da rota e das parcerias a criar. Quando passamos para a implantação deste produto turístico são trabalhados os seguintes aspetos: marcação dos percursos (Percurso 1 – Arcos de Valdevez; Percurso 2 – Ponte da Barca; Percurso 3 – Ponte de Lima e Percurso 4 – Viana do Castelo); sinalética; material de apoio; divulgação e promoção e avaliação da rota.

2. A arte rupestre da bacia do Lima: breve síntese dos resultados

Este inventário reflete os locais de arte rupestre que melhor se conhecem na bacia do Lima. No entanto, é provável que este território conte com inúmeros afloramentos com representações de arte rupestre que aguardam por novas investigações para poderem ser salvaguardadas, estudadas e valorizadas. Dos vinte e cinco locais referidos a sua maioria encontra-se nos concelhos de Viana do Castelo e de Ponte da Barca, provavelmente os mais prospetados (Gráfico 2).

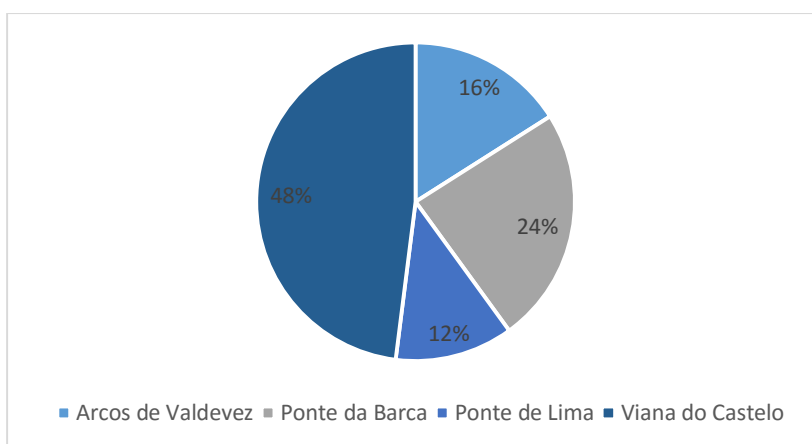


Gráfico 2. Distribuição de afloramentos gravados nos concelhos da bacia do Lima, com base na amostra de 25 locais.

De destacar que, nos diferentes concelhos, se evidenciam diferentes estilos de arte Pós-paleolítica: a arte atlântica e a arte de tradição esquemática. Na medida em que a arte rupestre deve ser entendida como uma das manifestações do mundo simbólico das comunidades do passado, ligada, provavelmente, com a sua religiosidade e forma de perceber o mundo (Bettencourt 2009), estes dois estilos serão, provavelmente, representativos de diversas crenças das comunidades pré-histórias que povoaram a bacia do Lima.

De referir que a arte esquemática possibilita entre os investigadores uma discussão quanto à sua origem. De entre eles destacamos Eduardo Ripoll que, em 1968, defende a teoria que crê haver uma ligação entre a Arte Levantina e a Esquemática. Nesta linha, Acosta (1968) defende que esta será posterior à Levantina pois esquematismo corresponde a uma «estilização e esquematização das formas, alcançada pela degeneração progressiva de motivos já existentes na pintura rupestre autóctone que procede directamente a esquemática» (Valdez 2010, 40). Por seu lado, Jordá Cerdá (1968 *in* Valdez 2010), recusa as influências externas defendendo que esta arte não tem origem levantina nem é posterior a esta.

Já António Martinho Baptista (1983-1984) coloca-a entre a proto-história e o período histórico, nomeadamente na Idade Média com base em gravuras do tipo cruciformes. Caracteriza esta arte baseando-se nos exemplares conhecidos no Noroeste português. Assim, este autor aponta, para a arte esquemática uma tendência antropocêntrica, evidenciada na presença de antropomorfos esquemáticos; diversos quadrados e retângulos segmentados no interior por diâmetros paralelos e perpendiculares; círculos simples, com um ou dois diâmetros perpendiculares no interior; pequenos semicírculos, com ou sem covinha central; motivos diversificados tais como “ganchos” – formados por uma covinha da qual parte um meandro com uma curva na extremidade; pequenas linhas quebradiças; raras espirais; podomorfos; paletas; suásticas, entre outros.

Ultimamente este tipo de arte tem sido recuada, de novo, para a Pré-história Recente por comparação com a arte dos abrigos pintados de Trás-os-Montes (Figueiredo 2013; Cardoso 2014) ou por comparação com motivos megalíticos (Alves 2013; Bettencourt 2013).

A arte atlântica, bastante comum no Alto Minho, por sua vez, é denominada de acordo com a disposição geográfica das suas representações, ou seja, tratar-se-ia de uma tradição do Noroeste da Península Ibérica com paralelos nas Ilhas Britânicas e na Irlanda. Richard Bradley (1997) avança dizendo que esta vasta área geográfica, correspondente à arte atlântica, se encontra unida por motivos circulares. Estas manifestações de arte assentam em motivos

circulares, meandriformes, figuras proto-labirínticas, labirintos, espirais, armas e, menos frequente, zoomorfos esquemáticos e semi-esquemáticos (Baptista 1983-84; Bradley 1997; Valdez 2010). Estes motivos são característicos pelos traços bem definidos e delimitados.

Nos estudos dos afloramentos com gravuras da arte atlântica podemos verificar que o posicionamento dos motivos se encontram geralmente nas plataformas superiores das rochas podendo alargar-se para as zonas laterais. Estes afloramentos graníticos são normalmente horizontais, rasos ao solo, localizados em locais com boa visibilidade e junto a cursos de água (Baptista 1983-84; Bradley 1997; Bettencourt 2009; Valdez 2010).

A sua datação tem recuado ao Neolítico, por comparação com a arte megalítica (Alves 2003) mas, grande número de autores, considera-a, essencialmente, do Calcolítico (III milénio a.C.) com adições na Idade do Bronze (II e inícios do Iº milénio a.C.) (Bettencourt 2009; Valdez 2010, etc.).

No vale do Lima, e tendo em conta a amostra de vinte e quatro sítios arqueológicos é clara a predominância de sítios com gravuras de arte atlântica (Gráfico 3) (figura 75). No entanto, se pensarmos que no Gião 1 há mais do que uma centena de gravuras de arte esquemática e que, na Chã da Rapada, o número de afloramentos gravados também é significativo podemos dizer, então, que há mais afloramentos com arte esquemática conhecidos.

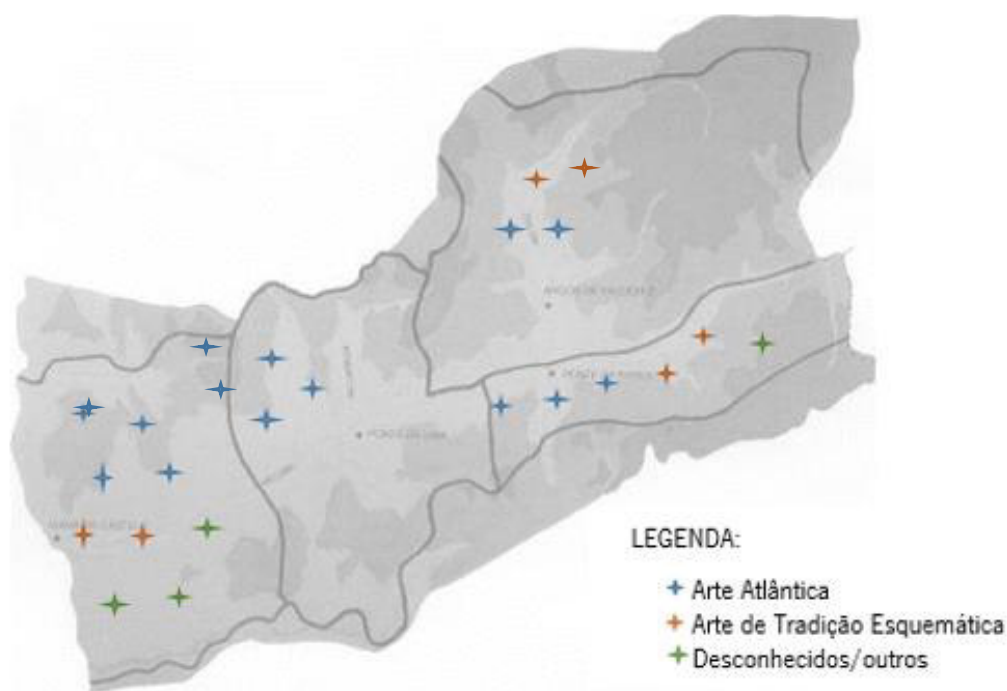


Figura 75. Distribuição dos tipos de arte pelos quatro concelhos (Fonte: Associação de Municípios do Vale do Lima - <http://leonelvaz.planetaclix.pt/geologia.htm>).

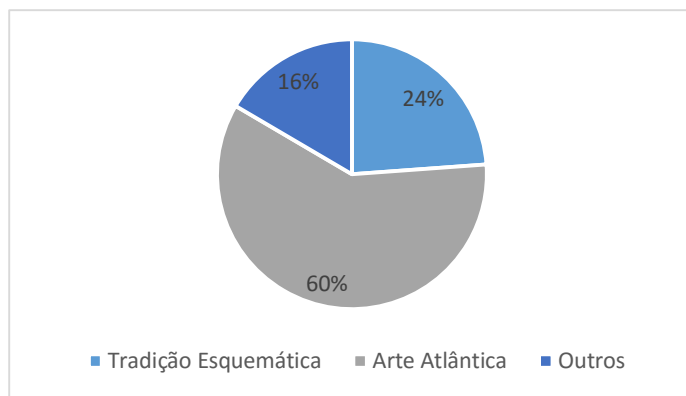


Gráfico 3. Percentagem de sítios com estilos diferentes de arte rupestre segundo a amostra dos 25 sítios.

3. O potencial turístico da arte rupestre da bacia do Lima

Dos locais inventariados no capítulo anterior são poucos os que já se encontram valorizados, ou seja, de um total de vinte e cinco sítios arqueológicos apenas três (12%) se encontram inseridos em trilhos promovidos pelo Parque Nacional da Peneda Gerês, sendo eles: Bouça do Colado, Chã da Rapada e Vale da Coelhoira (Gráfico 4).

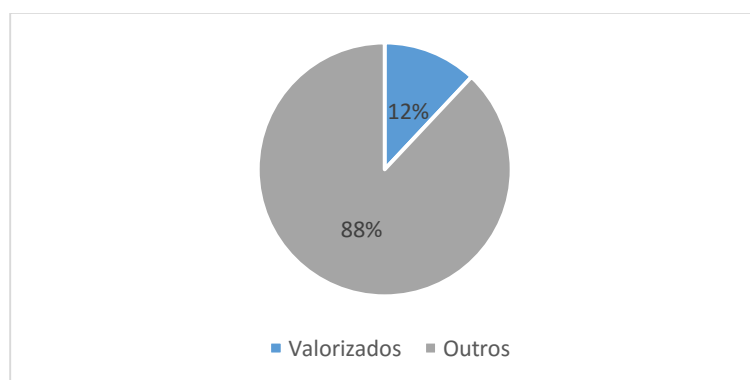


Gráfico 4. Percentagem dos sítios arqueológicos que se encontram valorizados.

Há, também, alguns sítios que se encontram classificados mas que, por sua vez, não se encontram valorizados turisticamente nem musealizados. São exemplos a Pedra da Costa e a Pedra do Cavalinho que se encontram sob proteção de IIP - Imóvel de Interesse Público. Numa amostra de vinte e cinco sítios arqueológicos apenas 8% (Gráfico 5) se encontram nesta situação.

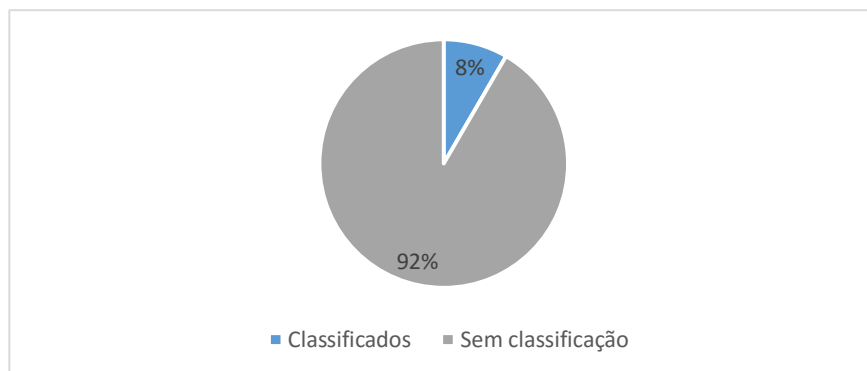


Gráfico 5. Percentagem das gravuras rupestres classificadas como IIP.

Todos estes dados vêm confirmar a questão que – em capítulos anteriores – foi lançada sobre a valorização do património arqueológico na bacia do Lima. Dito por outras palavras, apesar de a riqueza e diversidade deste tipo de património ser bem evidente, as entidades da região não dão resposta a todos os arqueossítios, deixando uma grande maioria de fora dos seus percursos e mesmo ao abandono.

Numa análise macroscópica foram escolhidos para valorização, por se mostrarem mais atrativos em termos de motivos gravados assim como por abarcarem os diferentes concelhos, os seguintes sítios arqueológicos: Chã do Fojo – Candorcas, Guarca; Pratinhos de Nossa Senhora; Pedra do Cavalinho; Pedra da Costa 1 e 2; Breia 1 e 2; Penedo da Moura 1 e 2; Cabeço da Boucinha 1 e Escampadinhos correspondendo a um total de 49%. A estes locais juntam-se os que já se encontram inseridos em trilhos como: Bouça do Colado; Chã da Rapada; Vale da Coelheira (12%). Os restantes sítios inventariados (Porto Chão – Pardielos, Porto Chão – Lomba, Breia 3, Vieito 1, Vieito 2, Vieito 3, Piotinha 3 e Cabeço da Boucinha 2) não possuem interesse que justifique a sua presença na rota aqui proposta, quer pela sua descontextualização, como pela simplicidade e repetição dos motivos gravados ou pelo seu estado de conservação (39%) (Gráfico 6).

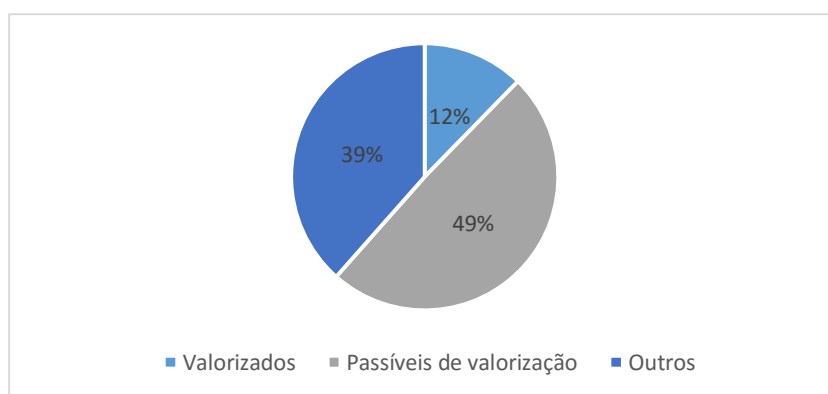


Gráfico 6. Percentagem dos locais valorizados e dos passíveis de valorização turística.

Neste sentido justifica-se a criação de uma rota de forma a interligar os percursos pedestres de Pequena Rota, adiante PR, já existentes e, por sua vez, integrar novos sítios. Tratar-se-á de uma rota turístico-cultural, alicerçada na arte rupestre, que se complementa com as belas paisagens características da região da bacia do Lima.

Antes de se proceder à implantação da rota é necessário o seu planeamento. Em primeiro lugar é necessário fazer uma análise SWOT de forma a perceber os locais com as melhores condições de valorização uma vez que existem outros aspetos a considerar além do interesse paisagístico do local de implantação e do estado de conservação. Neste sentido é importante perceber a importância que esta análise possui.

A análise SWOT surge na década de 1960 pelos professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Cristensen. Após a proposta desta análise foram vários os investigadores que a aplicaram nos seus projetos (Fernandes *et al.* n/d.; Ulrich 2002; Silva *et al.* 2011). Esta matriz, cuja denominação se baseia nas iniciais das palavras *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades), *Threats* (fraquezas); corresponde a uma ferramenta que permite perceber a situação e posição estratégica das empresas (Silva *et al.* 2011). Como o próprio nome indica, esta matriz procura fazer as «análises de cenário» ou «análises de ambiente» (Silva *et al.* 2011) quer a nível interno como externo.

A análise interna corresponde aos pontos fortes e fracos que o produto apresenta em relação aos concorrentes e pode ser controlada; a análise externa corresponde às oportunidades e fraquezas, ou seja, ao que pode ser positivo ou negativo na envolvente do produto, não está passível de ser controlada pela entidade organizadora (Silva *et al.* 2011).

Ulrich (2002, 212) – citado em (Silva *et al.* 2011) – afirma que:

«a análise SWOT é uma das técnicas mais utilizadas em investigação social, quer na elaboração de diagnósticos, quer em análise organizacional ou elaboração de planos. No entanto a sua utilização, nem sempre se traduz em contributos efetivos para os processos, sendo que, muitas vezes, ela surge mais como um ritual ou uma tentativa desprovida de conteúdo real, de sermos mais científicos ou técnicos nos processos de planeamento e/ou avaliação. Na realidade, devido a sua aparente simplicidade, esta técnica emergiu como uma das preferidas por técnicos de todas as áreas».

As ameaças detetadas com a ajuda desta ferramenta de planeamento não devem ser vista como um problema, pois estes fatores podem ser convertidos em oportunidades se a entidade

responsável manter uma postura pró-ativa e não recriativa. Contudo, é certo que esta postura necessita de investimentos quer económicos como humanos. Após a conversão das ameaças em oportunidades é aconselhável a criação de uma nova análise SWOT onde as “fraquezas” serão substituídas por “tempo” (Moura 2005). Em suma, a Matriz SWOT, se estiver sujeita a constantes reformas, proporciona um maior controlo dos fatores internos e, mesmo que não seja possível evitar os fatores externos, poderá ser uma boa ferramenta para diminuir os seus efeitos, dado que são conhecidas ou previsíveis.

Posto isto, vejamos os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as fraquezas sobre os 24 sítios de arte rupestre com base nas tabelas que se seguem:

Quadro 24. Análise SWOT dos 22 sítios de arte rupestre no contexto da bacia do Lima

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Bom número de gravuras passíveis de visitação; • Gravuras distribuídas por vários concelhos; • Enquadramento paisagístico das gravuras selecionadas; • Existência de 3 núcleos de gravuras já musealizadas e alvo de visitação; • Diversidade de estilos gravados; • Diversidade de motivos gravados; • Possibilidade de articular este recurso com outros produtos turísticos da área. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade das gravuras rupestres aos agentes naturais (chuvas, incêndios, deslocamentos de terras, etc.); • Vulnerabilidade das gravuras rupestres ao vandalismo; • Visibilidade reduzida das gravuras durante algumas horas do dia.
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Clima ameno; • População acolhedora; • Produto gastronomia e vinhos consolidado na área; • Inúmeros produtos turísticos associados ao <i>Touring Cultural e Paisagístico</i> e o Golfe: Centro Histórico de Viana do Castelo e de Ponte de Lima; Feira do Cavalo; Caminho de Santiago; Feiras Novas; Festival Internacional de Jardins; Desportos Náuticos e Fluviais (<i>surf, windsurf, kitesurf, bodyboard</i>, canoagem, mergulho, remo, vela, pesca desportiva); Parque Nacional da Peneda-Gerês; Golfe, etc. • Facilidade dos meios de comunicação para as sedes dos diferentes concelhos e para freguesias próximos das gravuras; • Proximidade do aeroporto Sá Carneiro; • Proximidade de Braga e de Viana do Castelo; • Excelentes produtos paisagísticos (Área ocupada em parte pela reserva de Bertandres e pelo Parque Natural da Peneda-Gerês). • Dormidas existentes em todas as sedes de concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração da procura do turismo de sol e praia na parte mais ocidental da bacia; • Sazonalidade do turista nos meses de primavera e verão; • Falta de manutenção de alguns estradões de acesso aos locais gravados; • Falta de estudos cientificamente validados e sistemáticos de alguns locais com gravuras rupestres • Falta de informação das autarquias e dos restantes “<i>stakeholders</i>” do valor deste património; • Consequente falta de sensibilidade para a sua valorização e monitorização.

4. Proposta da Rota da Arte Rupestre do Noroeste na bacia do Lima

Como já foi referido em capítulos anteriores, a criação de uma rota temática é alvo de um esforço notório, quer a nível intelectual, como a nível técnico e financeiro (Pinheiro 2012). Desta forma e para um melhor planeamento desta rota há que estruturá-la em três pontos essenciais: planeamento da rota; implantação da rota e avaliação da rota.

No primeiro ponto será dado a conhecer o conceito da rota, os pontos de interesse da mesma, assim como a sua área de abrangência e as parcerias a realizar para o sucesso da sua criação. No segundo ponto, o da implantação da rota, é possível perceber como será concretizada a sua marcação, a sinalética a utilizar, bem como o material de apoio e a divulgação/promoção da rota. No terceiro ponto, serão descritos os mecanismos para a avaliação da rota, que visará verificar se os objetivos das entidades promotoras estão a ser cumpridos.

4.1. O Planeamento da Rota

4.1.1. O conceito da rota

A rota aqui proposta, designada por Rota da Arte Rupestre do Noroeste integra-se no Turismo Cultural. Esta visa aumentar os produtos ou subprodutos turísticos da bacia do Lima, promover a conservação do património cultural e a natureza da região.

Apesar desta região ser, desde muito cedo, conhecida pelas suas potencialidades turísticas e por importantes projetos nela implementados, não se conhece grande notoriedade no que respeita ao património arqueológico, mais especificamente à arte rupestre. Desta forma, sugere-se que a implementação da rota turística valorize a arte rupestre desta área geográfica, interligando os vários sítios conhecidos e musealizados, com outros menos estudados, proporcionando ao visitante conhecer o passado da região, os locais de grande significado simbólico para as populações do passado, a diversidade deste tipo de sítios através dos diferentes estilos e cronologias.

O traçado da rota promoverá, ao turista, um maior conhecimento e sensibilidade para as questões do passado, através da arte rupestre e do património arqueológico. No entanto, o turista/visitante não ficará confinado aos sítios arqueológicos pois terá possibilidade de contemplar as belas paisagens que molduram esta rota, bem como de usufruir os diferentes produtos já existentes no território.

É importante deixar explícito que esta rota será inserida no meio rural, ou seja, trata-se de um potencial turístico no meio rural. O Turismo em Espaço Rural (TER), tendo em conta o Decreto-Lei n.º 54/2002, Capítulo I, Artigo 1.º corresponde a um «conjunto de actividades, serviços de

alojamento e animação turística, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados em zona rural». Este sector do turismo, de grande crescimento a médio prazo, é essencialmente procurado por indivíduos que buscam novas experiências e, ao mesmo tempo, possuem a vontade de retomar as origens num ambiente que transmita paz e tranquilidade (Sousa 2014).

4.1.2. Pontos de interesse

A Rota terá vários pontos de interesse nos diferentes concelhos da bacia do Lima, nomeadamente (Anexo 1) :

- Gião 1 – Cabana Maior, Arcos de Valdevez (nº 1)¹⁴
- Gião 2 – Cabana Maior, Arcos de Valdevez (nº 2)
- Pedra da Costa 1 – Álvora, Arcos de Valdevez (nº 3)
- Pedra da Costa 2 – Álvora, Arcos de Valdevez (nº 4)
- Bouça do Colado – Serra Amarela, Lindoso, Ponte da Barca (nº 5)
- Chã do Fojo – Lugar de Lindoso, Lindoso, Ponte da Barca (nº 6)
- Chã da Rapada – Britelo, Ponte da Barca (nº 7)
- Vale da Coelheira – Britelo, Ponte da Barca (nº 8)
- Pratinhos da Nossa Senhora – Rebordões (Santa Maria), Ponte de Lima (nº 9)
- Cavalinho de S. Ovídio – Sá, Ponte de Lima (nº 10)
- Guarca – Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima (nº 11)
- Penedo da Moura 1 – Nogueira, Viana do Castelo (nº 12)
- Penedo da Moura 2 – Nogueira, Viana do Castelo (nº 13)
- Breia 1 – Cardielos, Viana do Castelo (nº 14)
- Breia 2 – Cardielos, Viana do Castelo (nº 15)
- Cabeço da Boucinha 1 – S. Mamede, Areosa, Viana do Castelo (nº 16)
- Escampadinhos – S. Mamede, Areosa, Viana do Castelo (nº 17)

A escolha destes locais é o reflexo da avaliação de diferentes parâmetros, tais como o seu estado de conservação, o seu valor científico – quer pela quantidade de motivos gravados quer pela sua diversidade – e, a proximidade entre eles, de forma a facilitar a realização de vários percursos no contexto desta Rota.

¹⁴ - Numeração aleatória dos pontos de interesse da rota.

4.1.3. Traçado da rota

Este ponto está destinado aos meios de acesso aos locais visitáveis, ou seja, serão descritos os meios possíveis para a concretização da visita dos pontos de interesse da rota. Como já referido, integram a rota alguns pontos de interesse que estão incluídos em percursos pedestres que já existem, concretamente o nº5, nº7, nº8. Outros pontos de interesse, nomeadamente o nº 1, nº2, nº3, nº4, nº11, nº12, nº13, nº14, nº15, nº17 não são visitáveis através de percursos já existentes, mas também não são acessíveis em veículo automóvel pelo que, para estes, serão definidos percursos que, há semelhança dos percursos pedestres já existentes, podem ser realizados através do pedestrianismo¹⁵, da bicicleta¹⁶ ou a cavalo. De notar que a bacia do Lima é uma zona rica em cavalos, nomeadamente os garranos, sendo de destacar a Feira do Cavalo, efetuada em Ponte de Lima, durante o mês de Junho. Trata-se de um evento que trás um grande afluxo de visitantes à região podendo constituir uma oportunidade para potenciar e promover esta rota e os seus vários percursos. A região conta, ainda, com algumas empresas de equitação que, em parceria, poderiam divulgar esta nova rota e os seus percursos (quadro 25). Além dos pontos de interesse acima identificados, há outros, nomeadamente o nº9, nº10 e nº16 que são acessíveis através de automóvel.

Em suma, todas as formas de traçado da rota visam chegar a todos os potenciais turistas/visitantes. As propostas supracitadas permitirão que o indivíduo possa escolher a opção que melhor se adequa às suas aptidões físicas e gostos. Este aspeto possibilitará, ainda, que o visitante da rota goze do sentimento de liberdade, ou seja, que não veja a rota como uma imposição, pois como nos explica Amália Gil «los itinerários tienen que sugerir un recorrido, pero nunca dar la sensación de imponerlo» (Gil 2006, 183).

¹⁵ Pedestrianismo é uma atividade reconhecida em Portugal desde o final do século XIX, entre amigos, e no começo do século XX, no seio dos clubes como escutismo e campismo. Segundo a legislação portuguesa esta atividade caracteriza-se por «*percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspetos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites*» (Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro) (Lima 2011, 28) Segundo a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal são quatro os graus de dificuldade dos percursos: Muito Fácil (menos de duas horas), Fácil (menos de três horas), Médio (menos de quatro horas) e Difícil (mais de quatro horas) (Braga 2006).

¹⁶ Esta forma de realizar o percurso, integrado no cicloturismo, destina-se a pessoas com um gosto pelo Turismo de Aventura e pelo desporto, procurando emoções, desafios, novas sensações e experiências. O Turismo de Aventura, numa fase pioneira, estava ligado ao Ecoturismo; no contexto que se vive hoje, este conceito aborda termos importantes e fulcrais para a sua caracterização: «movimentos turísticos», «atividades de aventura» e «carácter recreativo e não competitivo». Dito por outras palavras, este segmento de turismo enquadra atividades de aventura, adaptadas ao turismo e comercializadas, cujo objetivo não passa por uma vitória. Nestes subprodutos existem riscos avaliados, controlados e assumidos, ou seja, os riscos existentes são do conhecimento da entidade promotora assim como do turista e, por sua vez, são de coresponsabilidade de ambos (Ministério do Turismo 2010).

4.1.4. Parcerias

A criação de parcerias é a chave para proporcionar ao turista/visitante uma maior qualidade da experiência, de modo a que esta venha a ser recomendada por quem a pratica. Assim, é determinante estabelecer parcerias com as entidades gestoras do território de implementação da rota, concretamente as Câmaras Municipais de Viana do Castelo, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e as respetivas Juntas de Freguesia – para que este produto venha a ser conhecido no seio das comunidades locais e, por conseguinte, bem aceite. Estas parcerias serão ainda importantes pois o traçado da rota aqui mencionada poderá ser palco de convívios organizados pelas mesmas entidades aumentando, automaticamente, o número de visitas/visitantes ao seu território. Uma outra parceira fundamental será com as lojas de turismo, com vista a uma mais abrangente divulgação da rota. Também o Parque Nacional da Peneda Gerês deverá ser parceiro, uma vez que parte da rota se encontra no território da área protegida. Parcerias igualmente importantes deverão ser criadas com entidades privadas dedicadas à animação turística, à hotelaria e à restauração.

Todas as parcerias a realizar serão benéficas para todos os parceiros. Nos quadros que se seguem pode observar-se as entidades possíveis para o efeito, assim como os objetivos e vantagens para cada uma.

Quadro 25. Parcerias com entidades hoteleiras

PARCERIAS COM ENTIDADES HOTELEIRAS			
Entidade	Localização	Objetivos	Vantagens
Arc'otel	Ponte de Lima	Promover a rota junto dos visitantes/turistas que escolhem este território para se alojarem durante o período de permanência.	Uma vez que estas entidades se encontram “associadas” à rota, o visitante da rota terá um acesso mais rápido a estes locais para pernoitar e, em contrapartida, as entidades hoteleiras conseguirão ter publicidade gratuita e ver as suas receitas aumentar.
Azenha de Rebimba			
Casa da Lage			
Casa da Eira	Ponte da Barca		
Parque de Campismo Entre Ambos-os-rios			
Pensão Residencial os Poetas			
Paço da Glória	Arcos de Valdevez		
Parque de Campismo de Travanca			
Pousadinha da Juventude			
Casa do Refilo	Viana do Castelo		
Pousada da Juventude			
Parque de Campismo de Cabedelo			

Quadro 26. Parcerias com entidades de Turismo de Aventura

PARCERIAS DE TURISMO DE AVENTURA			
Entidade	Localização	Objetivos	Vantagens
Nature4	Arcos de Valdevez	Dar a conhecer a rota a turistas que já tenham o gosto por passeios (a pé e de bicicleta) assim como passeios culturais.	A Natura4 terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Centro Equestre Quinta do Fijó		Apoio para a concretização da rota (ou parte dela) a cavalo.	O Centro Equestre ganha um maior reconhecimento/clientes, gerando mais receitas e maior publicidade.
Planeta Lima – Outdoor Aventure	Ponte da Barca	Dar a conhecer a rota a turistas que já tenham o gosto por passeios (a pé e de bicicleta)	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação
Oficina Natureza	Ponte de Lima	Conjugar os percursos pedestres e a cavalo com a rota, assim como concretizar <i>workshops</i> relacionado com a arte rupestre.	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Casa da Cuca – Turismo de Animação Rural Limiano		Conciliar a rota arqueológica com o património imaterial (gastronomia e vinhos) dando a conhecer os produtos típicos, assim como integrar a rota nos seus percursos.	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Mailominho – Animação Turística	Viana do Castelo	Conciliar os seus circuitos culturais com a rota.	O Mailominho terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Alegriaplena		Proporcionar aos visitantes a possibilidade de aluguer de bicicletas se assim o pretender.	A Alegriaplena terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.

Quadro 27. Parcerias com entidades de restauração

PARCERIAS COM ENTIDADES DA RESTAURAÇÃO			
Entidade	Localização	Objetivos	Vantagens
Doçaria Central	Arcos de Valdevez	Dar a conhecer aos visitantes da rota os doces típicos de Arcos de Valdevez.	Aumento da carteira de clientes gerando mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Sabores do Minho		Dar a conhecer aos visitantes a carne da Cachena da Peneda.	Aumento da carteira de clientes gerando mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Gerações-Sobremesas		Dar a conhecer aos visitantes a Torta de Feijão; Torta de Laranja do Ermelo e os Biscoitos de Farinha e Milho	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação
Valdelima		Dar a conhecer aos visitantes as compotas e geleias	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Maria da Conceição Gonçalves Imperadeiro	Ponte da Barca	Dar a conhecer os Enchidos e Fumados; Doces; Compotas e Licores.	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Pastelaria Caracas		Dar a conhecer a Broa; Padaria Tradicional; Bartolomeus; Queijadas da Barca; Estrela da Barca; Doces Tradicionais.	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação.
Doce Lagoa	Ponte de Lima	Dar a conhecer a Sidra das Lagoas	A entidade terá a sua carteira de clientes aumentada, conseguindo assim mais receitas, devido a uma maior divulgação

4.2. Implantação da rota

4.2.1. Marcação do percurso

A Rota de Arte Rupestre do Noroeste não está sujeita a um ponto de partida nem a um ponto de chegada obrigatório. Parece-me conveniente dar a liberdade de escolha ao turista, e deste modo, possibilitar-lhe a melhor opção relativamente à sua posição geográfica.

Pela sua dimensão territorial e com a intenção de proporcionar um maior leque de possibilidades de utilização da rota, optou-se por propor 4 percursos pedestres (que podem ser realizados em harmonia ou em substituição dos já existentes), para auxiliar no acesso aos diversos pontos de interesse e para contribuir para a estruturação da visita (Anexo 1). Na descrição de cada percurso é possível tomar conhecimento do local de partida e de chegada; da duração média do percurso (a pé, de bicicleta e de cavalo, pois a deslocação de carro está condicionada por questões de trânsito); da extensão e grau de dificuldade (com base na classificação da Federação Francesa

de Pedestrianismo e na Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal); tipo de percurso; tipo de rota; os pontos de interesse e a descrição do caminho.

4.2.1.1. Percurso 1 – Arcos de Valdevez¹⁷

Local de partida:	Porta do Mezio (41.886522 N, -8.312813 W)
Local de chegada:	Pedra da Costa I
Duração média do percurso:	7 horas
Extensão:	36.26 km ¹⁸
Grau de dificuldade:	Exigente
Tipo de percurso:	Histórico-Cultural
Tipo de rota:	Grande Rota
Pontos de interesse:	Porta do Mezio Gião 2 (2.9 km) Gião 1 (1.3 km) Porta do Mezio (3.6 km) Giela (12.22km) Pedra da Costa II (15.74km) Pedra da Costa I (50m)

Descrição: Este percurso (anexo 3) sustenta-se nas gravuras rupestres com mais interesse arqueológico e paisagístico inseridas no concelho de Arcos de Valdevez. O início do percurso tem como lugar a Porta do Mezio, freguesia de Cabana Maior, sendo aqui que serão fornecidas todas as informações aos visitantes. Para cá chegar, saindo de Arcos de Valdevez, segue-se pela estrada nacional 202 em direção a Cabana Maior e Soajo. Chegados à Porta do Mezio, junto à mamoa do Mezio deve virar à direita. Este percurso pode ser efetuado de diferentes formas: a pé, de carro, de bicicleta e a cavalo.

¹⁷ Dos pontos de interesse aqui presentes, só se encontram inseridos num trilho – Trilho Interpretativo do Mezio – os que não manifestam a presença de arte rupestre, nomeadamente a Anta do Mezio e as Mamoas 5 e 6 do Mezio.

¹⁸ Destes 36.26km, 8.11km têm ser feitos obrigatoriamente a pé, bicicleta ou cavalo, pois não há acessos para a passagem de um carro.



Figura 76. Entrada do centro interpretativo do Mezio.

Após o acolhimento dos visitantes, estes irão deslocar-se para o Gião 2, seguindo a sinalização existente no local.



Figura 77. Placa indicativa das Gravuras Rupestres do Gião.

Ao longo do caminho é possível complementar a visita com outros pontos de interesse arqueológico. Ou seja, durante o percurso encontram-se ainda a Anta do Mezio e as Mamoas 5 e 6 do Mezio (figura 78 e 79). Por este motivo, é aconselhável a realização do percurso a pé, de bicicleta ou a cavalo.



Figura 78. Anta do Mezio.



Figura 79. Mamoas 5 e 6 do Mezio.

O caminho até ao Gião 1 e 2 é de terra batida e possui uma elevação pouco acentuada (imagem 80), onde se pode usufruir de paisagens únicas e, uma vez que se trata de uma área dedicada à pastorícia, é comum a visualização de animais domésticos, principalmente bovinos e equídeos, pelo caminho (imagem 81).



Figura 80. Caminho de acesso às gravuras rupestres do Gião.



Figura 81. Animais de grande porte que se encontram ao longo do percurso.

Para chegar ao Gião 2 é necessário seguir por um caminho de terra batida com menos destaque na paisagem, localizado do lado direito. Percorridos aproximadamente 619 metros encontramos o “santuário” de arte rupestre constituído por 5 afloramentos. O Gião 2 encontra-se fora do anfiteatro, localizando-se no topo de um outeiro a nascente. Quanto aos motivos, de tradição esquemática, são traduzidos em reticulados, figuras em forma de estrela, entre outros (figura 82).

Para chegar ao Gião 1 o visitante deve continuar a subir cerca de 1,30 km. O Gião 1 localiza-se num anfiteatro natural possuindo, por este motivo, uma boa visibilidade para o vale do Lima. No local é frequente a existência de inúmeros afloramentos graníticos, muitos deles conhecidos por topónimos muito antigos e revelando o uso ancestral deste lugar. É o Gião 1 que possui o maior número de afloramentos gravados (cerca de uma centena) com arte de tradição esquemática. Nele encontram-se motivos quadrangulares, antropomorfos, esquemáticos de tipo fi, cruciformes, entre outros (figura 83).



Figura 82. Motivos reticulados gravados no Gião 1.



Figura 83. Gião 1. Motivos cruciformes

Fonte:<http://www.panoramio.com/user/4385525/tags/Gravuras%20rupestres%20do%20Gi%C3%A3o>.

Posto isto, é seguir pelo caminho de terra batida até chegar novamente à Porta do Mezio. Terminado este troço, deve-se seguir pela N202 de forma a chegar à Giela. Após passar na estrada que fica por cima da M1304 deve-se seguir pela esquerda de forma a continuar a percorrer a N202. Ao deparar-se com a rotunda, o visitante deve sair na segunda saída e virar na segunda à esquerda seguido pelo próximo caminho à direita. Aqui, pode-se fazer uma pequena paragem na Giela, uma vez que se trata de uma habitação nobre em meio rural, datada da Idade Média. No

entanto, o aspeto atual do monumento classificado como Monumento Nacional desde 1910 apresenta duas fases de construção: baixo-medieval e inícios do século XVI (imagem 84).



Figura 84. Paço da Giela

(Fonte: <http://radiogeice.com/fm/2015/05/21/500-anos-do-foral-de-valdevez-reabertura-do-paco-de-giela-e-um-dos-pontos-altos-do-programa-comemorativo/>).

Terminada a visita em Giela, deve-se voltar até à rotunda e sair na segunda saída de forma a entrar na N202-2 e seguir caminho até alcançar a M505-4 e, posteriormente, a M505 na direção de Álvora. Ao chegar na placa indicativa de Outeiro e Casal deve-se virar nesse sentido e continuar pela estrada alcatroada, à esquerda, até chegar a um caminho de terra batida localizado à direita (figura 85 e 86).



Figura 85. Placas indicativas do Outeiro e Casal.



Figura 86. Caminho alcatroado a seguir para a Pedra da Costa I e II.

No corte de terra batida deve descer e, a poucos metros encontrará a Pedra da Costa II, à direita, e cerca de 50 metros para norte a Pedra da Costa I (figura 87 e 88).



Figura 87. Motivo gravado da Pedra do Costa II.



Figura 88. Pedra da Costa I.

Deste ponto de interesse pode-se contemplar uma bonita paisagem para poente, tendo visibilidade para o vale do Vez.

Para terminar o percurso pode-se deslocar até ao Castro de Álvora que, apesar de não se encontrar escavado, é um local de interesse paisagístico (figura 89).



Figura 89. Vista do Castro de Álvora.

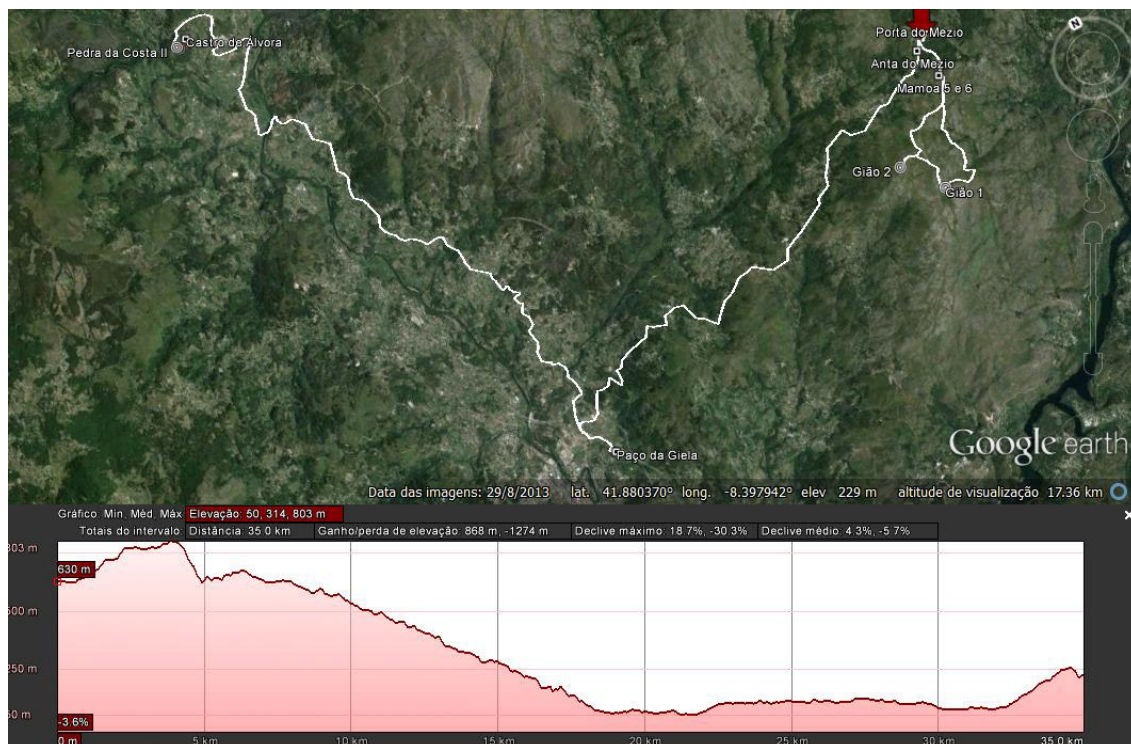


Figura 90. Percurso 1 - Arcos de Valdevez e perfil de elevação.

(Fonte: autora, extraído do Google earth)

4.2.1.2. Percurso 2 – Ponte da Barca¹⁹

Local de partida:	Chã do Fojo
Local de chegada:	Vale da Coelheira
Duração média do percurso:	4 horas
Extensão:	26,3 km ²⁰
Grau de dificuldade:	Médio
Tipo de percurso:	Histórico-Cultural
Tipo de rota:	Pequena Rota
Pontos de interesse:	Chã do Fojo Penedo do Encanto (5,9 km) Chã da Rapada (12,3 km) Vale da Coelheira (8,1 km)

¹⁹ Dos pontos de interesse aqui presentes, encontram-se inseridos num trilho – Trilho do Penedo do Encanto – o Penedo do Encanto e os Espigueiros que se encontram pelo caminho. No trilho denominado de Megalitismo de Britelo estão inseridos os locais do Chã da Rapada e do Vale da Coelheira (anexo 9).

²⁰ Destes 26.3km, 7.25km têm ser feitos obrigatoriamente a pé, bicicleta ou cavalo, pois não há acessos para a passagem de um carro.

Descrição: Este percurso (anexo 4) é idealizado de forma a dar a conhecer a arte rupestre de Ponte da Barca. O percurso tem início no Chã do Fojo, no Lugar de Lindoso, freguesia de Lindoso. Para chegar ao afloramento gravado deve seguir-se pela N203 no sentido Ponte da Barca – Lindoso, passando pela N304-1, até se deparar com um entroncamento que dá acesso a “Muro”. No local encontra-se uma placa informativa. Posto isto deve seguir-se por caminho alcatroado e posteriormente de terra batida, em direção à serra até encontrar o afloramento gravado, à direita (figura 91).



Figura 91. Caminho a seguir para subir à serra.

O percurso até ao local é dotado de uma bela paisagem (figura 92), com uma ampla visibilidade para a envolvente, e com a presença de cavalos semisselvagens e de animais selvagens.



Figura 92. Vista ao longo do caminho para o Chã do Fojo.

O ponto de interesse que se segue é o Penedo do Encanto/Bouça do Colado que já se encontra inserido num trilho. Os visitantes mais curiosos podem fazer um pequeno desvio ao trajeto deste percurso, ou seja, quando se sai do Chã do Fojo para o próximo ponto deve retomar a N304-1 no

sentido de Ponte da Barca e, a cerca de 400 metros, deve virar-se à esquerda por forma a visitar o castelo de Lindoso e os espigueiros desta localidade (figura 93 e 94).



Figura 93. Castelo de Lindoso.



Figura 94. Espigueiros de Lindoso.

Para seguir para o Penedo do Encanto deve-se continuar-se pela N304-1 até se encontrar a freguesia da Parada, Lindoso. O ponto de partida do «trilho do Penedo do Encanto» tem início junto à N203. Posto isto é só seguir a sinalização existente. Para as pessoas que desejarem descansar é possível fazê-lo num banquinho de pedra que se encontra próximo da entrada (figura 95).



Figura 95. Banco de descanso que existe no trajeto do Penedo do Encanto.

Este caminho fica numa pequena aldeia, com um carácter muito rural onde o contato com a comunidade local, com animais em regime de pastorícia e selvagem, é muito comum. Ao longo do trajeto pela aldeia da Parada é possível observar, ainda, espigueiros, moinhos água e casas típicas da zona, em granito (figura 96 e 97). Algumas destas casas foram restauradas e atualmente encontram-se disponíveis para turismo de habitação/rural.



Figura 96. Espigueiros que se encontram no percurso para o Penedo do Encanto.



Figura 97. Casas típicas da aldeia da Parada

Chegados ao Penedo do Encanto depara-se com oito afloramento rochoso com a representações de diferentes motivos inseríveis na arte atlântica e noutros estilos indeterminados pertencentes a diferentes fases cronológicas. De entre os motivos sobressaem-se os círculos simples e concêntricos com covinha central, figuras protolabirinticas e círculos com várias covinhas no seu interior (rocha 1). Na rocha 5 os motivos já são datados de época histórica, sendo eles cruzes latinas de dimensões análogas que se relacionam com a cristianização do lugar (figura 98).

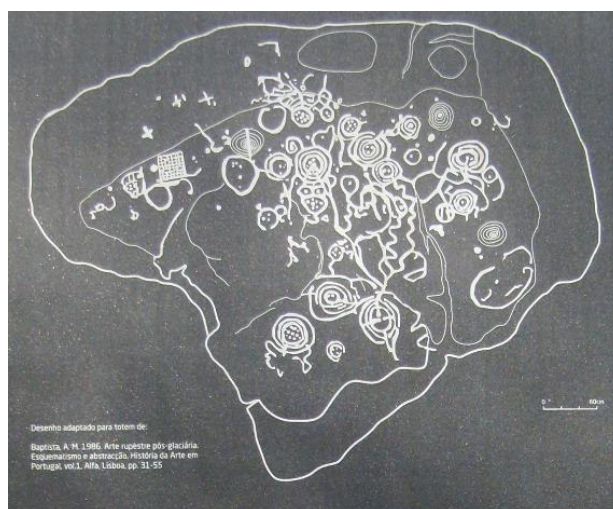


Figura 98. Fotografia da placa metálica onde se reproduz os motivos da rocha 1 do Penedo do Encanto.

Esta parte do trajeto só pode ser feita a pé ou a cavalo uma vez que parte do caminho tem um piso em terra batida, muito irregular devido à quantidade de pedra existente, e estreito.

O ponto que se segue é o Chã da Rapada, em Britelo, cujo acesso é feito através da N203. Para se chegar deve seguir-se um caminho até à igreja de Britelo e, aqui, continuar o caminho que passa por detrás da mesma, até chegar às últimas casas. A partir daqui, o caminho a seguir é de terra batida e dá acesso ao alto a serra. As gravuras encontram-se à esquerda do caminho (onde existe uma placa a indicar a direção das mesmas) (figura 99).



Figura 99. Fotografia dos decalques sobre placa metálica de serpentiformes, motivos reticulados e círculos segmentados pré-históricos, entre outros mais recentes (pentagrama, cruzes latinas, etc.) gravados da Chã da Rapada.

Da Chã da Rapada existe uma boa visibilidade para o vale do Lima e para o domos granítico de Aboím da Nóbrega (figura 100).



Figura 100. Vista da Chã da Rapada.

Em seguida deve-se continuar por forma a efetuar a subida pelo caminho de terra batida até encontrar uma nova placa a indicar «gravuras rupestres». Chegado aqui, deve subir-se mais um pouco até se encontrar um afloramento de grandes dimensões, bastante aplanado (figura 101).



Figura 101. Vale da Coelheira (Fonte: Rodrigues 2014).

No decorrer do percurso é frequente que o visitante se possa deparar com animais de grande porte (bovinos e equídeos), pois esta área ainda é muito utilizada para a pastorícia. Este trajeto só deve ser feito a pé, de bicicleta ou a cavalo visto que em determinadas zonas a passagem é estreita. Terminada a visita, deve retomar-se caminho no sentido inverso de forma a deslocar-se para junto dos seus meios de transporte.

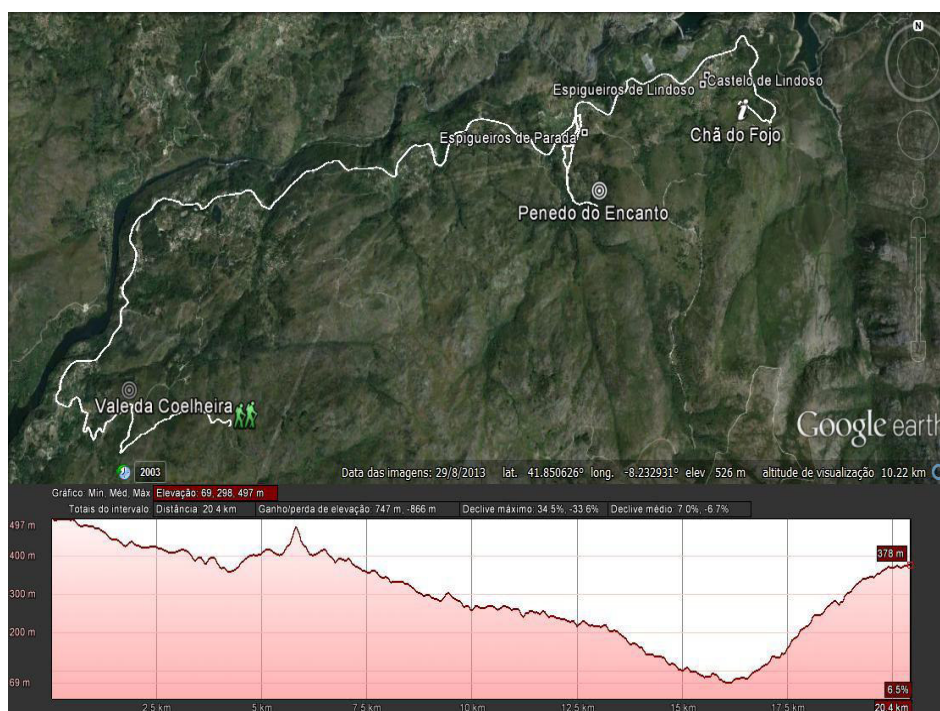


Figura 102. Percurso 2 - Ponte de Barca e perfil de elevação (Fonte: autora, extraído do Google earth)

4.2.1.3. Percurso 3 – Ponte de Lima²¹

Local de partida:	Pedra do Cavalinho
Local de chegada:	Pratinhos de Nossa Senhora
Duração média do percurso:	5 horas
Extensão:	29.9 km (carro) – 30.41km (a pé) ²²
Grau de dificuldade:	Difícil
Tipo de percurso:	Histórico-Cultural
Tipo de rota:	Pequena Rota
Pontos de interesse:	Guarca Pratinhos de Nossa Senhora (14,4 km) Pedra do Cavalinho (15,5 km)

Descrição: Este percurso (anexo 5) dá a conhecer as gravuras rupestres do concelho de Ponte de Lima. O ponto de início é na Guarca, Facha. Para lá chegar é necessário seguir pela N303 até encontrar a placa indicativa do Castro de Santo Estevão e da Facha (figura 103).



Figura 103. Placa indicativa do Castro de Santo Estevão e da Facha.

Aqui deve-se virar à esquerda e seguir caminho até se deparar com uma casa de frente virando à direita até encontrar uma nova placa indicativa de Santo Estevão. Segue-se pelo Caminho de Santo Estevão até se encontrar a Ermida da Nossa Senhora da Rocha (figura 104).

Aqui o visitante pode visitar a Capela e as ruínas do castro de Santo Estevão que se encontram ao lado da capela (figura 105), além do excelente domínio sobre o vale do Lima para montante. Os vestígios arqueológicos foram afetados com o desenvolvimento da localidade, assim como pela construção da capela. Este castro remonta à transição do Bronze Final para a Idade do Ferro e julga-se ter perdurado até ao século I depois de Cristo.

²¹ Este percurso não possui nenhum ponto de interesse inserido em nenhum trilho.

²² Ver anexo 5. Para quem preferir o percurso a pé na sua totalidade conta com 30.41km, para quem desejar misto poderá percorrer cerca de 3.11km.



Figura 104. Capela de Nossa Senhora da Rocha.



Figura 105. Castro de Santo Estevão.

Para se deslocar para a Guarca basta seguir caminho que segue para norte da ermida, pela estrada alcatroada (cerca de 250 metros) até se encontrar um caminho de terra batida que desce, à direita. Percorridos cerca de 50 metros nesse caminho, encontra-se, à esquerda, o afloramento gravado com punhais (figura 106). No local deve subir-se ao outeiro granítico que fica a poente do afloramento gravado de onde se desfruta uma excelente vista para a foz do Lima.



Figura 106. Motivo de punhal da Guarca.

Ao voltar-se para trás, na direção da Ermida, pode-se aproveitar para descansar nas mesas que aí se encontram.

Terminada a visita a este ponto de interesse, segue-se para os Pratinhos da Nossa Senhora, onde se deve retomar a M1259 até chegar à N204. Posto isto, ao sair da N306 deve virar-se à esquerda

até chegar ao entroncamento que dá acesso à Capela da Senhora da Boa Nova (figura 107). Seguir pelo caminho de terra batida que dá acesso à capela, cerca de 10 m. As gravuras encontram-se do lado à direita deste caminho, entre o arvoredo. A estrada de acesso é alcatroada e envolta de paisagens verdes.



Figura 107. Placa indicativa da Capela da Boa Nova.



Figura 108. Motivos gravados dos Pratinhos de Nossa Senhora (Fonte: Bettencourt 2014).

O ponto de interesse que se segue é a Pedra do Cavalinho em Arcozelo. Para cá chegar, deve-se seguir a N306 até encontrar a N201 e encontrar uma rotunda com a placa indicativa do Miradouro de Santo Ovídio (figura 109). Posto isto, deve seguir as indicações dadas pela placa, ou seja, entrar na estrada municipal 1230 e seguir o caminho sempre à esquerda.



Figura 109. Placa indicativa de Santo Ovídio.

Para os visitantes que pretendem fazer o percurso a pé ou de bicicleta, poderão seguir pelo centro da vila, passando pela Ponte Velha e retomando a N203 (anexo 5).



Figura 110. Ponte Velha, Ponte de Lima

(Fonte: <http://ferias-paratodos.blogspot.pt/2011/03/ponte-de-lima-uma-vila-maravilhosa.html>).

A pedra do cavalinho encontra-se junto da capela de Santo Ovídio, num afloramento com ligeira inclinação para sudoeste sendo o cavalinho montado a única gravura (figura 111).



Figura 111. Motivo da Pedra do Cavalinho.



Figura 112. Capela de Santo Ovídio.



Figura 113. Zona de descanso



Figura 114. Vista a partir da Pedra do Cavalinho

Desta forma, além de se visitar a gravura rupestre pode-se contemplar a capela (figura 112) e a paisagem que dela se vê, com uma ampla visibilidade para o vale do Lima (figura 114). Nas suas imediações existem algumas mesas de pedra que servem como zona de descanso (figura 113)

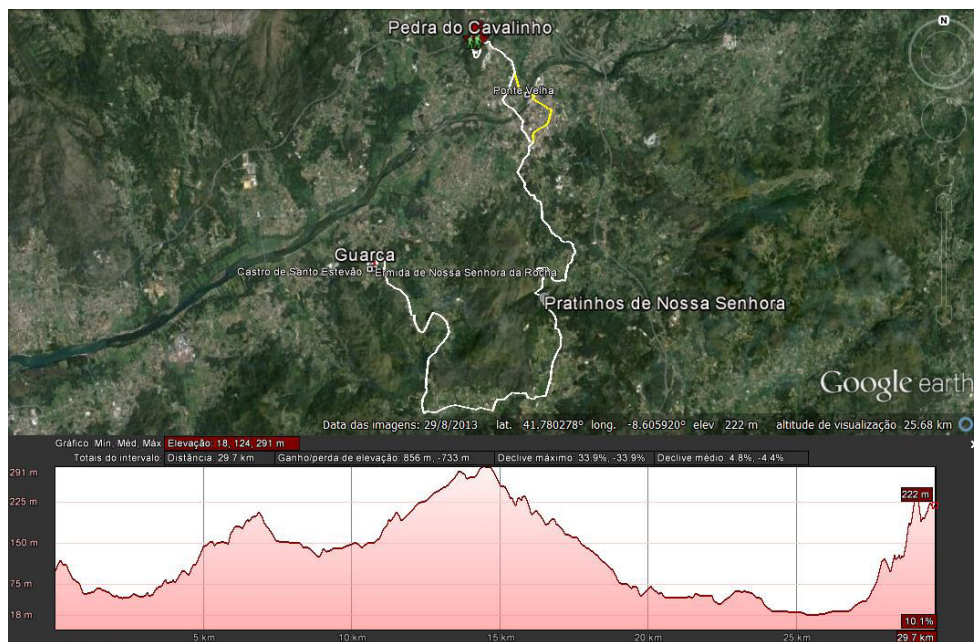


Figura 115. Percurso 3 - Ponte de Lima e perfil de elevação

(Fonte: autora, extraído do Google earth)

4.2.1.4. Percurso 4 – Viana do Castelo²³

Local de partida:	Capela S. Mamede
Local de chegada:	Igreja de Nogueira
Duração média do percurso:	6 horas
Extensão:	34,21 km ²⁴
Grau de dificuldade:	Difícil
Tipo de percurso:	Histórico-Cultural
Tipo de rota:	Grande Rota
Pontos de interesse:	Cabeço da Boucinha 1 Escampadinhos (910m) Breia 1 (25.7 km) Breia 2 (100m) Penedo da Moura 1e 2 (7.5 km)

Descrição: Este percurso está direcionado para que os visitantes possam conhecer a arte rupestre do concelho de Viana do Castelo. O início deste percurso é na Capela de S. Mamede.

Para lá chegar, deve-se seguir pela A27 em direção a Viana do Castelo até chegar à saída para a N 202 (Meadela). Ao chegar à rotunda deve sair-se na primeira saída de forma a seguir em direção a Perre. Posto isto, deve virar nos dois primeiros entroncamentos à esquerda e os dois seguintes à direita subindo a serra. Segue-se sempre o caminho alcatroado até chegar à Rua do Calvário e em seguida segue até passar um tanque de água e uma placa de S. Mamede (figura 116).



Figura 116. Placa indicativa de S. Mamede

²³ Nenhum destes pontos de interesse se encontra inserido num trilho.

²⁴ Destes 34.21km, 3.86km têm de ser feitos obrigatoriamente a pé, bicicleta ou cavalo, pois não há acessos para a passagem de um carro.

Seguindo caminho encontra-se a poucos metros a Capela de S. Mamede e as gravuras que ficam a uns metros da capela do lado direito (figura 117).



Figura 117. Capela de S. Mamede, início do percurso

O afloramento gravado, Cabeço da Boucinha 1, localiza-se a cerca de 400 metros da capela, numa propriedade privada. O caminho da Capela de S. Mamede ao sítio arqueológico deve ser feito a pé. O afloramento gravado é de grande dimensão e possui duas espirais, uma de 50 centímetros (nascente/poente) e 46 centímetros (sentido oposto) e a segunda com 25 centímetros (nascente/poente) e no sentido oposto 21 centímetros (figura 118).



Figura 118. Exemplo de um motivo gravado no Cabeço da Boucinha 1.

Para visitar o próximo ponto, os Escampadinhos, deverá sair-se da propriedade particular e tomar o caminho carreteiro que segue de S. Mamede à Laje do Milho. A cerca de 100 m, cortar à

esquerda por um caminho de terra batida que sobe e dá de acesso a uma propriedade privada. Entrar pelo portão de madeira e seguir para norte. Pelo percurso avista-se, do lado direito, um antigo fojo. Sair pelo portão norte da propriedade que dá acesso a um estradão. Seguir o estradão para norte, em direção ao parque eólico. A cerca de 500 m à esquerda encontra-se o domus granítico onde se podem observar quatro espirais bem nítidas. Do topo do afloramento, a oeste, a vista para a plataforma litoral e para o mar é ampla e extremamente bonita (figura 119).



Figura 119. Afloramento gravado dos Escampadinhos (Bettencourt *et al.* 2014).

O local que se segue é a Breia e, para aqui chegar, deve-se seguir a A28 (no sentido Viana de Castelo – Ponte de Lima) e sair em Nogueira. Na rotunda deve-se sair em direção a Cardielos e, posto isto, virar na segunda rua à direita (Rua da Portela) e seguir até passar pelo viaduto que passa por cima da A27. Aqui chegado, deve-se seguir pelo caminho de terra batida do lado direito até se chegar a uma curva pronunciada para a esquerda (figura 120).



Figura 120. Caminho de terra batida que dá acesso à Breia 1 e 2.

A cerca de 10 metros encontra-se a rocha da Breia 1 do lado direito. Deste local existe uma boa visibilidade para o vale do Lima (figura 121). Este afloramento fica ao pé de um curso de água que desagua no rio Nogueira. As gravuras da Breia 1 são representações da arte atlântica (figura 122).



Figura 121. Visibilidades a partir da Breia 1.



Figura 122. Motivo gravado da Breia 1
(Fonte: Bettencourt 2014).

A Breia 2 encontra-se a montante da Breia 1, do lado esquerdo do caminho de terra batida, ao iniciar a subida. Está situada numa plataforma mais elevada e a alguns metros a oeste/noroeste existe uma zona bem irrigada. O afloramento é grande e contém diversos veios de quartzo. Quanto às gravuras, existe apenas uma sendo uma sub-circular (imagem 123).



Figura 123. Breia 2 (Fonte: Bettencourt 2014).

O percurso até à Breia 1 e 2 pode ser feito de carro à exceção do caminho de terra batid

Segue-se o Penedo da Moura 1 e 2 que, para se deslocar até lá (e saindo da Breia) deve-se seguir pela N202, onde se vira à esquerda seguindo as indicações de Nogueira. Pelo caminho encontra-se uma igreja virando à esquerda e seguindo pelo caminho à direita, junto a uma escola primária (figura 124).



Figura 124. Igreja de Nogueira, ponto de chegada.

Posto isto, é seguir sempre em frente até atingir o caminho em terra batida. Aqui o percurso terá de ser feito a pé, subindo a serra pelo trajeto demarcado. Percorridos alguns metros deve virar pela esquerda até alcançar os afloramentos gravados (figura 125).



Figura 125. Caminho de terra batida para o Penedo da Moura.

No local é possível encontrar dois afloramentos gravados (Penedo da Moura I e II). O Penedo da Moura I tem motivos gravados em toda a superfície, quer circulares e diversas covinhas quer vários retângulos de cronologia mais recente (figura 126)



Figura 126. Exemplos de motivos do Penedo da Moura I

O Penedo da Moura II, por sua vez conta com motivos circulares da arte atlântica. Estes motivos possuem diferentes tamanhos, figuras complexas preenchidas por covinhas, círculos raiados e vários sulcos (figura 126 e 127).



Figura 127. Penedo da Moura I

Terminadas as visitas deve-se voltar à igreja de Nogueira, sendo o ponto de chegada do percurso, onde as acessibilidades são melhores.

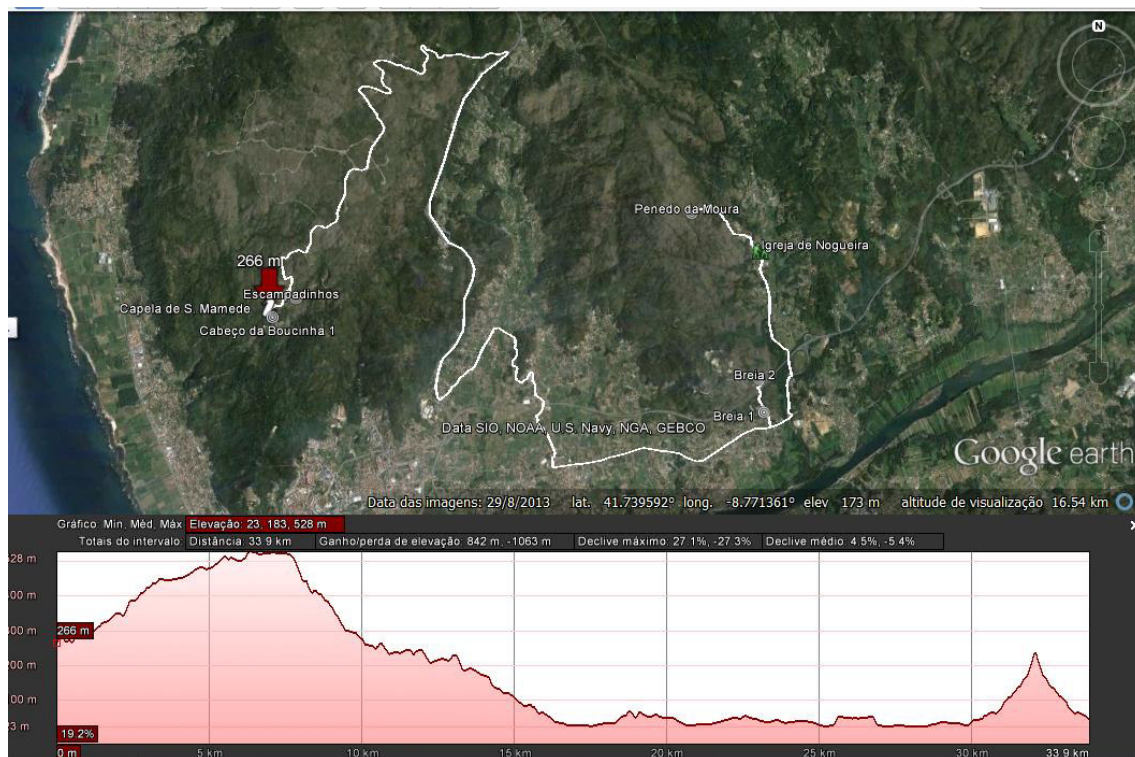


Figura 128. Percurso 4 - Viana do Castelo e perfil de elevação do perfil

(Fonte: autora, extraído do Google earth).

Segundo alguns autores, como Cristina Lima (2011), o percurso deverá evitar as estradas alcatroadas e dar preferência aos caminhos tradicionais. No entanto, para a marcação desta rota, foi dada preferência aos caminhos tradicionais mas nem sempre foi possível proceder a esta preferência. Para as pessoas que optem por realizar o percurso de carro, como anteriormente explicado, é impossível “fugir” às principais vias de acesso.

4.2.2. Sinalética

A sinalética é de extrema importância na criação de uma rota e dos seus respetivos pontos de interesse pois é com ela que o turista consegue a sua orientação.

A Rota da Arte Rupestre do Noroeste contará com placas ao longo das principais vias da bacia do Lima visando dar conhecimento da sua existência.

Quanto à sinalética dos percursos, as placas podem ser de dois tipos: as administrativas que orientam os visitantes e as interpretativas que pretendem dar informações sobre o conteúdo dos vestígios que se encontram expostos (Miranda 1998).

Em termos das administrativas, os 4 percursos pedestres que se inserem nesta rota, serão sinalizados segundo as normas da Federação Portuguesa de Campismo (figura 129), a saber:

- «**Caminho certo**»: colocada desde o início ao final do percurso a uma distância inferior a 50 metros dos painéis informativos. Deve ainda ser colocada a 50 m de distância após uma mudança de direção.
- «**Mudança de direção**»: colocada a 30 m antes dos cruzamentos e bifurcações.
- «**Caminho errado**»: colocada a menos de 30 m das entradas de caminhos que não fazem parte do percurso.
- **Painéis informativos**: colocados ao longo de todo o caminho com distanciamento considerável.
- **Placas indicativas**: colocadas em pontos considerados de interesse, servem para indicar o sentido do percurso e a distância entre placas (Lima 2011).

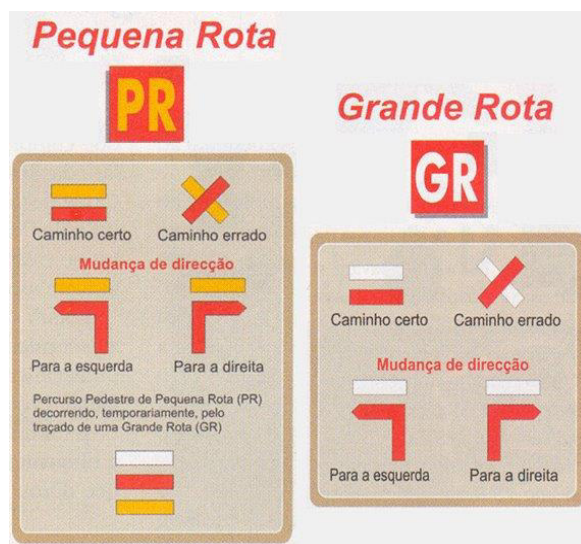


Figura 129. Sinalização das PR e GR segundo as normas da Federação Portuguesa de Campismo

(Fonte: <http://www.montanheiros.com/pedestrianismo/percursos.php>).

No início de cada percurso irá encontrar-se uma placa informativa com o mapa, onde se pode encontrar o mapa da rota com a marcação de cada ponto de interesse, as respetivas distâncias e a

marcação que se encontrará pelo percurso. Além disto, este painel contará com alguns contactos que poderão ser úteis aos visitantes.



Figura 130. Sugestão de painel informativo do Percurso 1 - Arcos de Valdevez.



Figura 131. Sugestão de painel informativo do Percurso 2 - Ponte da Barca.

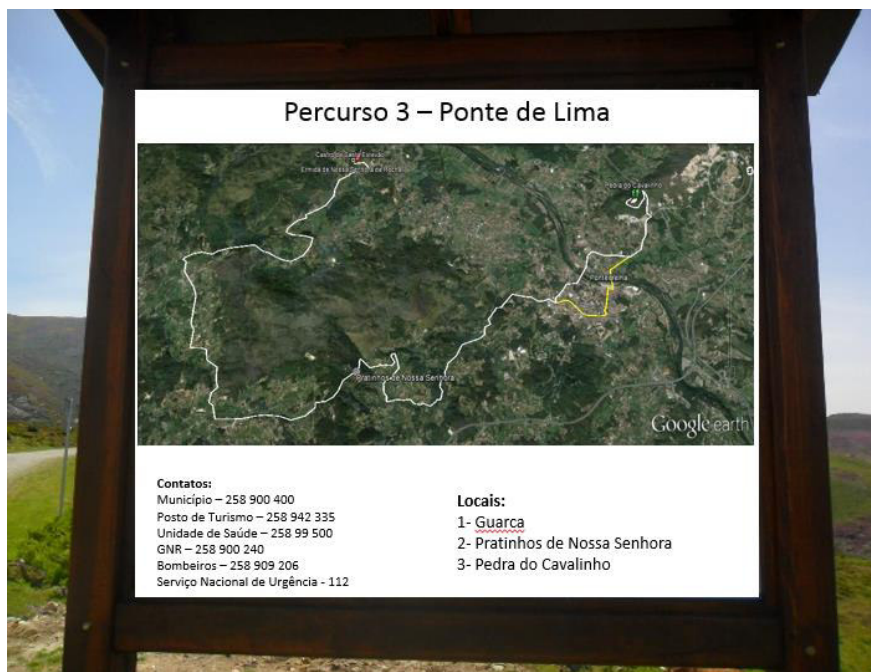


Figura 132. Sugestão de painel informativo do Percurso 3 - Ponte de Lima.

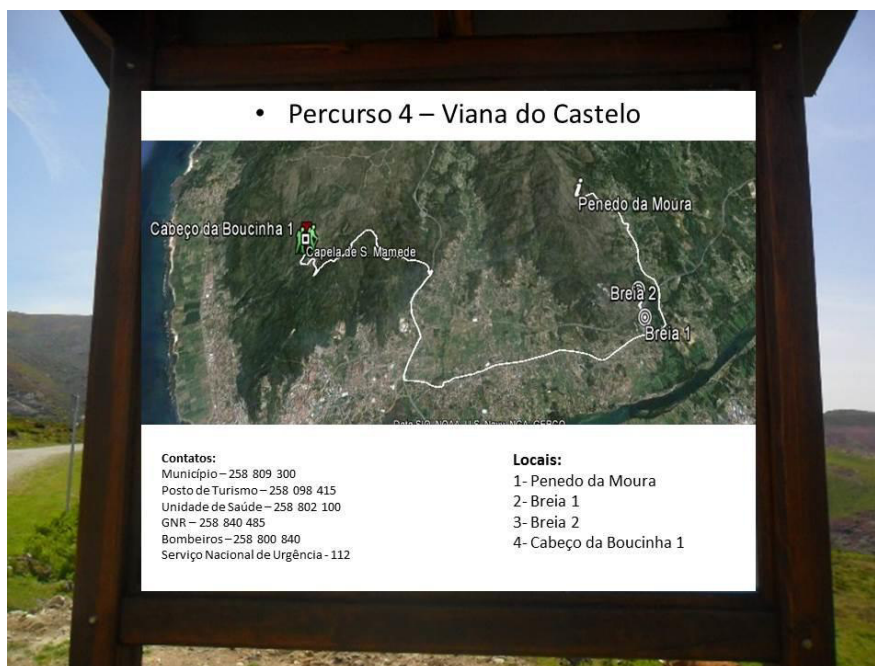


Figura 133. Painel informativo do Percurso 4 - Viana do Castelo.

Em cada ponto arqueológico de interesse existirão placas interpretativas. Estas placas não serão exclusivamente compostas por textos, pois terão, ainda, a representação dos painéis de forma

a cativar o visitante. Os textos seguirão as regras de marcação sendo, portanto, pequenos, com letra simples e tamanho adequado a cada placa para serem perceptíveis. Deverão ser, pelo menos, bilingues.

A quantidade de placas colocadas nos percursos será variável, pois estas estão dependentes de vários fatores, nomeadamente o número de cruzamentos e extensões, assim como a dimensão total dos mesmos, pois a sinalização não deve ter espaçamentos superiores a 250 metros (Lima 2011).

É preciso ter ainda em atenção o material com que estas são feitas, ou seja, uma vez que os sítios arqueológicos ficam em meio natural, as placas não poderão ser em materiais que se destaquem demasiado na paisagem (Gil 2006). Assim sendo, alguns destes elementos de sinalética deverão ser de madeira (essencialmente as placas interpretativas e de informação), pois é o material que mais se enquadra no meio natural e que possui uma maior resistência às condições climatéricas. No que diz respeito à marcação do percurso, serão reaproveitadas rochas e troncos velhos de árvores, em locais de boa visibilidade e leitura em ambos os sentidos. Para tal, serão utilizadas tintas plásticas de exterior e de boa qualidade para, deste modo, evitar agressões ao ambiente conforme o estipulado nestes casos (FPC 2001 *in* Lima 2011).

4.2.3. Material de apoio

O material de apoio representa um complemento à atividade oferecida, ou seja, o visitante além das suas capacidades de observação poderá compreender mais facilmente o que vê através dos pequenos auxílios facultados pela entidade promotora. No entanto, é necessário que estes tenham em atenção cinco aspetos essenciais: atratividade; mensagem compreensível, mensagem relevante ao ego; guião lógico e tema interpretativo.

- A **atratividade** é o modo mais fácil de prender a atenção do público e deste modo transmitir-lhe a mensagem; estando, no entanto dependente da promoção que é utilizada, da estética dos programas e serviços na sua generalidade e o meio da interpretação (pois algum público prefere as visitas guiadas e outros as autoguiadas) (Miranda 1998).
- A **mensagem compreensível** deve possibilitar ao visitante a compreensão do que está a ser visitado e, desta forma, ser possível que o indivíduo consiga fazer uma associação a outros textos que possa ter lido. Não devem ser utilizados termos muito técnicos e, quando assim

acontece, é necessário apresentar a explicação dos mesmos uma vez que a educação e cultura não é similar em todos os visitantes (Miranda 1998).

- A **mensagem** é relevante ao ego na medida em que o indivíduo a entende e sente-se confiante pelos conhecimentos adquiridos, há a sensação de crescimento pessoal. Este facto é representado por um acréscimo ao interesse do visitante (Miranda 1998).
- O **guião lógico** possibilita ao participante uma maior organização das informações e segue uma estrutura conceptual de referência. Se, caso contrário, este guião não estiver bem estruturado o visitante sentirá necessidade de colocar questões ao guia – no caso das visitas guiadas – ou ficará com a sensação de insatisfação pessoal. A distribuição destes guiões ao público possibilita que a este se integre na visita e possa perceber a importância dos pontos de interesse que se seguem (Miranda 1998).
- O **tema interpretativo** deve retratar, sempre, a ideia central da mensagem de modo a que os visitantes se recordem dela com facilidade. Assim, Lewis (1981 *in* (Miranda 1998) indica que todo o tema deve ser construído por frases simples, breves e completas; conter apenas uma ideia; ser específico e interessante/motivador.

Posto isto, e tendo em conta estes cinco aspetos, a rota e os seus percursos contarão com diferentes materiais de apoio. Uma vez que os percursos da Rota poderão ser autoguiados, é importante fornecer uma contextualização ao visitante. Neste sentido surgirá um folheto informativo onde se encontrará as informações sobre a entidade promotora da Rota, as suas parcerias, os contactos telefónicos, dados sobre os diferentes percursos (grau de dificuldade, duração, sinalização...) e respetivos sobre os pontos de interesse.

No entanto, para a estruturação destes, é necessário considerar dois aspetos: o que se pretende alcançar com a sua utilização para a gestão global da área e o que pretende chegar aos destinatários. Os textos, por sua vez, devem estar estruturados do seguinte modo: título; parágrafo de atração (curto e dinâmico de forma a cativar o interesse do leitor); parágrafo principal (onde são retratados mais pormenores do tema); parágrafo de clausura (que se pode destinar a incentivar o visitante a efetuar determinadas ações) (Miranda 1998).

A par dos folhetos, será conveniente deixar ao dispor do participante desta experiência um mapa de cada percurso, onde constam as coordenadas exatas de cada sítio arqueológico, para que a sua orientação seja mais fácil.

Na página *web* da entidade promotora, da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima e/ou da rota é importante que se insira um vídeo promocional e que este esteja disponível para ser partilhado; assim como uma aplicação para o telemóvel que possibilita a compilação de todo este material.

De entre o material de apoio, a Rota estará sinalizada através de placas que serão destinadas a complementar os materiais de apoio supracitados.

4.2.4. Divulgação e promoção

Para o sucesso da Rota de Arte Rupestre do Noroeste é essencial apostar num projeto de marketing bem pensado e estruturado. Primeiramente, é necessário estabelecer comunicação com os residentes para que estes se sintam parte do projeto. Só posteriormente se deve efetuar uma divulgação mais abrangente. Assim sendo, o ideal seria que a divulgação partisse da entidade promotora com o auxílio das autarquias, regiões de turismo e associações de caráter cultural.

Posto isto, seria importante criar uma marca para a rota e, desta forma, criar um logotipo. Para tal, e para que a comunidade se sinta parte do projeto seria conveniente lançar um concurso de criatividade cujo objetivo fosse a criação e a elegibilidade do logotipo. Por conseguinte, seria dada a conhecer aos residentes locais a importância da preservação e salvaguarda do património arqueológico.

Existem inúmeros meios de divulgação, seja eles os mais tradicionais ou os produzidos pelas novas tecnologias:

- Folhetos, brochuras, mapas, publicações (quer em suporte papel como em suporte informático);
- Promoção através do artesanato e das lembranças;
- Promoção a partir das novas tecnologias (*website*; redes sociais; aplicações...);
- Promoção junto dos *media* (jornais, rádios, televisão...);
- Participação em feiras e/ou eventos culturais;

- Promoção através das parcerias (quer a partir da divulgação nas suas páginas *Web* como em suporte papel nas instalações de cada parceria);
- Promoção junto das agências de viagem;
- Promoção através de eventos de carácter científico (mesas redondas, palestras, congressos, seminários...);
- Promoção junto a escolas e colónias de férias;
- Promoção através do Geocache.

Todos os pontos antes são exemplos de uma promoção/divulgação que facilmente abrange o público-alvo devido à sua variedade. No entanto é necessário não esquecer que, para cada público-alvo, se exige um discurso diferente, ou seja, a linguagem que se utiliza para um adulto não poderá ser a mesma que se utiliza para uma criança. O mesmo acontece com a língua, ou seja, uma vez que a rota estaria disponível para estrangeiros seria importante assegurar que os turistas pudessem usufruir dos materiais de apoio e informações mesmo sem conhecimentos da língua portuguesa. Assim, a promoção/divulgação deverá ser feita em várias línguas: português, inglês, francês e espanhol.

É, igualmente, importante a criação de um centro interpretativo, quer como forma de auxílio à rota, quer como forma de divulgação da mesma.

Parece conveniente explicitar a distinção entre «Centro Interpretativo» e «Museu de Sítio». Assim, quando nos referimos ao primeiro, estamos a mencionar um espaço onde são explicadas as realidades mais amplas dos sítios; ao contrário do segundo que requer a existência de uma coleção (Gil 2006). Por outras palavras, a criação deste espaço possibilitaria ao visitante complementar a rota e as suas observações com pormenores mais detalhados relativamente à mesma, assim como aceder a material de apoio à rota e publicações à cerca desta temática.

A «Rota de Arte Rupestre» poderá aproveitar dois Centros interpretativos que já se encontram estabelecidos no território, pois uma vez que a área abrangida já se encontra dotada de infraestruturas não se justifica tal investimento. Estas seriam a Porta do Mezio, em Arcos de Valdevez, a Porta do PNPG, em Lindoso, Ponte da Barca e um pequeno centro interpretativo em Viana do Castelo que se poderia localizar na loja de turismo.

4.2.5. Avaliação da rota

A avaliação da rota deverá conter os dados mais específicos possíveis. Como se trata de um projeto de rota, ainda não é possível apresentar dados concretos com base em estatísticas de qualquer natureza.

Se prendermos a nossa atenção aos métodos estatísticos aplicados ao turismo é evidente que existem fatores a serem limados, ou seja, apesar de os operadores turísticos e as entidades hoteleiras fornecerem aos organismos/agências governamentais e ao sector privado os seus registos, a nível internacional as estatísticas não são uniformes, pois os conceitos turísticos vão variando entre países (Cunha, 2009). Desta forma, Lickorish e Jenkins (1997) citado em Cunha (2009) apontam para a análise e estudo da procura dois aspetos essenciais:

- O volume e valor dos fluxos turísticos;
- Informações sobre o mercado: pesquisa do mercado analisando as preferências e tendências dos consumidores turísticos.

Para as avaliações turística é comum utilizar-se as estatísticas hoteleiras e as entradas no país. Contudo, no caso da rota aqui proposta esses dois métodos estatísticos muito pouco nos ajudaram, pois os percursos da rota podem ser realizados por residentes e/ou visitantes. Deste modo, parece conveniente que a avaliação da rota seja conseguida através de:

- Inquéritos (como sabemos é o método mais eficaz de recolher as informações);
- Atividades que façam as pessoas sentirem-se úteis e importantes, onde a opinião delas seja tida em conta;
- Número de *downloads* das aplicações da rota;
- Número de visitas à sua página *Web*.

Os inquéritos que melhor se adequam a esta situação são os de opinião e fatuais, onde o visitante/turista poderá dar a sua opinião relativamente à rota e seus percursos (grau de acessibilidades; grau de dificuldade...) e os seus dados, os locais por onde passou, as atividades à qual participou, entre outros. Estes inquéritos seriam de livre acesso aquando terminada a rota (tendo em atenção que esta terá quatro locais onde é possível terminar o percurso) (anexo 26).

De entre as atividades propostas pode-se salientar o «Mural do Visitante» onde, no fim de cada percurso, o participante terá ao seu dispor uma máquina fotográfica polaroid para poder colocar o

registo da sua experiência juntamente com uma mensagem para os futuros participantes. No entanto, os que preferirem poderão unicamente deixar a sua “marca”.

Ambos os métodos serão suficientes para que se consiga avaliar a rota em dois fatores: avaliação da qualidade do produto e o perfil do “consumidor”.

O registo dos *downloads* e as visitas à página *Web* não nos dará um número exato de visitas aos percursos da rota, mas certamente ajudará a perceber a média das pessoas que ponderam realizar a experiência e, desta forma, a média de pessoas a que conseguimos chegar através da *internet*.

Em síntese

Dado o potencial da arte rupestre da bacia do Lima como forma de aproximação aos locais “sagrados” do passado e à sua amplitude cronológica o que permitirá uma aproximação às diferentes significações dos sítios, A Rota de Arte Rupestre do Noroeste parece pertinente e necessária, quer em termos de fomentar a identidade local, quer como forma de se valorizar um passado, tantas vezes esquecido, que suscita o interesse e a imaginação da população em geral.

PARTE VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo cultural, como outros tipos de turismo, é um setor em desenvolvimento que serve como alternativa ao turismo de sol e praia, uma vez que este setor turístico representa um mercado «maduro» (Turismo de Portugal 2007). Esta necessidade de ampliar os nichos de turismo está intrinsecamente ligada ao perfil do turista que, de modo geral, é mais instruído e mais curioso. Com a alteração das mentalidades observam-se também a criação de novas condições ao turismo, ou seja, existem mais pausas para férias – apesar destas serem mais curtas – e do desejo por parte dos indivíduos de se manterem ativos durante esse período saindo da sua rotina. Atualmente a oferta turística é muito grande gerando o embaratecimento das tarifas aéreas e a maior mobilidade de pessoas que, conseqüentemente, resulta no crescimento das receitas de cada local de destino. No entanto, é preciso ter presente que a mudança social leva a uma maior exigência por parte do visitante no que diz respeito aos produtos e recursos turísticos.

A Rota da Arte Rupestre do Noroeste surge como forma de reavivar as memórias coletivas, as tradições orais que possam estar associadas aos locais e complementar o património arqueológico do vale do Lima, nomeadamente a arte rupestre. Este projeto é composto por quatro percursos, distribuídos pelos diferentes concelhos: Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo. Na junção de todos os sítios arqueológicos, a rota integra 17 locais: Gião 1, Gião 2, Pedra da Costa 1, Pedra da Costa 2, Bouça do Colado, Chã do Fojo, Chã da Rapada, Vale da Coelheira, Pratinhos de Nossa Senhora, Cavalinho de S. Ovidio, Guarca, Penedo da Moura 1 e 2, Breia 1, Breia 2, Cabeço da Boucinha e Escampadinhos. Para chegar a estes 17 locais foi necessário efetuar prospeção – realizada de janeiro a abril de 2015 – de forma a averiguar os acessos, as condições de conservação e fazer o levantamento fotográfico. Com fase nestas informações foi efetuada uma análise SWOT de cada sítio – 25 sítios arqueológicos – de modo a compreender os que são passíveis de valorizar e o que seria necessário fazer para tal.

Desta amostra de 17 sítios existem 3 que já se encontram valorizados, sendo pontos de interesse de um percurso, nomeadamente: Penedo do Encanto - «PR Penedo do Encanto» - e o Chã da Rapada e Vale da Coelheira - «PR Megalitismo de Britelo». Nestes locais já existe painéis interpretativos, em metal e escritos em português e inglês, e sinalizados em parte do caminho obedecendo as normas da Federação Portuguesa de Campismo.

A implementação desta rota apresenta alguns entraves, tendo como exemplo a falta de estudos científicos em alguns afloramentos gravados, como é o caso da Pedra da Costa 1 e 2, a limpeza das áreas envolventes de forma a abrir caminhos pedestres até aos locais assim como a autorização por parte dos proprietários de alguns terrenos para se poder entrar. Em alguns sítios arqueológicos – Pedra da Costa 1 e 2, Chã do Fojo, Vale da Coelheira, Pratinhos de Nossa Senhora, Guarca e Penedo da Moura 1 e 2 – a vegetação nos meses dedicados ao trabalho de campo encontrava-se densa impossibilitando a totalidade das gravuras.

O público-alvo desta rota são pessoas que tenham como principal motivação a curiosidade e o gosto por desvendar o passado. No entanto, é importante que o visitante esteja consciente que este percurso se insere no meio rural e, por esse motivo, o gosto pela natureza e pela interação com as populações locais deve ser mais uma das suas motivações. A forma de locomoção da rota fica ao critério do visitante, que sendo pessoas diferentes têm gostos divergentes. Poderá ser feita na sua totalidade a pé, sendo destinada a pessoas com uma boa forma física pois é exigente quanto ao seu grau de dificuldade; poderá ser mista, onde o visitante poderá deslocar-se de carro até determinados pontos do percurso e realizar o restante a pé; ou por sua vez de cavalo ou de bicicleta. Estas diferentes formas de deslocação sevem como forma de englobar o maior número possível de visitantes e, desta forma, tentar minimizar a discriminação de pessoas com deficiência motora. É de salientar que esta implementação só pode ser eficaz com o apoio de algumas entidades e empresas de turismo de aventura. Com isto, verifica-se um incentivo à cooperação por parte de entidades, empresas e até mesmo proprietários.

A Rota da Arte Rupestre do Noroeste respeita os princípios de sustentabilidade: económicos e de rentabilidade turística. Dito por outras palavras, este projeto – apesar de não ter algum custo diretamente ligado a ele – poderá dar receitas à região quer pelos seus extras (aluguer de bicicletas, visita a cavalo) como em outras empresas de carácter gastronómico e artesanal. O mesmo ocorre com as entidades hoteleiras uma vez que o número de dormidas poderá sofrer um acréscimo. Por outro lado, estamos a falar de afloramentos rochosos que se caracterizam pela sua durabilidade, apesar destes necessitarem de uma manutenção frequente para evitar o desgaste dos mesmos. No entanto, a rota aqui proposta pode-se ir alargando para outros concelhos e com outros estilos de arte, sendo possível mante-la em constante atualização e, desta forma, não saturar a oferta.

Para consolidar esta rota é necessário estabelecer centros interpretativos de forma a fornecer as informações e todo o apoio necessário aos visitantes. Uma vez que a rota aqui projetada têm diferentes percursos é conveniente proporcionar um sítio de acolhimento nos diferentes concelhos de cada PR ou GR. Uma vez que a região do vale do Lima já conta com alguns centros interpretativos não me parece ser necessário a criação de novos. Assim, o centro interpretativo de apoio à Rota de Arte Rupestre do Noroeste poderá localizar-se na Porta do Mezio, em Arcos de Valdevez, na Porta do PNPG, em Lindoso, e no posto de turismo de Viana do Castelo.

No decorrer desta investigação foram conhecidos alguns entraves, nomeadamente o congestionamento dos caminhos tradicionais devido à vegetação densa, pois a ideia inicial era recorrer a estes caminhos de forma a evitar as estradas nacionais; a falta de memória por parte dos residentes de caminhos e lendas associadas aos afloramentos ou às regiões; a limpeza dos próprios afloramentos e a desertificação de alguns dos sítios, onde foi difícil chegar à fala com residentes, até para recolher fontes orais.

Posto isto, é ainda importante perceber que este trabalho foi idealizado para valorizar a arte rupestre do vale do Lima e que se encontra inserido num projeto maior denominado de Rota da Arte Rupestre do Noroeste que se pretende estender do Minho ao Vouga. Para a criação desta rota é necessário encontrar uma entidade promotora e, desta forma, conseguir parcerias para dar continuidade aos trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA

- Acosta, Pilar. 1968. *La Pintura Rupestre Esquemática en España*. Memórias del Seminario de Prehistoria y Arqueologia de la Universidad de Salamanca. Salamanca: Universidade de Salamanca.
- Alexandre, José Alberto. 2001. *O Turismo em Portugal: A Evolução e Distribuição*. Universidade de Aveiro
- Alves, Lara. 2013a. “Santuário Pré-Histórico do Gião, Cabana Maior, Arcos de Valdevez.” In A. M. S. Bettencourt (ed.), *A Pré-História Do Noroeste Português*, Braga/Tomar: ARKEOS36, 155–161.
- . 2013b. “Gravuras Rupestres da Bouça do Colado/ Penedo do Encanto, Lindoso, Ponte da Barca.” In A. M. S. Bettencourt (ed.), *A Pré-História do Noroeste Português*, Braga/Tomar: ARKEOS36, 201-206.
- AMB & Veritas. 2001. *Estudos de Impacte Ambiental do IC1 lanço Viana do Castelo/Vila Praia de Âncora*, AMS Análise e Consultadoria Arqueológica Ld^a, Coimbra. Documento policopiado.
- . 2003. *Relatório de Conformidade Ambiental de Projecto de Execução Ambiental do IC1 REPAPE. A28/IC1 – Viana do Castelo/Caminha Troço Sul Viana do Castelo/Riba de Âncora e Ligação Riba de Âncora/ Vila Praia de Âncora, Anexo VI – Património*, AMS Análise e Consultadoria Arqueológica Ld^a, Coimbra. Documento policopiado.
- . 2007. *Intervenção arqueológica preventiva no Castro do Vieito*, AMS Análise e Consultadoria Arqueológica Ld^a, Coimbra. Documento policopiado.
- Arantes, José. 1985. *Breve Inventário Artístico*. Ponte da Barca: Câmara Municipal de Ponte da Barca.
- Araújo, J., Nogueira J., Alonso J., Santos J., Sousa M., Dias M. e Oliveira E. 2002. *O Mar, O Rio e a Montanha; Passeios no Vale Do Lima*. VALIMA: Ponte de Lima.
- “Arcos de Valdevez.” 2014. *Breve Apresentação Histórica do Concelho*. <http://www.cmav.pt/ver.php?cod=0E0B0D>. Acesso 20 Dezembro.

- “Arcos de Valdevez Um Ambiente Acolhedor.” 2015. Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
<http://www.cmap.pt/ver.php?cod=OCOC>. Acesso 18 Fevereiro.
- Ballart, Josep e Jordi, Juan Tresserras. 2001. *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- Baptista, António. 1980. Introdução ao Estudo da Pré-História do Noroeste Peninsular. As Gravuras do Gião. *Minia 3*, 2ª série, nº 4, 80-100.
- . 1981. “A Arte do Gião.” *Arqueologia 3*, 56-66.
- . 1983-84 “Arte Rupestre Do Norte de Portugal: Uma Perspectiva.” *Portugália*, 4-5, nova série, 71-86.
- . 1986. Arte Rupestre Pós-Glaciária. Esquematismo e Abstração, In Carlos Almeida (coord.), *História da Arte em Portugal*, Vol.1, Lisboa: Alfa, 31–55.
- . 1986. Adenda à notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1-D (Arcos de Valdevez), *Terra de Val de Vez*, 97-116.
- Bettencourt, Ana M. S. 2009. “Entre os Montes e as Águas: ensaio sobre a percepção dos limites na Pré-História da faixa costeira entre o Minho e o Lima (NW Português)”. In A.M.S. Bettencourt e Lara Alves (eds.), *Dos Montes, das Pedras e das Águas - Formas de Interação com o Espaço Natural da Pré-História à Actualidade*, Braga: CITCEM, 131–162.
- . 2013a. “Gravuras Rupestres da Chã Da Rapada, Britelo, Ponte da Barca ” In A.M.S. Bettencourt (ed.), *A Pré-História do Noroeste Português*, Braga/Tomar: ARKEOS36, 162–168.
- . 2013b. “Gravuras Rupestres da Breia, Cardielos, Viana do Castelo” In A.M.S. Bettencourt (ed.), *A Pré-História do Noroeste Português*, Braga/Tomar: ARKEOS36, 207–215.
- . 2014. “Pratos da Senhora/Pratinhos de Nossa Senhora ” In A.M.S. Bettencourt e E. Abad-Vidal (eds.), *CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org)

- Bettencourt, Ana M. S. ; Amorim, Maria João; Mendes, Sílvia; Nogueira, Cristina e Simões, Pedro P. 2014. "Escampadinhos." In A.M.S. Bettencourt e E. Abad-Vidal (eds.), *CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre Do Noroeste Português* (www.cvarn.org).
- Bradley, Richard. 1997. *Rock Art and the Prehistory of Atlântic Europe: Signing the Land*. London: Routledge.
- Braga, Teófilo. 2006. *Pedestrianismo e Percursos Pedestres - Manual de Formação*. Pico da Pedra: Amigos dos Açores - Associação Ecológica.
- Cadima, José; Vareiro, Laurentina; Fabeiro, Carmen e Xulio Blas. 2005. "Importância da celebração de eventos culturais para o turismo do Minho-Lima - Um caso de estudo." In *XI Congresso da APDR - O Papel das Universidades no Desenvolvimento das Regiões*. Faro: APDR, 61-76.
- Caldas, Eugénio. 1994. *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo*. Arcos de Valdevez: Verbo.
- Cardoso, Daniela. 2014. *A Arte Atlântica do Monte de S. Romão (Guimarães) no Contexto da Arte Rupestre Pós-Paleolítica da Bacia do Ave - Noroeste Português*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Tese de Doutoramento – documento policopiado).
- Carvalho, Paulo. 2010. "Turismo Cultural, Património e Políticas Públicas de Territórios Rurais de Baixa Densidade: Eixos Vertebradores de Revitalização e de Construção de Novas Identidades". In Maria da Graça Santos (ed.), *Turismo Cultural Territórios e Identidades*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria e Edições Afrontamento.
- "Citânia de Santa Luzia." 2015. *Câmara Municipal de Viana do Castelo*. <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/citania-de-santa-luzia>. Acesso 10 Janeiro.
- Crespo, José. 1957. *Monografia de Viana Do Castelo*. Câmara Municipal Viana do Castelo.
- Cunha, Licínio. 2009. *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Diário da República*, Decreto-Lei n.º 54/2002. I série-A, nº 59. 11 de Março de 2002.

- Dinis, Calderon. 1950. *Minho: Viana do Castelo e seu Distrito*, Coleção de Turismo 15. Lisboa: Editorial Publicações Turísticas.
- Dórdio, Paulo. 1995. "Gravuras Rupestres da Chã do Vale da Coelheira." *Monumentos.pt*.
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3546.
- Duran, Jean Y. 2006. "Patrimónios/patrimônios". In *A Função Social do Museu*, Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre, 41–53.
- EMBRATUR. 2006. "Bases Para o Desenvolvimento do Turismo Cultural". In Tânia Brizolla (ed.), *Turismo Cultural: Orientações Básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 15–29.
- Fernandes, Isac; Figueiredo, Heloísa; Hilton, Junior; Sanches, Salvador e Brasil, Ângela. 2014. "Planejamento Estratégico: Análise Swot". Três Lagoas: Faculdades Integradas de Três Lagoas.
- Ferreira, Luís; Aguiar, Lídia e Pinto, Jorge. 2012. Turismo cultural, itinerários turísticos e impactos nos destinos. *Revista Cultur*, ano 6, n. 02, 109-126.
- Ferreira, A. B. 2005. Formas de relevo e dinâmica Quaternária, *Geografia de Portugal - o ambiente físico*. Lisboa: Circulo dos Leitores, 148-180.
- Fontes, Luís. 2011. Arqueologia, Povoamento, Construção de paisagens serranas. O Termo de Lindoso, na Serra Amarela. Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento – documento policopiado).
- Figueiredo, Sofia. 2013. *A Arte Esquemática do Nordeste Transmontano: Contextos E Linguagens*. Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento – documento policopiado).
- Gil, Amalia Pérez-Juez. 2006. *Gestión del Patrimonio Arqueológico: El yacimiento como recurso turístico*. 1.ª edição. Barcelona: Editorial Ariel.
- Gonçalves, César; Valles, Ricardo; Benjamim, Susana; Costa, Maria; Santos, Vera; Fonte-Santa, António; Serras, Rita; Azevedo, Filipe e Baptista, João. 2014. *Desafios do Turismo em Portugal 2014*. Lisboa: PWC, 1-64.

- Henriques, Eduardo. 2010. *“Itinerários Turísticos Temáticos e Património: Questões Críticas para um Turismo Responsável e Humanista”* In Maria da Graça Santos (ed), *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*, Leiria: Instituto Politécnico de Leiria e Edições Afrontamento, 221–234.
- “História E Património.” 2015. *Câmara Municipal de Ponte da Barca*.
<http://www.pontedabarca.com.pt/ver.php?cod=010B0A>. Acesso 18 de Fevereiro.
- Lima, Cristina. 2011. *Turismo Cultural: À Descoberta do Castro de Sto Estevão da Facha: um Percorso Pedestre no Caminho Português de Santiago*. Braga: Universidade do Minho. (Dissertação de Mestrado - documento policopiado).
- Lima, Susana e Partidário, Maria. 2002. *Novos Turistas e a Procura da Sustentabilidade: um Novo Segmento de Mercado Turístico*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia.
- Loureiro, Luís. 2014. *Guarca/Gauarca*. In A.M.S. Bettencourt e E. Abad-Vidal (eds.), *CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (http://www.obiu.org/cvarn/pdf/g_249.pdf).
- Maia, Sara Vidal. 2011. *As Rotas como Estratégia Turística: Percepção de Benefícios e Obstáculos na Constituição de Rotas Museológicas na Região de Aveiro*. In José António Águas; Paulo Ribeiro e Filipa Perdigão Santos (eds.), *Book of Proceedings of International Conference on Tourism & Management Studies*, Vol. I, Aveiro: Universidade de Aveiro, 672–682.
- Marques, Maria Olinda. 2005. *Turismo E Marketing Turístico*. CETOP.
- Marques, Vitor Carvalho. 2011. *Turismo Cultural em Guimarães: o Perfil e as Motivações do Visitante*. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado – documento policopiado).
- Martins, Andrea. 2006. Gravuras rupestres do Noroeste Peninsular: a Chã da Rapada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9, (1), 47-70.

- Masseno, M. 2008. Direito do Turismo: apontamentos para uma identificação. In Livia Gusmão (ed.) *Estudos do direito do Turismo - perspectivas do direito comparado europeu e latino-americano*. Instituto Brasileiro de Ciências e Direito do Turismo, 287-295.
- Medeiros, Isabel. 1970. "Arcos de Valdevez. Estudo de Geografia Urbana de Uma Vila do Alto Minho", *Finisterra*, 5, (10), 205 - 244.
- Miranda, Jorge Morales. 1998. *Guia Práctica para la Interpretación del Patrimonio: El arte de acercas el legado natural al publico visitante*. 1ª ed. Sevilha: Junta de Andalucia: Difusión.
- Moura, José. 2005. Plano de Marketing: Análise SWOT. Braga: Universidade do Minho. (Relatório de Estágio – documento policopiado).
- Moreira, Carla 2006. "O Entendimento do Património no Contexto Local". *OPPIDUM* 1, 127 - 140.
- Mota, Mécia e Cadima, José. 2010. "Os Desafios da Criatividade no Contexto do Turismo Cultural em Ponte de Lima." In *XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Associação Portuguesa de Geógrafos, Associação de Geógrafos Espanhóis e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CD-ROM, 24 págs.
- Nabais, José Casalta. 2010. *Introdução ao Direito do Património Cultural*. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina.
- Neto, Vítor. 2013. *Portugal Turismo - Relatório Urgente*. Editor: Bnomics.
- Oliveira, Ana; Lopes, Isabel; Cunha, Maria e Almeida, Nuno. 1991. *Vale Do Lima... Uma Região de Futuro*. Amarante: Gráfica do Norte.
- Paço, Afonso do & Quesano, A. P. 1956. "Digressões Arqueológicas pelo Alto Minho". *Arquivo do Alto Minho*, 6, 31-55.
- Pinheiro, António. 2012. *O Perfil Do Turista no Destino da Rota do Românico*. Braga: Universidade do Minho. (Dissertação de Mestrado – documento policopiado).
- Ponte de Lima*. 2015. Câmara Municipal de Ponte de Lima. Acesso 18 de Fevereiro. <http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=OL>.

- Ponte de Lima. Terra Rica da Humanidade*. 2008. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima
- PR Megalitismo de Britelo*. 2015. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
<http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pnpg/pr-meg-britel>. Acesso 10 de Janeiro.
- PR Mezio*. 2015. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
<http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pnpg/pr-mezio>. Acesso 10 de Janeiro.
- PR Penedo do Encanto*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
<http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pnpg/pr-pened-encant>. Acesso 10 de Janeiro.
- Proença, Sara Isabel Azevedo. 2005. *A Importância do Turismo no Crescimento Económico Regional em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Reis, Roberto. 2013. “As Recriações Históricas em Portugal - Perspectivas e Impactos”. In *Turismo e Cultura - Destinos e Competitividade*, Coimbra, 297–335.
- Ribeiro, J. Cadima; Remoaldo, Paula Cristina e Mécia Mota. 2011. “Alto Minho: Destino de Turismo Cultural?” *Estudos Regionais* (5), II série, 205–215.
- Rocha, Ana Paula. 2013. *O Vale do Lima e as Terras de Geraz: Património Arqueológico, Paisagístico e Turismo*. Edições Colibri.
- Rodrigues, Alda. 2014. “Vale Da Coelheira/Chã Do Vale Da Coelheira.” In A.M.S. Bettencourt e E. Abad-Vida, *CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre Do Noroeste Português* (http://www.obiu.org/cvarn/pdf/g_195.pdf.)
- Ronchi, Mike. 2006. *Entendendo o Segmento*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Sanches, Maria de Jesus. 2003. *Escrever na paisagem – sentido para as “artes rupestres”*. In Vítor Oliveira Jorge (ed.), *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*. Porto: Universidade do Porto
- Santana, A. 1997. *Antropología y Turismo*. Barcelona: Ariel.

- Santos, Ana. 2014. *A Laje da Churra (Paço, Carreço, Viana do Castelo) : Estudo Monográfico de um Lugar Gravado*. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado – documento policopiado).
- Silva, Andréia; Silva, Natália; Barbosa, Valéria; Marcelo, Henrique e Baptista, José. 2011. “A utilização da Matriz Swot como ferramenta estratégica - um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo.” In *VIII Seget. Simposio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, ANPAV. cetir.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf
- Silva, António J. M. 2014a. “Vieito.” In A.M.S. Bettencourt e E. Abad-Vidal (eds.). *CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).
- . 2014b. “Piotinha 3.” In A.M.S. Bettencourt e E. Abad-Vidal (eds.), *CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).
- Silva, António J. M. 2012. *Vivre au-delà du fleuve de l’Oubli. Portrait de la communauté villageoise du Castro do Vieito au moment de l’intégration du NO de la péninsule ibérique dans l’orbis Romanum (estuaire du rio Lima, NO du Portugal)*, British Archaeological Reports . S 2342, Oxford: Aechaeopress.
- Sousa, Lúcia. 2014. Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado – documento policopiado).
- Turismo de Aventura: Orientações Básicas*. 2010. Brasília: Ministério do Turismo. 3ª edição.
- Turismo de Portugal. 2006. Touring Cultural e Paisagístico: 10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Ministério da Economia e Inovação.
- . 2007. *Plano Estratégico Nacional do Turismo: para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Lisboa: Ministério da Economia e Inovação.
- Plano Estratégico Nacional de Turismo 2011. Propostas para revisão no horizonte 2015 - Versão 2.0*. Turismo de Portugal I.P. Ministério da Economia e Inovação.

Ulrich, D. 2002. Os campeões de recursos humanos: inovando para obter os melhores resultados. 7.ed. São Paulo: Futura.

Valdez, Joana. 2010. *A Gravura na Arte Esquemática do Noroeste Peninsular - O Caso do Monte de Góios (Lanhelas, Caminha)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado – documento policopiado).

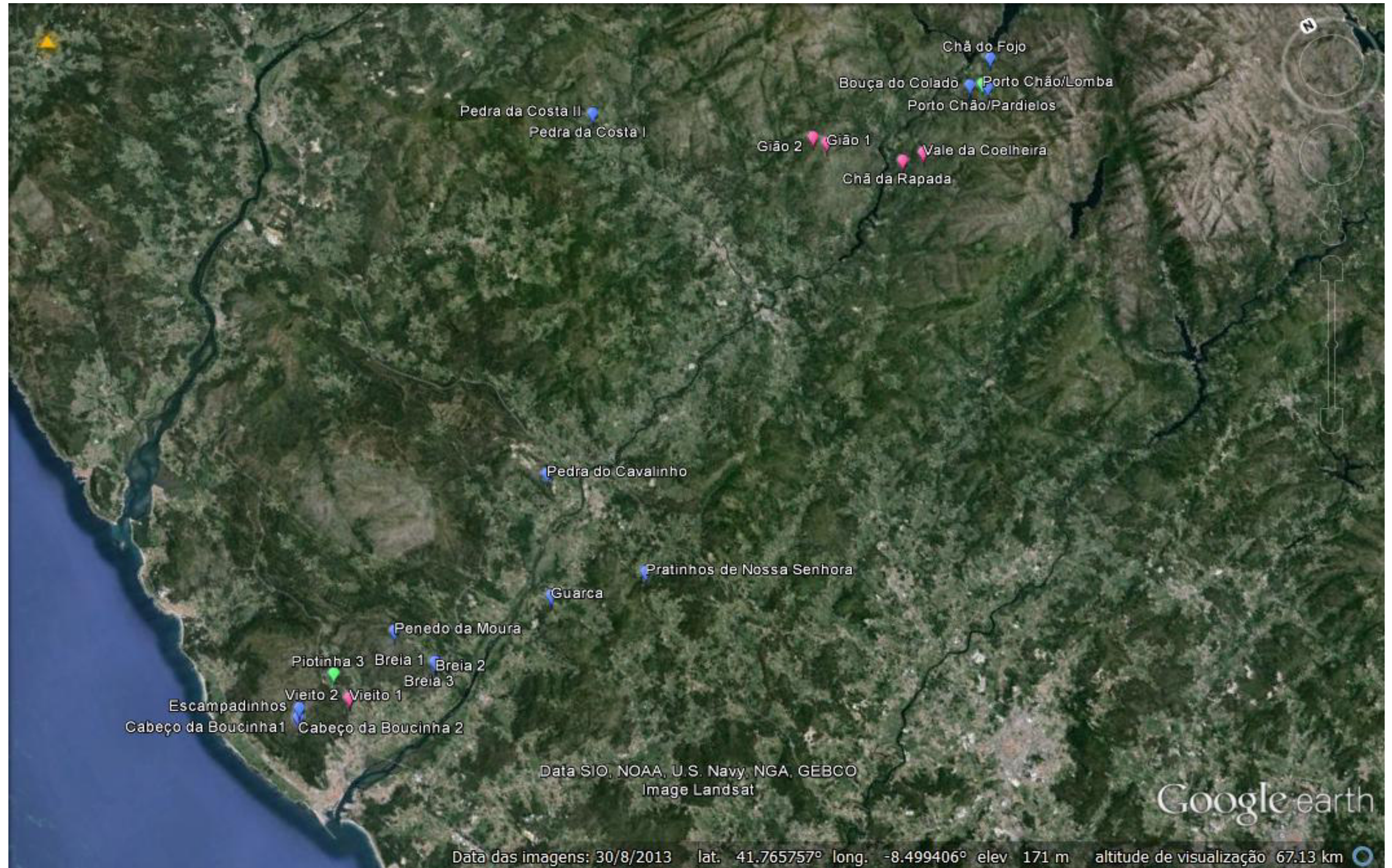
Valdez, Joana e Oliveira, Lucinia. 2005. “A Arte Rupestre Da Citânia de Briteiros - O Penedo Dos Sinais, Um Caso Atlântico.” *Revista de Guimarães* 115/116, 51 - 92.

Vale do Lima. 2013. Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima. <http://www.valedolima.com/PT/valelima.html>.

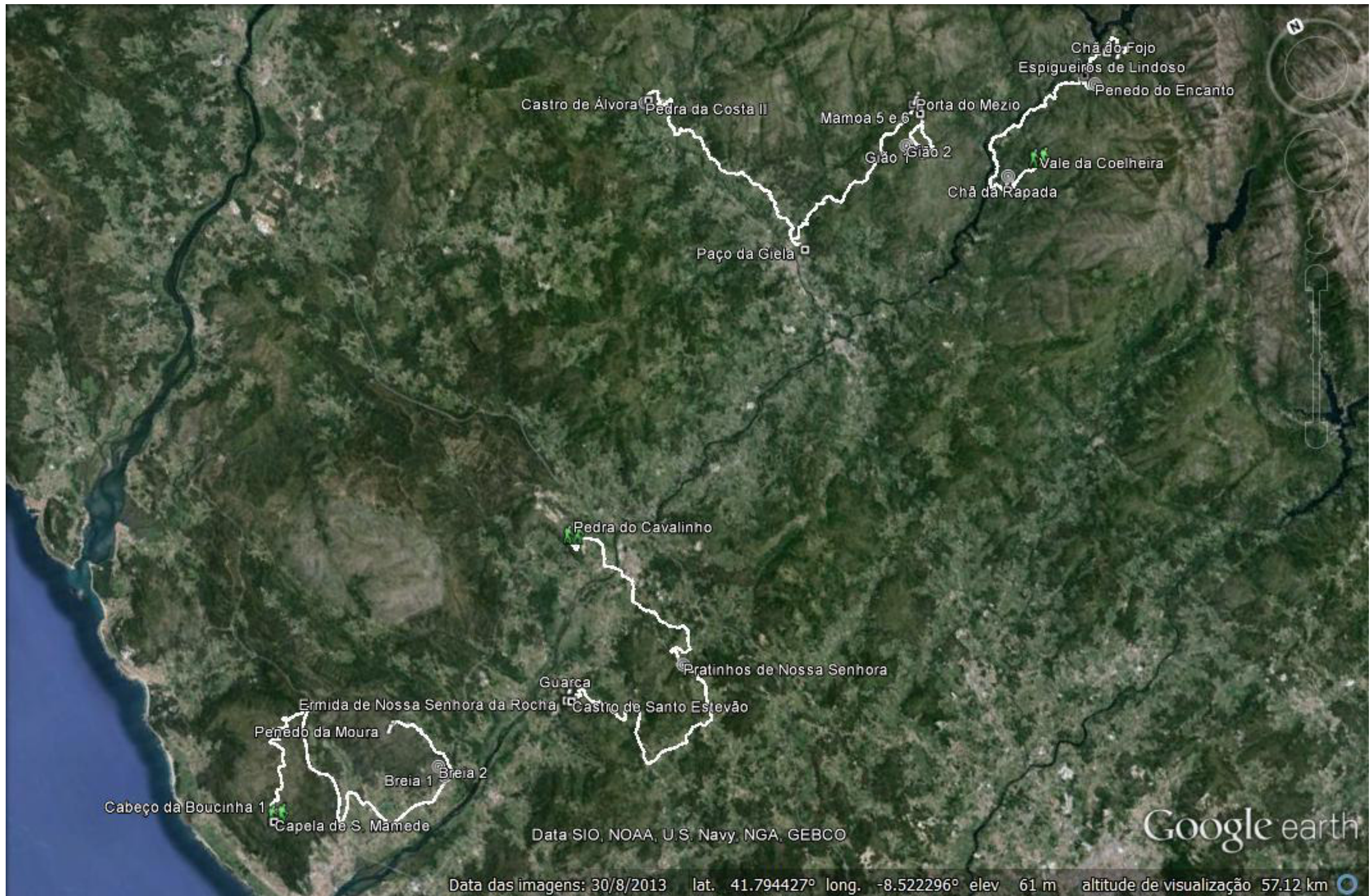
Viana do Castelo. 2015. Câmara Municipal de Viana Do Castelo. <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/apresentacao>. Acesso 18 Fevereiro.

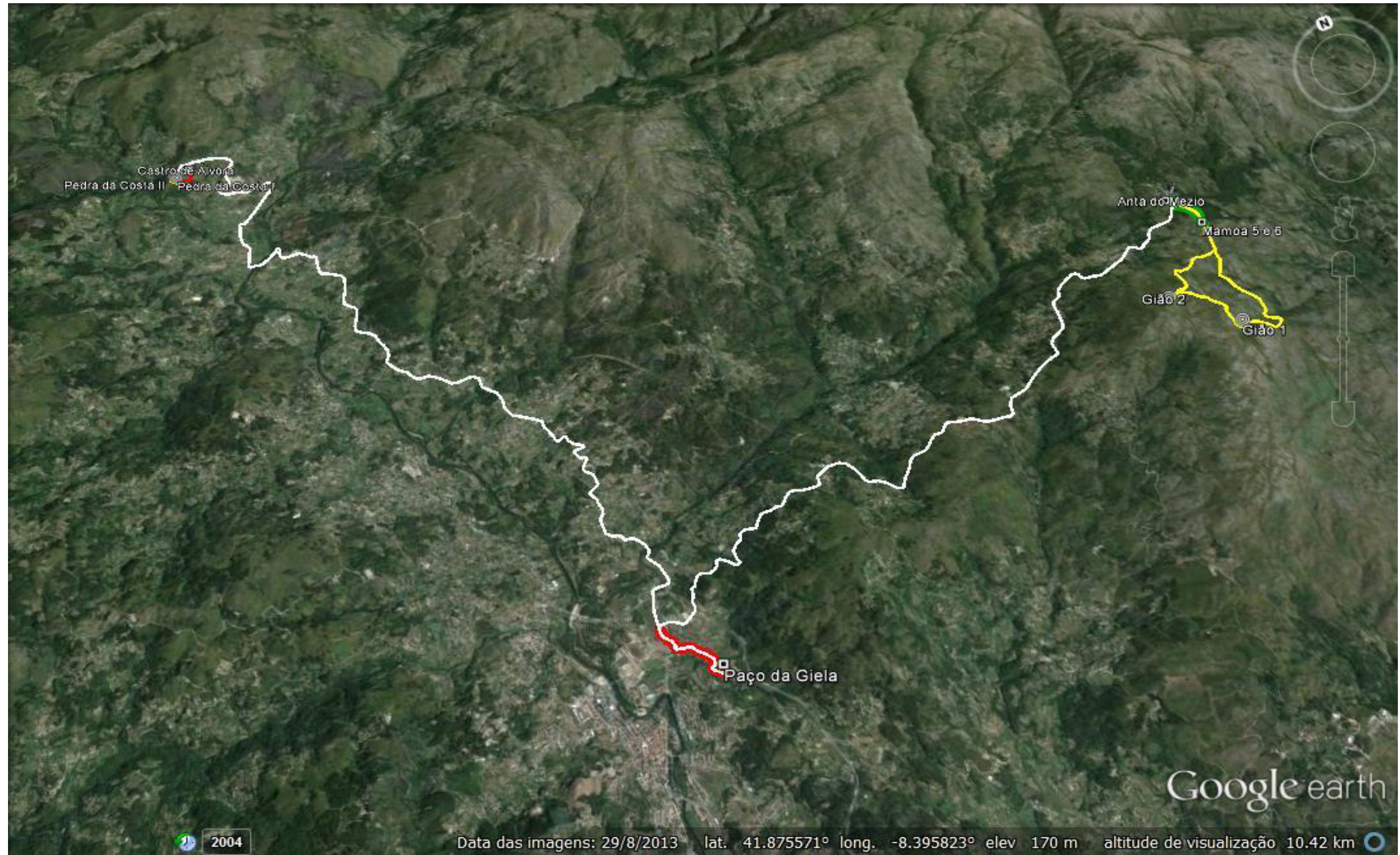
Visitantes - Estatísticas. 2015. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-rnap>. Acesso 10 Janeiro.

ANEXOS

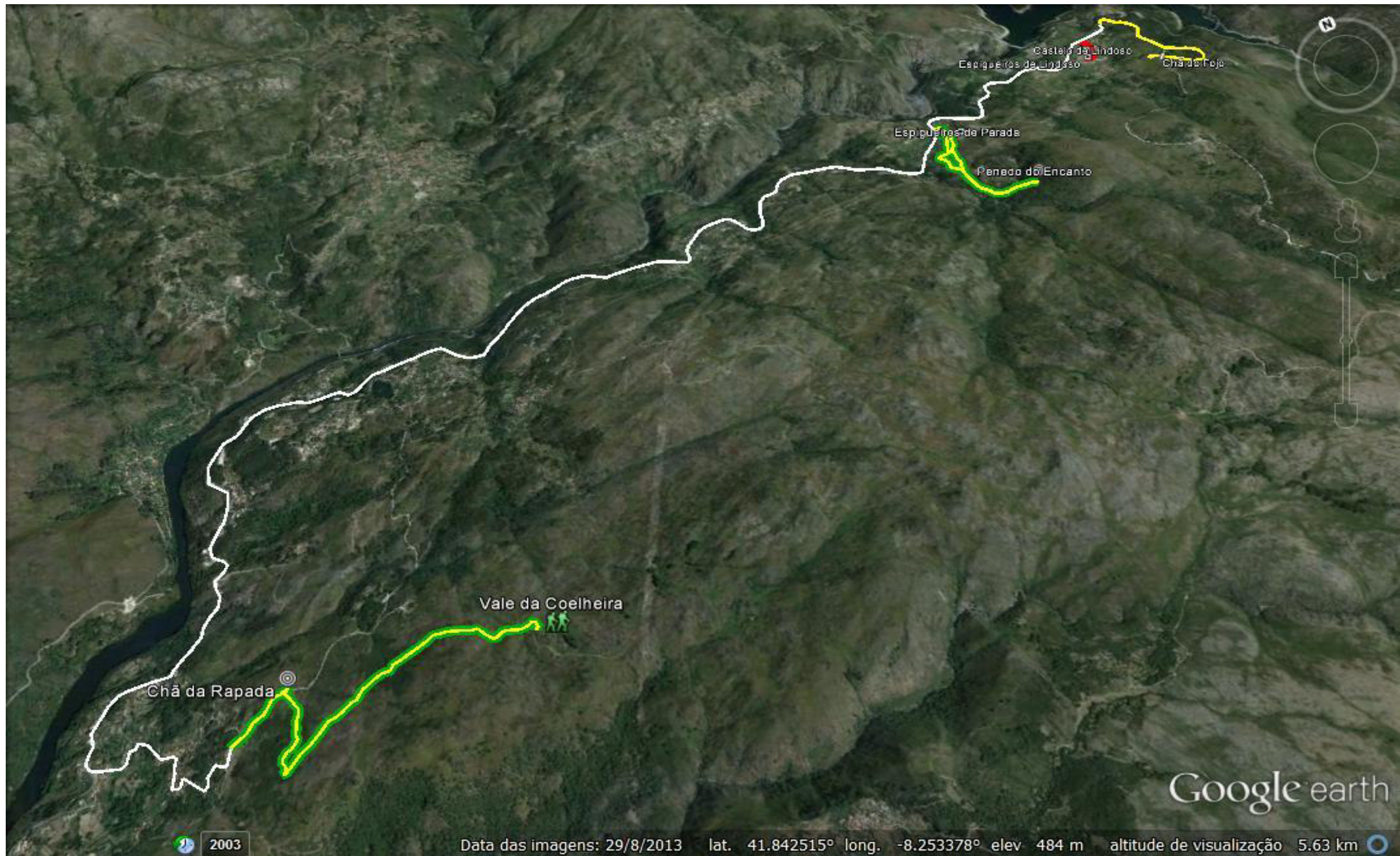


Azul – Arte Atlântica; Rosa – Arte Esquemática; Verde- Indeterminados

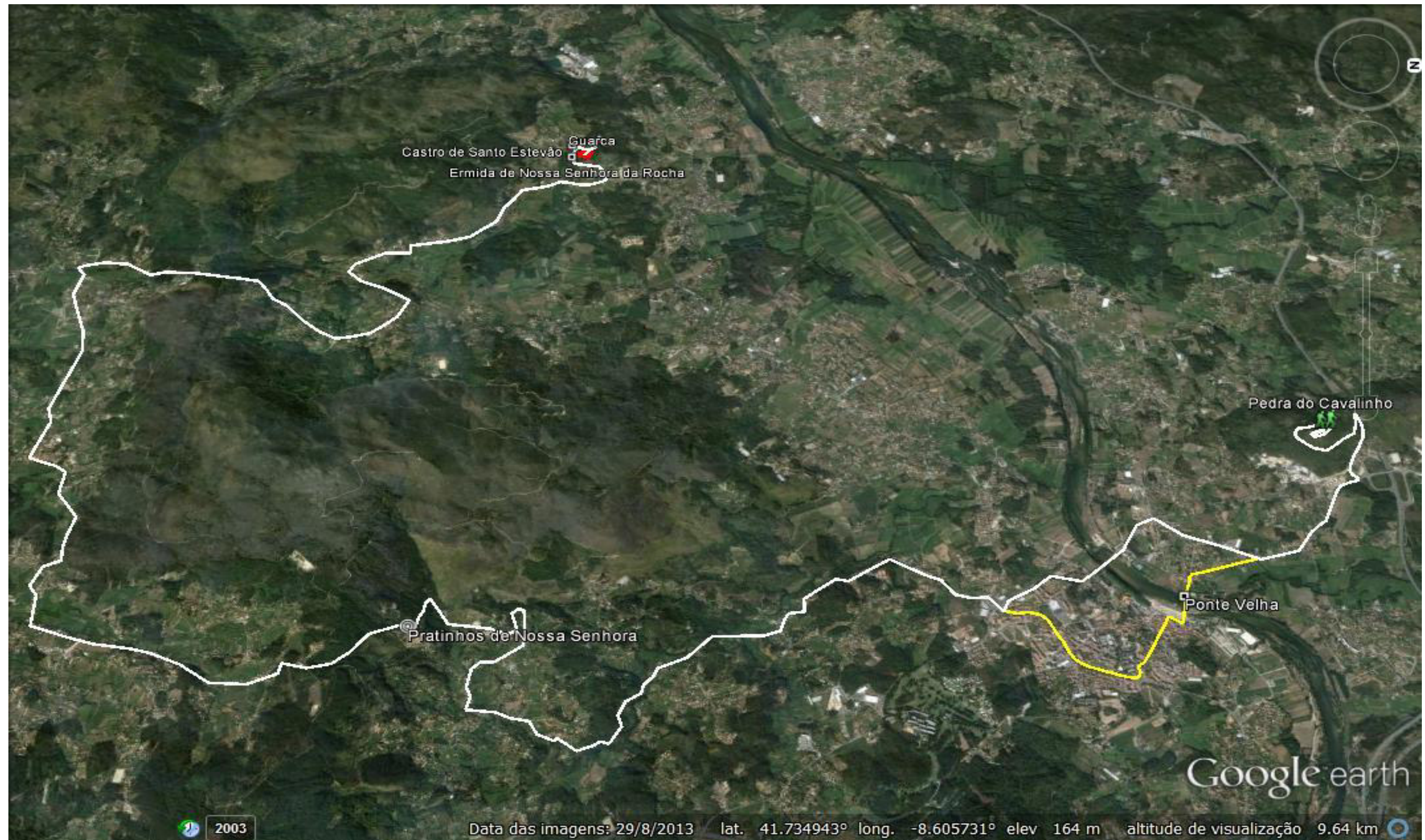




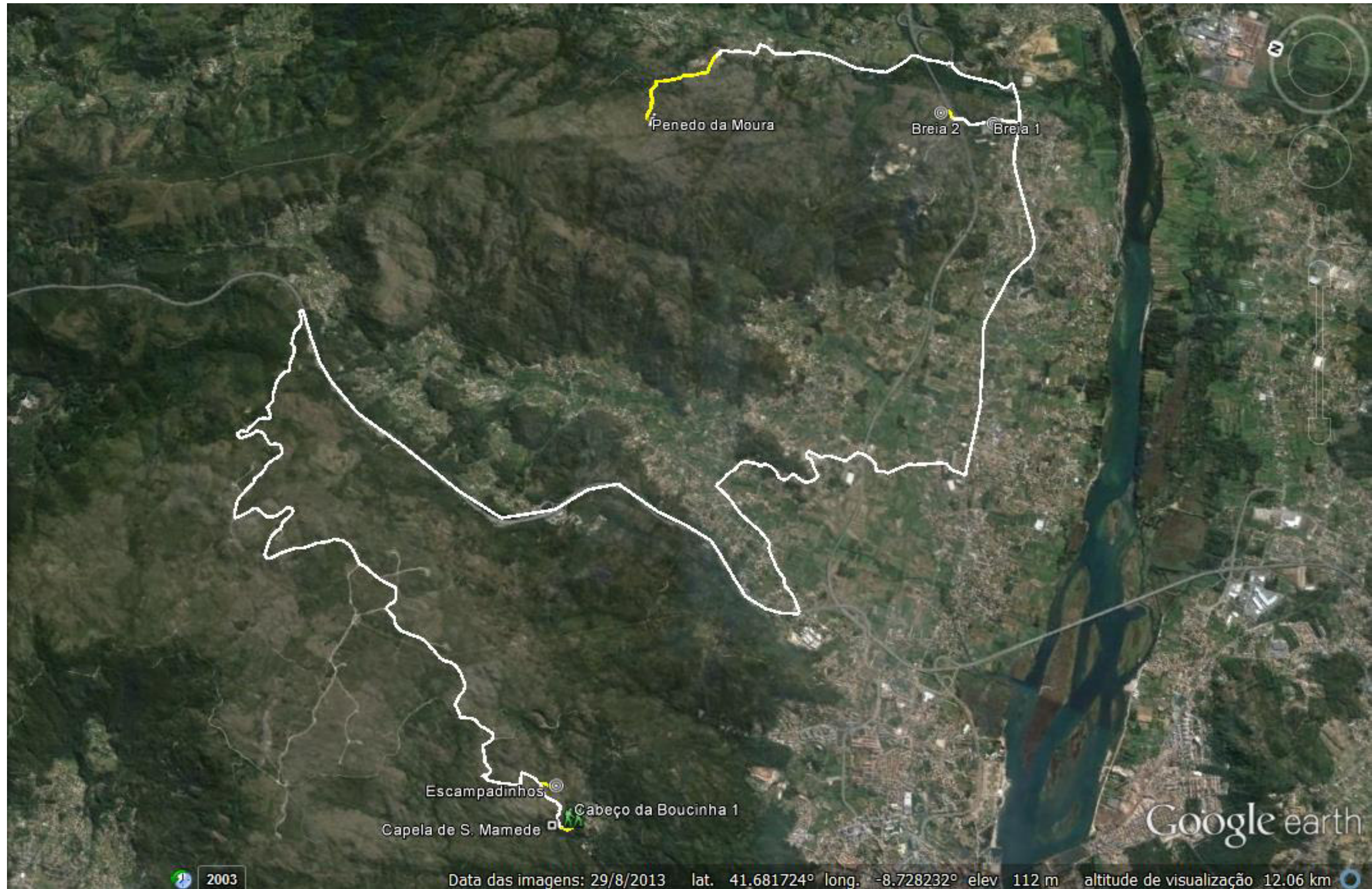
— Trajeto do Percurso da Rota da Arte Rupestre — Trajeto opcional para o visitante — Trajeto coincidente com o trilho existente — Percurso a pé



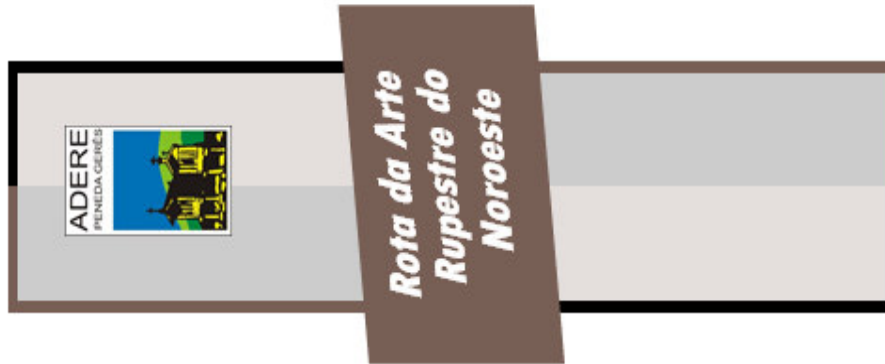
— Trajeto do Percurso da Rota da Arte Rupestre — Trajeto opcional para o visitante — Trajeto coincidente com o trilho existente — Percurso a pé



— Trajeto do Percurso da Rota da Arte Rupestre — Trajeto opcional para o visitante — Percurso a pé



— Trajeto do Percurso da Rota da Arte Rupestre — Percurso a pé



LISTA DOS PERCURSOS DA ROTA DA ARTE RUPESTRE DO NOROESTE*

- Percurso 1—Arcos de Valdevez
- Percurso 2—Ponte da Barca
- Percurso 3—Ponte de Lima
- Percurso 4—Viana do Castelo

*Para os interessados em fazer o percurso a cavalo ou de bicicleta e que necessitem de equipamento deve contactar a ADERE Peneda-Gerês para o efeito.

ADERE-Peneda-Gerês
 Central de Reservas—Regiões do Parque
 Nacional da Peneda-Gerês
 Largo da Misericórdia, 10
 4780 Ponte da Barca
<http://www.adere-pg.pt>

SINALIZAÇÃO

A «Rota da Arte Rupestre» é marcada segundo as normas da Federação Portuguesa de Camionismo. Apesar da existência de sinalização é aconselhável o acompanhamento de um guia para um melhor esclarecimento dos pontos de interesse.

Descrição da Rota

A Rota da Arte Rupestre é composta por quatro percursos. Estes estão divididos por quatro concelhos e podem ser feitos de diferentes formas: a pé, de carro (até determinados pontos), de bicicleta ou de cavalo. Esta Rota dá a conhecer a arte rupestre de tradição esquemática e atlântica envolta em bonitas paisagens e possibilita ainda o contacto com os animais.



Ficha Técnica da Rota

Nome da Rota: Rota da Arte Rupestre


Tipo de Rota: Histórico-Cultural

Recomendações: Utilize roupa confortável e botas de montanha.


LISTA GERAL DE PERCURSOS PEDESTRES

- Trilho da Peneda
- Trilho da Ermida
- Trilho do Penedo do Encanto
- Trilho da Calceolónia
- Trilho do Mezio
- Trilho das Brandas


Percurso Pedestre



Promovido



Recomendado

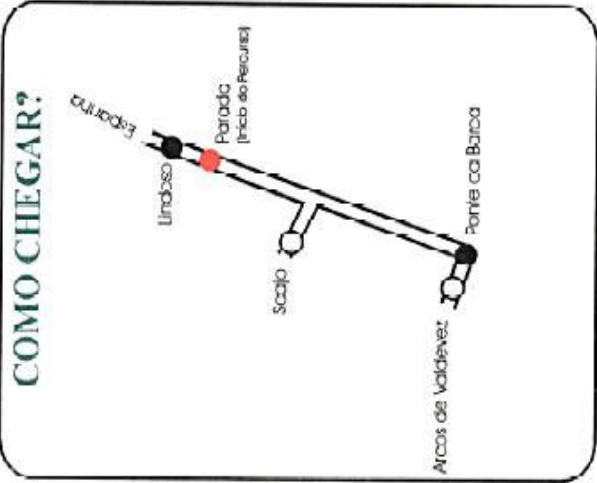


Homologado

INFORMAÇÕES


ADERE - Peneda-Gerês
 Central de Reservas - Regiões do Parque Nacional da Peneda -Gerês
 Largo da Misericórdia, 10
 4980 Ponte da Barca
 Telef. 058 - 452 450/250
<http://www.ader-e-pg.pt>

COMO CHEGAR?



SINALIZAÇÃO

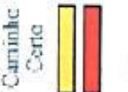
O "Trilho do Penedo do Encanto" é um percurso pedestre de pequena roa (PR), marcado segundo as normas da Federação Portuguesa de Campeismo. Contudo, aconselhamos a companhia do respectivo guia reconhecido pelo Instituto de Turismo de Portugal, que proporciona e para garantir a segurança de caminhar.




Placa de indicação de início do Percurso.




Caminho Certo



Caminho Errado




Virar à Direita





Virar à Esquerda

O "G" (cor amarela) significa que é aconselhável o Percurso com Guia.



CENTRAL DE RESERVAS
 Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Trilho do Penedo do Encanto

PR

Percurso Pedestre de Pequena Rota Sinalizado ou concluído por um Guia Recomendado pelo FNPG

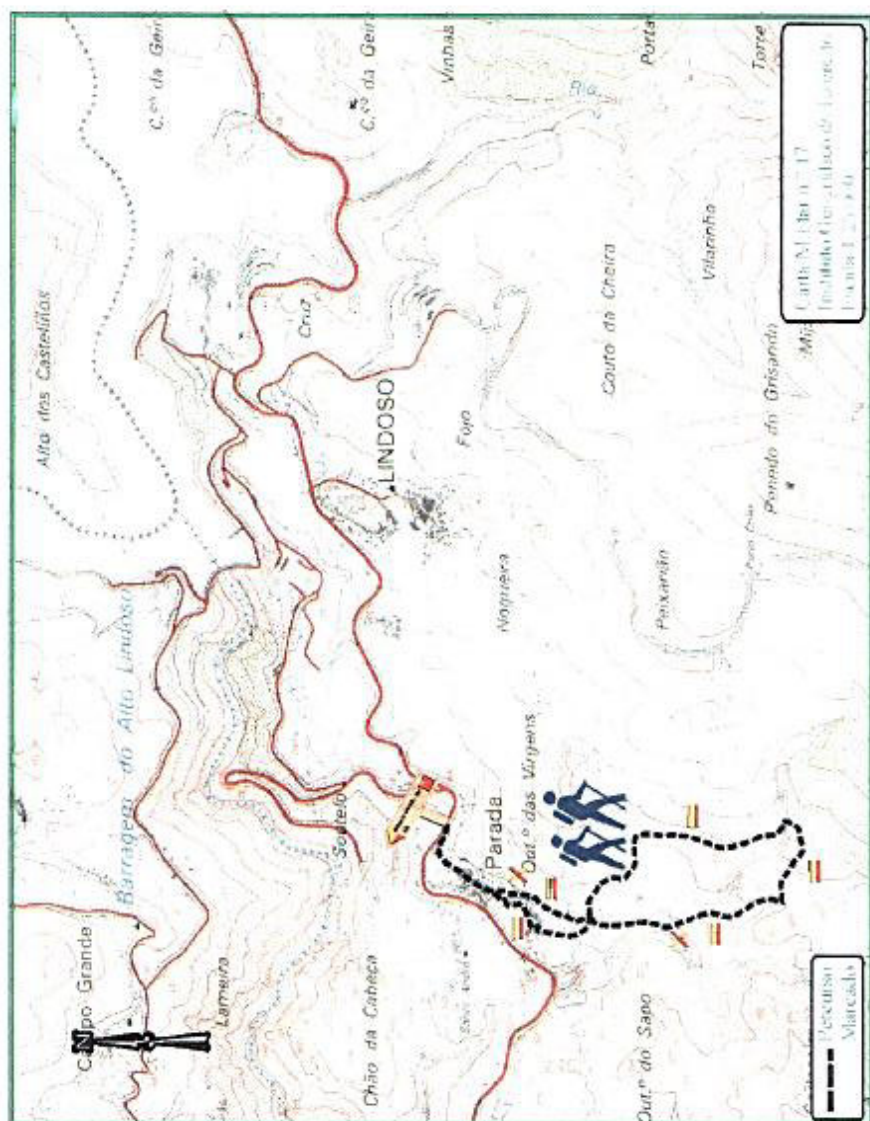
DESCRIÇÃO DO PERCURSO PEDESTRE

O "Trilho do Penedo do Encanto" é um percurso denominado de Pequena Rota (PR). Trata-se de um circuito fechado, em que o ponto de partida localiza-se na última entrada para o aldeamento de Parada, lugar da freguesia barquense de Lindoso, junto à estrada N-203 que liga Ponte da Barca à fronteira de Lindoso.

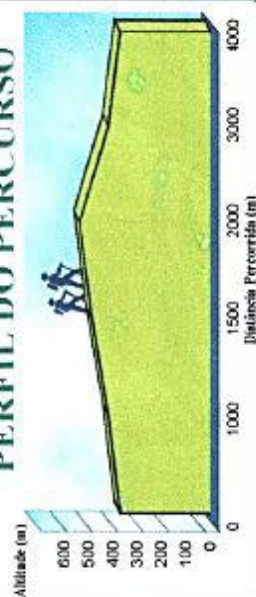
Este pequeno percurso, de âmbito histórico-cultural, desenrola-se na sua totalidade no aldeamento de Parada. Aqui podemos observar, percorrendo os seus caminhos medievais, as típicas casas que ainda mantêm a rústica traça alto-minhota e um conservado núcleo de espigueiros centenários de grande valor patrimonial. Seguindo as marcações de cor amarela e vermelha que se destacam na paisagem, rica em espécies folhosas como o carvalho e o sobreiro, podendo ainda sobressair alguns azevinhos, somos propositadamente lançados para as imediações daquele lugar. No interior da floresta e rodeado por muros de pedra solta, dirigimo-nos a um conjunto de gravuras rupestres da Idade do Bronze, trabalhadas em oito rochas, das quais se destaca a mais importante, apelidada de "Penedo do Encanto". Depois de visitarmos este bellissimo monumento que testemunha a remota presença do homem nestas terras do vale do Lima, seguimos caminho e após cerca de 1 km encontramos-nos novamente no bucólico povoado de Parada.

Este percurso caracteriza-se pelo tipo de relevo, onde os declives são muito pouco acentuados e as cotas rondam os 500 metros de altitude; pela abundância de ribeiros e regatos e pelo seu forte conteúdo humanizado.

Se não for acompanhado pelo Guia, preste muita atenção às marcações e não saia do trilho marcado e sinalizado. Guarde o máximo cuidado nos dias de nevoeiro e/ou de neve, uma vez que as marcações podem encontrar-se ocultas.



PERFIL DO PERCURSO



FICHA TÉCNICA DO PERCURSO

Nome do Percurso: Trilho do Penedo do Encanto
 Nome do Guia: Guia@alho.com
 Contacto do Guia: Vitor@alho.com
 Tipo de Percurso: Histórico-Cultural
 Distância Percorrida: 4 km
 Duração do Percurso: cerca de 2 horas
 Grau de Dificuldade: Muito Fácil
 Nº de Homologação e Registo:
 Recomendações: Utilize sempre botas de montanha, impermeável e um chapéu. Evite andar sozinho na montanha.



Lapa da Moura

A necrópole megalítica de Britelo

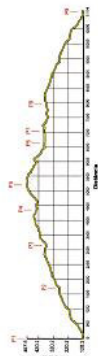
Os monumentos funerários megalíticos marcam o início da fixação do homem na zona montanhosa e planáltica do Parque Nacional da Peneda-Gerês. No sítio de Britelo, encontram-se os restos de monumentos da pré-história recente, isolados ou agrupados em recintos (cemitérios), surgem aqui sob forma de antas (dólmen) ou muros (túmulus). A anta ou dólmen consiste numa câmara funerária, poligonal, ou rectangular, construída com estroços verticais e coberta por uma laje grande.

A necrópole megalítica de Britelo é um dos conjuntos mais relevantes na área do PNPG, implantada nas pequenas colinas da serra Anareia, localizada ao Leste, entre os 300 m e os 700 m de altitude, apresenta como elemento mais significativo o Dólmen da Lapa da Moura, entre outros menos conservados. Este dólmen ou anta da Lapa da Moura, de grandes proporções, apresenta planta poligonal orientada a nascente. Contém pilares vestígios de pinturas e gravuras no seu interior e surge na paisagem como um marcador ambíguo e misterioso neste território.

Ficha Técnica do Percurso

Nome: "Trilho do Megalitismo de Britelo"
 Entidade promotora: Parque Nacional da Peneda-Gerês
 Localização: Concelho de Ponte de Barca; Freguesia de Britelo
 Tipo de percurso: Pequena Rota (PR)
 Âmbito do percurso: Megalitismo e Arte Rupestre
 Distância percorrida: Cerca de 11 Km
 Duração do percurso: Cerca de 3 Horas
 Grau de dificuldade: Moderado
 Cota máxima/mínima: 130 m / 500 m

Perfil Topográfico
 Sobrelevação 5m



CUIDADOS A TER:

- Siga as indicações de sinalização. Não se desvie do percurso.
- Este é um trilho de barulho.
- Não abandone o seu Leve-o até um local de recolha.
- Não fira fogo.
- Deixe a natureza intacta. Não recolha plantas, animais ou rochas. Fotografe. Será uma excelente recordação.
- Cuide do seu conforto. Utilize vestuário e calçado adequado.

Caminho Certo



Trilho do Megalitismo de Britelo



Chã da Escusinha e Tomba

Percurso pedestre de pequena rota (PR), desenvolve-se na Serra Amarela, cujo ponto mais alto é o Coto do Pluro a 1361 m de altitude. Tem por base o Megalitismo (expressão utilizada para designar construções pré-históricas, de grandes dimensões, com função religiosa e simbólica) e a arte rupestre (pinturas ou gravuras feitas nas pedras ou em grutas pelas mãos da pré-história) na freguesia de Britelo.

Toda a Serra Amarela foi ocupada desde tempos remotos, conhecendo-se hoje vestígios dessa ocupação. Os restos do ferro ficaram vestígios de castro da Era Idade da Idade romana encontrados os povoados de Billares, da Torre Grande e do Cabeço do Leão e 3ª estação, conhecida, por estar dos vestígios do Megalitismo. Em Britelo os monumentos megalíticos que assomam em maior destaque e cujos diferentes núcleos podem contactar percorrendo este trilho.

Posto 1 Britelo

O percurso tem início na povoação de Britelo num pequeno lago, junto de um fontanário. Atravessa a aldeia, seguindo a sinaleira, contorna a igreja e suba a calçada por entre as casas e os campos. Percorridor cerca de 700 m vire à esquerda, e entra num caminho estreito em terra batida. Suba sempre pelo caminho que gradualmente se transforma num estradão florestal que passa um pouco mais à frente junto à Chã da Rapada.



Pedra da aldeia de Britelo

Posto 2 Chã da Rapada

Do lado esquerdo do caminho, a cerca de dois metros, existe um afloramento granítico onde poderá observar o primeiro núcleo de arte rupestre. As gravuras, que apresentam símbolos geométricos e convexas, marcam a ocupação simbólica e ritual deste território na pré-história através de uma linguagem esquemática e minimal.

Posto 3 Gravuras Rupestres

Volta ao caminho e suba ao longo da encosta. Aqui dominam os mistos compostos por urzes (*Erica* sp.), carqueja (*Chamaespartium tridactylum*), tojo-molhar (*Ulex minor*), tojo-amal (*Ulex europaeus*) e ainda de giestas (*Cytisus* sp.). Caminho até aos 2185 m e viremos na margem direita de uma pequena linha de água um tronco de madeiro para cavões (local onde se faz o saneamento dos animais). Um pouco mais abaixo, na outra margem, poderá observar-se água em suas capacidades resistentes. Siga a sinalização e 100 m depois estará num afloramento granítico onde se encontra um segundo núcleo de arte rupestre. Este núcleo apresenta gravuras geométricas, convexas, nomeadamente, figuras antropomórficas. Aqui, o Homem surge como medida numa aproximação figurativa ao real.

Posto 4 Bosque M'Velros

Siga pela estrada florestal até chegar a um bosque, associado a alguns sequeiros abandonados e a muros de pedra tola em ruínas que em tempos foram viveiros florestais. É a altura ideal para uma pausa de descanso e observação. Repare no bosque onde predominam o carvalho alvarinho (*Quercus robur*), o castanheiro (*Castanea sativa*), o videaleiro (*Baculo alba*) e o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*).

Posto 5 Chã da Escusinha

Retorne o percurso até à Chã da Escusinha. Aqui encontrará um primeiro grupo de monumentos da Neopólio Megalítica de Britelo onde poderá observar quatro aras, uma das quais foi reaproveitada como abrigo de pastores.



Aras na Chã da Escusinha

Posto 6 Moinhos/ Silha

No extremo oposto do caminho, a cerca de dois metros, existe um afloramento granítico onde poderá observar o primeiro núcleo de arte rupestre. As gravuras, que apresentam símbolos geométricos e convexas, marcam a ocupação simbólica e ritual deste território na pré-história através de uma linguagem esquemática e minimal.



Vale da Coelheira

Posto 7 Vale da Coelheira

Continue junto à ribeira, e um pouco mais em baixo, cerca de 200 m, vire à esquerda e siga por um caminho correiro, por entre muros. Pouco depois chegara ao Vale da Coelheira onde poderá observar uma outra megalítica, nomeadamente, um núcleo de monumentos funerários, que aqui define o território e a implantação dos monumentos funerários, que aqui define também a linha de um local sagrado de culto, isto é, uma estrutura primordial da cultura no meio natural aberto à transformação.

Posto 8 Chã de Cabanos

Atravessa o Vale da Coelheira, e siga o caminho correiro até à linha de água. Pasa a linha de água e suba até à parreira em frente, flanqueada por quatro pinheiros. Passado estes, estaremos na Chã de Cabanos, um outro núcleo megalítico da Neopólio de Britelo. Neste conjunto de monumentos destaca-se a Lapa de Moura, possivelmente o maior monumento funerário megalítico da Serra Amarela. No interior desta arca, que mantém ainda a sua câmara lateral, encontram-se nos entos, vestígios da arte dos construtores de megalitos, isto é, a forma de gravuras e pinturas.

Posto 9 Britelo



Vale da Ribeira de Abelleira

Continue o percurso até ao estradão florestal, vire à direita e desça cuidadosamente, aproximando-se a parreira, sobre o vale do Rio Lima. O percurso termina novamente na povoação de Britelo, local povoado de vale. Poderá ainda visitar os outros lugares desta freguesia: Paradimonite e Mosteiro.

Sugestões

- Use os binóculos e a máquina fotográfica. Consulte os manuais de campo.
- Procure as indicações e conselhos dos funcionários do PNIC.
- Se a visita se efectuar no verão, aconselha-se o uso de chapéu e protector solar assim como uma reserva de água. Se, no entanto, esta se realizar no Inverno, leve consigo o uso dos agasalhos impermeáveis.
- Recomendando-se a visita aos núcleos arqueológicos do Castelo de Lindoso e da Ermida, onde poderá observar alguns achados que testemunham a ocupação da Serra Amarela ao longo do tempo, desde o Neolítico até ao Romantismo. Poderá ainda visitar a Ermida de São Pedro do Cabalo (Parada-Lindoso), um outro núcleo de gravuras rupestres, das quais se destaca o Penedo do Encanto.

Trilho Interpretativo do Mezio



Posto 1
Mezio

O trilho tem início junto ao grupo de casas pertencentes ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, a uma altitude de 640 m. Trata-se de antigas instalações dos Serviços Florestais que foram, no Estado Novo, responsáveis pelo gestão dos baldios e pela planificação do maior parque do governo florestal que vemos nesta zona do Parque. Regressa à arquitetura da época, porém, a casa enfiou-se para os vendedores florestais, aqui mandados para apoiar às atividades de florestação.

Posto 2
Mansoa 1

Partindo do painel informativo e seguindo a similitude, contorne as duas casas à sua esquerda e, por de trás da segunda casa, notará uma pequena elevação no terreno. Trata-se de uma mansoa (pequeno montículo artificial de terra e pedras miúdas que cobrem um monumento funerário pré-histórico, chamado dólmen ou anta) que integra a necrópole (grupo de túmulos) do Mezio.

Posto 3
Mansoa 2

Siga cerca de 200 m pela estrada arborada (limite do PN) e terá do seu lado esquerda outra mansoa, a uma altitude de 655 m. Esta, está parcialmente escavada, sendo possível observar os detalhes da construção da anta, com os seus estalos apoiados entre si e suportando as grandes lajes de cobertura. De registar a orientação geográfica, a Nascente, do corredor de acesso à anta. Esta orientação é comum a todas as antas deste núcleo. Enzai monumentos atestam a ocupação deste território pelo Homem, desde há cerca de 3000 anos.

Posto 4
Curral / Prado

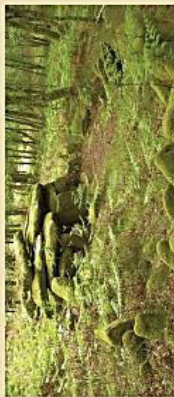
Cruze a estrada e entre no bosque de castanho-branco (*Chomocystropsis fennoscandica*). Observe o chão e a ausência de vegetação. Repare na densidade da copa das árvores. A sua folhagem é persistente e o encharcamento que provoca é forte. A ausência de vegetação herbácea e arbustiva no interior deste povoamento deve-se à falta de luz, imprescindível à sobrevivência das plantas. Continue seguindo as marcas, agora debaixo do coberto ora de carvalho-estriado (*Quercus robur*) ora de videira (*Vitis sp.*). Cobrindo o chão observe-se agora uma mata morta que não vimos no povoamento anterior, ao mesmo tempo que o estrato herbáceo começa a aparecer. Não nos esqueçamos que estamos perante árvores de folha caduca, isto é, que perdem a folha durante parte do ano, permitindo uma maior abundância de luz.

No fim do povoamento, a esquerda e siga, agora, por uma linha de água, nomeadamente o ribeiro, e logo vertá à frente, curral, com o seu muro de pedras junto a uma linha de água, a uma altitude de 645 m.

Rodeado de videiras e carvalhos, possui no seu interior terra de melhor qualidade e regada pela água do ribeiro, permitindo a semearação e aumentando assim a quantidade e a qualidade do pasto para o gado.



Posto 5
Branda de Mosqueiros



Siga a linha de água e cruze o Ribeiro de Mosqueiros. Agora as árvores mais nobres são os castanheiros (*Castanea sativa*), para logo voltarem a dominar os videiros e as filas. Atravesse nova linha de água e avistará a Branda de Mosqueiros, a qual restam apenas ruínas de muros e de cabanas de futa colpuis. Esta era uma branda de gado de apoio ao sistema de pastoreio extensivo.

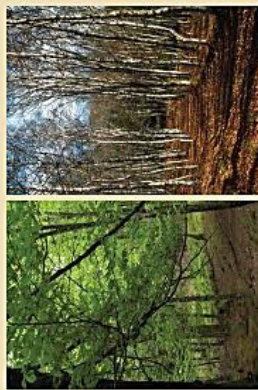
Posto 6
Miradouro



Atravesse a chi, sob os videiros, até à linha de água. Cruze a e siga o caminho de pé posto, passe um grupo de castanho-branco, depois destes vem o pinhal onde domina o pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*). Mais à frente virá à esquerda, ainda 100 m e estará num afloramento granítico que lhe permitirá uma vista parcial sobre o vale do Rio Lima e envolvente. A elevação onde se encontra tem uma maior variedade de árvores, aparecendo ao lado dos carvalhos, videiras e pinheiros, azevíchos (*Ilex equilinum*) e metelhomieiros (*Adiantum unedo*).

Posto 7
Mezio

Desça por entre os pinheiros brancos e repare nas pinhas maduras que se encontram no chão, denunciando a presença simétrica dos espigões (*Pinus virginiana*). É normal a presença de animais domésticos pastando nos currais delimitados por fábais. Desses, alguns são de raça autóctone, vacas barradas e cachems, cavalo garrano, cabra brava e ovelha bordaleira de Entre-Douro e Minho.



Geologia e Geomorfologia



Ao longo deste trilho podem ser observados aspectos geológicos e geomorfológicos característicos desta região. A forte acção dos aspetos azoimórficos está aqui presente, podendo ser observados alguns dos seus efeitos, nomeadamente, no granito que aqui aflora. Este apresenta-se bastante alterado (caulizado) e deformado, com os megacristais de feldspato bem orientados (NW-SE). Trata-se de um granito porfirítico de grão médio de duas micas. Ao observarmos desta fresa e bonita paisagem podemos observar a forma, como estes povos tiraram proveito da sua riqueza geológica ao utilizarem o granito. O facto deste apresentar uma delimitação em lixe, favoreceu, ao longo dos séculos, a sua utilização na construção de antas, currais, habitações e muros.



Sugestões

Para que consigo observar os animais, recomendamos que caminhe em silêncio e atente à sinais, como fezes, pegadas, pinhas rodadas, marcas de perrucha ou solo revirado pelo javali (*Sus scrofa*). Use os binóculos e a máquina fotográfica. Consulte manuais de campo para a identificação de árvores, aves e outros animais. Visite as restantes mansós do Núcleo Megalítico do Mezio e as gravuras rupestres do Gliso. A Vila do Soajo situa-se a 5 km e merece uma demorada visita.

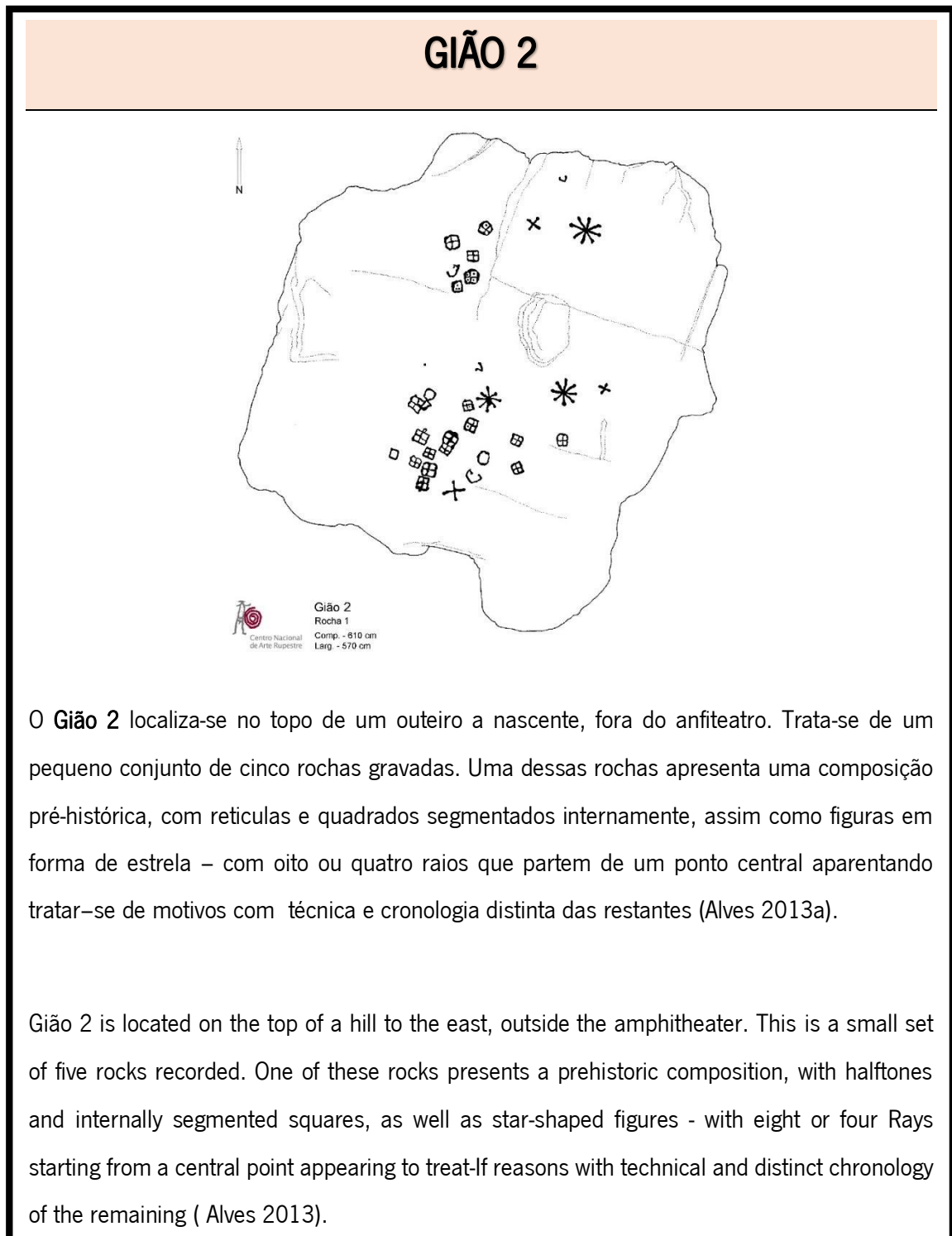
GIÃO 1



No Gião 1 verifica-se um maior número de blocos gravados, com motivos «quadrados e retângulos segmentados internamente, antropomorfos esquemáticos de tipo fi, [fase I], antropomorfos esquemáticos com figuração, ou não, da cabeça e com membros em arco ou retos, cruciformes simples, por vezes inseridos num círculo [fase II]» (Alves 2013a, 156). Os motivos em covinhas, segundo António Martinho Baptista (1981) estão representados em minoria e encontram-se associadas entre si, nas zonas periféricas das grandes concentrações de gravuras.

In Gião 1 there is a larger number of blocks written with reasons "square and internally segmented rectangles, schematic anthropomorphic fi type , [Phase I], anthropomorphic schematic with figuration or not the head and members arched or straight, simple cruciform sometimes inserted in a circle [phase II]" (Alves 2013 , 156).

The reasons for dimples, according António Martinho Baptista (1981) are represented in the minority and are associated with one another in the peripheral areas of large prints concentrations.



PEDRA DA COSTA 1



Trata-se de um afloramento com manifestação de arte rupestre de ar livre cujos motivos se inscrevem na arte atlântica, com motivos circulares com preenchimento de nuvens de pontinhos. A sul da rocha encontra-se um círculo concêntrico, de maiores dimensões e bem marcado na rocha, de duas voltas e com o interior composto por nuvens de pontos que mais tarde foi cortada por um sulco. Nos motivos denota-se que existe um reaproveitamento do afloramento, onde as gravuras mais recentes cobrem as mais antigas.

It is an outcrop of rock art manifestation of outdoor whose motives are inscribed on the Atlantic Art: circular motifs with specks of clouds fill. The Southern Rock is a concentric circle, larger and well marked on the rock, two turns and the interior consists of point clouds which was later cut by a groove. The reason is denotes that there is a reuse of the outcrop, where the most recent engravings cover older.

PEDRA DA COSTA 2



Trata-se de um pequeno afloramento orientado a este/oeste, com motivos circulares compostos por covinhas e sulcos. É ainda perceptível no afloramento marcas de picotado. Estes motivos inserem-se na arte atlântica como as gravuras da Pedra da Costa 1. à semelhança do anterior este deve ser alvo de estudo científico para se perceber a densidade de motivos.

It is a small outcrop oriented east / west, with circular motifs composed of dimples and ridges. It is also noticeable marks on outcropping perforation. These reasons are part of the Atlantic art as the pictures of Costa da Pedra 1 like the previous scientific study this should be targeted to understand the reasons density.

VALE DA COELHEIRA



As gravuras da Chã da Coelheira encontram-se num afloramento granítico, de tendência horizontal, com ligeiro declive para sul, pouco destacado do solo mas com inúmeros motivos gravados. Os mais evidentes são círculos, ovais, composições complexas com formas circulares, covinhas. Apresenta, também inúmeros cruciformes (Rodrigues 2014), alguns de base circular, talvez resultantes da cristianização do local Trata-se de um local classificado como Sítio de Interesse Público.

The engravings of the Chã da Coelheira are in a granite outcrop, horizontal trend, with a slight slope to the south, slightly detached from the ground but with numerous written reasons. The most obvious are circles, ovals, complex compositions with circular shapes, dimples. It also presents numerous cruciform (Rodrigues 2014), some of circular base, perhaps resulting from the Christianization of the site this is a site classified as a cultural heritage site.

CHÃ DO FOJO



Estas gravuras rupestres, descobertas e localizadas por Luís Fontes (2011), ficam num afloramento pouco destacado do solo. Neste foi gravado uma composição de tipo idoliforme e várias covinhas. A cerca de 6 m para sudeste existe um afloramento gravado com um cruciforme que Fontes (2011) considera como correspondendo à cristianização do local. Este autor insere as gravuras na Idade do Bronze.

Para Bettencourt (2014), a cronologia desta gravura baliza-se a partir dos fins do IV milénio a.C.

These rock carvings, discovered and located by Luis Fontes (2011), are an outcrop little detached from the ground. This was recorded idoliforme one type of composition and number of dimples. At about 6 m to the southeast there is an outcrop recorded with a cruciform that Fontes (2011) considers as corresponding to the Christianization of the site. This author inserts the pictures in the Bronze Age. To Bettencourt (2014), the chronology in this picture is goal - from the end of IV millennium BC.

PEDRA DO CAVALINHO



Trata-se de um afloramento granítico, com ligeira inclinação para sudoeste e com uma única gravura: a representação de um cavalo montado, esquemático. Este afloramento destaca-se bem no solo e a sua gravura é facilmente visível.

It is a granite outcrop, with a slight inclination to the southwest and with a single picture: the representation of a mounted horse, schematic. This outcrop stands out well on the ground and your picture is easily visible.

GUARCA



O afloramento encontrado e inventariado por Luís Loureiro, em 2012, corresponde a uma laje granítica, na horizontal, onde a área gravada já se encontra com algum desgaste e com uma fratura a sul. De entre os motivos, Luís Loureiro (2014), destaca uma arma de “tipo punhal” com 0,50 cm de comprimento, acompanhada de cabo segmentado. Neste mesmo afloramento podemos encontrar, ainda, covinhas alongadas, e outras figurações de armas.

The outcrop found and inventoried by Luís Loureiro, in 2012, corresponds to a granite slab, horizontally, where the area already recorded meets some wear and with a south fracture. Among the reasons, Luís Loureiro (2014), highlights a gun "type dagger" with 0.50 cm long, accompanied by targeted cable.

In this same outcrop we find also elongated dimples, and other weapons of figurations.

PRATINHOS DE NOSSA SENHORA



O afloramento granítico, na horizontal e com uma inclinação ligeira para nascente, é pouco destacado do solo. Nesta laje ocorrem filonetes de quartzo assim como várias diáclases de pequena profundidade. Os motivos gravados são abundantes e distribuem-se por toda a superfície superior do afloramento. Correspondem a composições circulares (círculos concêntricos com covinha central), sulcos e covinhas, etc.

The granite outcrop, horizontally and with a slight slope to the east, is slightly detached from the ground. This slab occurring quartz filonetes well as several small depth diaclasses. The written reasons are abundant and spread out over the entire upper surface of the outcrop. Match circular compositions (concentric circles with central dimple), grooves and dimples, etc

BREIA 1



Na extremidade sudoeste do afloramento da Breia 1, são evidentes motivos circulares dispersos, assim como inúmeras covinhas e cruciformes. Numa primeira fase destacam-se as composições circulares e o possível cervídeo que se encontra sobreposto pelo círculo raiado (painel 1). Na segunda fase inserimos os zoomórficos esquemáticos (como os equídeos, por vezes montados) localizados na periferia dos painéis 1 e 3. No painel 2, correspondente a esta segunda fase encontra-se o cavalo e o cavaleiro portador de uma arma, insculpido com um sulco e pouco visível (possivelmente da Idade do Bronze), assim como o cavaleiro em baixo relevo do painel 3 (talvez da Idade do Ferro). A uma outra fase correspondem as cruces e covinhas que se lhe relacionam (indicadoras do cristianismo).

On the southwestern tip of the Breia one outcrop, are evident dispersed circular motifs, as well as numerous dimples and cruciform. In the first stage, we consider the circular compositions and a deer, which is overlapped by a streaking circle (panel 1). In the second phase we insert schematic zoomorphic (such as horses sometimes mounted) located at the periphery of the panels 1 and 3. In panel 2, corresponding to this second phase is the horse and rider carrying a gun, with an engraving furrow, inconspicuous (possibly Bronze Age), as well as the knight in low relief panel 3 (maybe from the Iron

BREIA 2



O afloramento é grande e contém, na sua composição, «*diversos veios de quartzo e é composto por dois tipos de granito, um de grão médio e outro fino*» (Bettencourt 2013, 209), sendo na área do granito fino que se encontra a única gravura sub-circular.

The outcrop is large and contains, in its composition, 'various veins of quartz and consists of two types of granite, a medium grain and other fine' (Bettencourt 2013, 209), and in fine granite area that finds circular single sub- picture .

PENEDO DA MOURA I



O Penedo da Moura I possui toda a superfície gravada. Na vertente noroeste é visível um motivo grosseiramente circular, com diversas covinhas tendo no centro uma covinha maior de onde sai um sulco. De cronologia mais recente, verificamos a existência de vários retângulos inscritos uns nos outros, assim como um motivo que foi interpretado como tabuleiro de jogo. No topo do afloramento, encontram-se círculos concêntricos com covinha central e covinhas dispersas e concentradas; um triângulo aberto preenchido com covinhas e sulcos que se prolongam para sudeste. Dirigindo a atenção para sudeste verificamos motivos como sulcos e círculos concêntricos com covinha central, ligados entre si, e um círculo raiado. A parte inferior conta com um círculo concêntrico, com cerca de 1 m de diâmetro. A sul encontrar-se círculos concêntricos.

The Penedo da Moura I, has all the recorded surface. On the northwest side is visible one roughly circular motif, with several dimples taking center greater dimple where it leaves a groove. Latest chronology, verify the existence of several inscribed rectangles each other, as well as a reason that was interpreted as a game board. On top of the outcrop are circles concentric with central dimple and dispersed and concentrated dimples; an open triangle filled with dimples and ridges that extend southeast. Directing attention to the southeast you can check reasons as grooves and concentric circles with central dimple, linked together, and rifled circle. The lower part comprises a concentric circle with about 1 m in diameter. The south continues to meet concentric circles.

PENEDO DA MOURA 2

«o Penedo da Moura inscreve-se, (...) na tradição estilística da arte atlântica do Noroeste ou no Grupo I da arte glaico-portuguesa, (...) na qual se incluem círculos concêntricos de diversos tamanhos, figuras complexas preenchidas por covinhas, círculos raiados e inúmeros sulcos que ligam vários motivos entre si ou os delimitam. Outra temática (...) são as covinhas que preenchem figuras grosseiramente circulares ou triangulares, assinalam o centro de círculos concêntricos ou distribuem-se isoladas ou em grupo, por vezes ligadas por sulcos. (...) observam-se figuras quadriformes (...) figuras rectangulares» (Loureiro 2006, 14-15).

«Penedo da Moura is part of (...) in the stylistic tradition of the art of the Northwest Atlantic or in Group I of glaico - Portuguese art (...) in which includes concentric circles of various sizes, filled complex figures by dimples, rifled circles and numerous grooves that connect various reasons each other or enclose. Another theme (...) are the dimples that fill roughly circular or triangular figures, mark the center of concentric circles or are distributed individually or in groups, sometimes connected by grooves. (...) Are observed quadriformes figures (...) rectangular figures» (Loureiro 2006, 14-15) .

ESCAMPADINHOS



Trata-se de um afloramento granítico de tipo domo que possui a oeste uma parede soerguida. No topo deste afloramento, aplanado, está gravado um antropomorfo pouco destacado e quatro espirais que se denotam bem. Em redor destas há vários quadrantes, assim como covinhas e antropomorfos que se verificam com a luz artificial. Este local, descoberto por Ana M. S. Bettencourt em 2006, era denominado por gravuras dos Montes da Areosa 1 e posteriormente foi alvo de estudo no decorrer do Projeto Enardas.

It is a granite outcrop dome type having one uplifted west wall. On top of this outcrop, flattened, it is engraved a little detached and four anthropomorphic spirals that denote well. Around these there are various quarters, as well as dimples and anthropomorphic as seen with artificial light. This site, discovered by Ana Bettencourt MS in 2006, was called by engravings of Montes of Areosa 1 and was later the subject of study during the Enardas Project.

CABEÇO DA BOUCINA 1



Trata-se de um afloramento de grandes dimensões, de orientação este-oeste. Possui aproximadamente 5,30 metros no sentido este-oeste e 5,20 metros no sentido norte-sul. A nascente encontra-se um painel com duas espirais: uma de 50 centímetros (nascente-poente) por 46 centímetros (sentido oposto); e outra de 25 centímetros (nascente-poente) por 21 centímetros (sentido oposto).

Este afloramento deve corresponder às gravuras rupestres de “Traz do Pinheiro” designadas por Viana (1930).

It is an outcropping of large, east- west orientation. It has approximately 5.30 meters in the direction east-west and 5.20 meters in north-south direction. The spring is a panel with two spiral: a 50 cm (east-west) by 46 centimeters (opposite direction); and another 25 centimeters (east-west) by 21 centimeters (opposite direction). This factor should match the rock carvings of "Bring the Pinheiro" designated by Viana (1930).

Anexo 26. Inquérito aos visitantes

Nome (opcional): _____

Idade: _____

Feminino Masculino

Localidade: _____

Como tomou conhecimento da «Rota da Arte Rupestre do Noroeste»?

Através do *Website* Por amigos ou familiares Outros

Quais? _____

Avalie os seguintes pontos consoante a sua opinião: 5 (Muito Bom), 4 (Bom), 3 (Razoável), 2 (Mau), 1 (Muito Mau) ou SO (Sem Observação).

	5	4	3	2	1	SO
Acessibilidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Grau de exigência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Visita guiada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação disponibilizada das gravuras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interesse do(s) Percurso(s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Assinale as atividades em que participou.

Geocache

Mural do visitante

Recorreu às aplicações disponibilizadas no *Website*?

Sim Não

Obrigada!

